



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE  
PROGRAMA DE ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA

MALENN CLIER FERREIRA FARIAS

**“SOU COLETIVO”:** ASPECTOS SOBRE ESTA NOÇÃO EM UM CONTEXTO  
DE DISPUTA NA COMUNIDADE REPARTIMENTO DOS PILÕES,  
ALMEIRIM-PA

SANTAREM – PA

2018

MALENNA CLIER FERREIRA FARIAS

**“SOU COLETIVO”: ASPECTOS SOBRE ESTA NOÇÃO EM UM CONTEXTO  
DE DISPUTA NA COMUNIDADE REPARTIMENTO DOS PILÕES,  
ALMEIRIM-PA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora como exigência parcial para obtenção de título Bacharel em Antropologia, sob a orientação da Profa. Dra. Luciana Gonçalves de Carvalho.

SANTAREM – PA

2018

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFOPA**

---

F224s Farias, Malenna Clier Ferreira  
“Sou coletivo”: aspectos sobre esta noção em um contexto de disputa  
na comunidade Repartimento dos Pilões, Almerim-PA / Malenna Clier Ferreira  
Farias. – Santarém: Ufopa, 2018.  
149 f.; il.  
Inclui bibliografias.

Orientadora: Luciana Gonçalves de Carvalho.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal  
do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Sociedade, Curso de Antropologia.

1. Coletivos. 2. Disputa territorial. 3. Repartimento do Pilões. I.  
Carvalho, Luciana Gonçalves de, *orient.* II. Título.

CDD: 23 ed. 301

---

Bibliotecário - Documentalista: Williams Costa de Oliveira – CRB-2/594

Eu, Malenna Clier Ferreira Farias, discente do Curso Bacharelado de Antropologia, sob o registro de matrícula nº 201301105, por meio do presente instrumento, declaro, sob penas de lei, que o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “‘Sou Coletivo’: aspectos sobre esta noção em um contexto de disputa na Comunidade Repartimento dos Pilões, Almeirim-Pa”, que apresento e submeto à Banca Examinadora constituída pelo Instituto de Ciências da Sociedade da Universidade Federal do Oeste do Pará não é cópia de nenhum trabalho ou de material acadêmico já produzido, sendo ele proveniente de minhas reflexões e pesquisas. Isento minha Orientadora e a Banca Examinadora de qualquer responsabilidade sobre a autoria do conteúdo existente no TCC, responsabilizando-me pela veracidade destas afirmações e estando ciente das implicações legais a que estou sujeita, caso esta declaração falte à verdade.

Santarém/PA, 30 de Janeiro de 2018

---

Malenna Clier Ferreira Farias

MALENNA CLIER FERREIRA FARIAS

**“SOU COLETIVO”: ASPECTOS SOBRE ESTA NOÇÃO EM UM CONTEXTO DE DISPUTA NA COMUNIDADE REPARTIMENTO DOS PILÕES, ALMEIRIM-PA**

Data: 30 de Janeiro de 2018.

Conceito: 9,5.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora como exigência parcial para obtenção de título Bacharel em Antropologia, sob a orientação da Profa. Dra. Luciana Gonçalves de Carvalho.

Aprovado em 30 de Janeiro de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Gonçalves de Carvalho (PAA/UFOPA)

Dr. Florêncio de Almeida Vaz Filho (PAA/UFOPA)

Me. Rogerio Almeida (PCEDR/UFOPA)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE  
PROGRAMA DE ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA  
CURSO DE BACHARELADO EM ANTROPOLOGIA

**PARECER REFERENTE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE BACHARELADO  
EM ANTROPOLOGIA**

**Professor(a) Orientador(a): Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Luciana Gonçalves de Carvalho**

**Autor(a): Malenna Clier Ferreira Farias**

**Título do Trabalho: "Sou coletivo": aspectos sobre esta noção em um contexto de disputa na comunidade Repartimento dos Pilões, Almeirim-PA.**

**PARECER:**

No trigésimo dia do mês de janeiro de dois mil e dezoito, o(a) discente **Malenna Clier Ferreira Farias** fez a defesa de seu Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: **"Sou coletivo": aspectos sobre esta noção em um contexto de disputa na comunidade Repartimento dos Pilões, Almeirim-PA** perante os membros da bancada examinadora, que atribuíram o parecer final:

Nota: 9,5 (nove e meio)

Data da Defesa: 30 de janeiro de 2018

Hora: 15:00 horas

Local da Defesa: Universidade Federal do Oeste do Pará – Unidade Amazônia – Sala 308.

  
**Dr. Florêncio Almeida Vaz**  
Avaliador(a)

  
**Prof. Me. Rogério Henrique Almeida**  
Avaliador(a)

  
**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Luciana Gonçalves de Carvalho**  
Orientador(a) (Presidente)

*Aos meus avôs Vivaldo da Silva Ferreira e Lazaro Castro,  
eternizados pelo furor da memória.*

*À minha avó Maria Madalena Ferreira.*

*Aos meus irmãos, Valeria Ferreira e Saulo Castro.*

## **Agradecimentos**

À minha mãe, Valcicléa Ferreira, por ser essa fonte de força, ternura e luta!

Aos meus pais, Antônio Castro, por ser exemplo de coragem e simplicidade; e Domilson Farias, por todo apoio amigo e carismático.

Aos meus irmãos, Valeria Ferreira e Saulo Castro, por me extasiarem de amor e doçura em nossos rotineiros encontros!

À minha avó Maria Madalena, por suas orações que sempre me protegeram, e seu exemplo de fé, que sempre me motivaram.

À Universidade Federal do Oeste do Pará, pela oportunidade de acesso a conhecimentos e assim, iniciar uma jornada de aprendizado, o que me propiciou inúmeras experiências significativas para minha construção pessoal e profissional.

À Professora Luciana Carvalho, pela inspiração que me transmite na construção do saber-fazer antropologia, por quem tenho grande admiração.

Ao Programa de Extensão Patrimônio Cultural na Amazônia, pela oportunidade de trabalho e confiança em meus potenciais.

Aos moradores de Repartimento dos Pilões, em especial aos “coletivos” que, com muita atenção e receptividade, me permitiram adentrar seu universo de luta e resistência, valendo-nos de uma relação de compromisso e respeito.

Às minhas amigas que me incentivaram e acreditaram em meus projetos, com as quais muito aprendi e compartilhei momentos únicos!

Aos amigos (as) de reflexão que a vida me trouxe. Levarei comigo para a vida toda, enquanto deles me lembrar.

Às minhas primas, por esses anos de convivência, recheados de interação e alegria, que me faziam repousar de duras rotinas.

Aos amigos professores e professoras, com quem convivi durante esse trajeto e experimentei os sabores do conhecimento.

## RESUMO

Este trabalho é um desdobramento de atividades de pesquisa do Programa de Extensão Patrimônio Cultural na Amazônia, realizadas a partir da segunda metade do ano de 2015 até o final do ano de 2017, na comunidade de Repartimento dos Pilões, localizada no Distrito de Monte Dourado, no município de Almeirim, estado do Pará. Trata-se de uma abordagem que permita interpretar os sentidos políticos, culturais, cosmológicos e econômicos do contexto de disputa estudado, a partir dos aspectos do conflito instaurado entre os moradores, que se dividiram em dois grupos: “coletivos” e os “individuais”. Esta aproximação inicial do caso sugere que na base do conflito, há uma disparidade entre as lógicas e interpretações dos sujeitos sobre o uso da terra e dos recursos ambientais, as quais variam entre os “coletivos” e os “individuais”. No entanto, aprofundando a reflexão sobre o caso, a noção de “coletivo” parece expressar mais que lógicas territoriais e aspirações fundiárias distintas. A pesquisa se desdobrou para compreender, mais especificamente, os sentidos subjacentes à noção de “coletivo”, refutando sua associação simples, imediata e direta com regimes de uso coletiva da terra, e elucidando quais elementos traduzidos por essa noção, de fato, opõem esse grupo ao outro, que se identifica como “individuais”. Como aportes metodológicos predispos-me em fazer o uso interpretativo dos dados que emergem dos discursos locais e da etnografia do conflito, incluindo a observação participante.

Palavras chaves: Disputa territorial. Coletivos. Repartimento dos Pilões. Almeirim-PA

## **Abstract**

This work is an offshoot of research activities of Cultural Heritage outreach program in the Amazon, from the second half of the year 2015 until the end of the year 2017, in the community of Saint John of the Pylons, located in the District of Monte Dourado in the municipality of Almeirim, Pará State. It is an approach that allows to interpret the political directions, cultural, economical and cosmological context of dispute studied, from the aspects of the conflict introduced among the residents, who were divided into two groups: "collective" and "individual". This initial approach of the case suggests that on the basis of the conflict, there is a disparity between the logical and interpretations of the subject about the land use and environmental resources, which vary between "individual" and the "collective". However, deepening the reflection on the case, the notion of "collective" seems to express more than territorial logic and land aspirations. The research unfolded to understand, more specifically, the meanings behind the notion of "collective", refuting your simple, immediate and direct association with the collective use of land, and clarifying which elements translated by this notion, in fact, oppose this the other group, which identifies itself as "singles". As methodological contributions predispus me in making the use of interpretive data that emerge from local speeches and the Ethnography of the conflict, including participant observation.

Key words: territorial dispute. Collectives. Saint John of the Pylons. Almeirim (PA)

## LISTA DE SIGLAS

ASMIPPS – Associação dos Micros e Mini Produtores Rurais e Extrativistas da Comunidade de Repartimento dos Pilões

CAR – Cadastro Ambiental Rural

CIMOS – Coordenadoria de Inclusão e Mobilizações Sociais

CPT – Comissão Pastoral da Terra

IDEFLOR – Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará

IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

IBGE – Índice Brasileiro de Geografia Espacial

ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Biodiversidades

IEB – Instituto Internacional de Educação no Brasil

IFT - Instituto Floresta Tropical

IMAFLOA - Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional

FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

FUNDO DEMA – Entidade de apoio a projetos coletivos sustentáveis e de fortalecimento das organizações dos Povos da Floresta no Pará

MPE – Ministério Público Estadual

MPMG – Ministério Público de Minas Gerais

OIT – Organização Internacional do Trabalho

POA – Plano Operacional Anual

RICA – Rede Intercomunitária de Almeirim em Ação

SEMA – Secretaria Estadual de Meio Ambiente

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização do município de Almeirim no estado do Para. Fonte: NUMA-UFPA .....	18
Figura 2 – Almeirim vista do Amazonas. Foto: Luciana Carvalho .....	18
Figura 3 – Company Towns na Amazônia. Fonte: realidadeurbanas.blogspot.com.....	27
Figura 4 – Estrada Monte Dourado-Repartimento do Pilões acompanhada em suas laterais pelas plantações do eucalipto do Grupo Jari. Foto: Railana Fernanda. ....	44
Figura 5 – Kombi da ASMIPPS utilizada para suas atividades coletivas na estrada Monte Dourado- Repartimento. Foto: Malenna Farias.....	45
Figura 6 – A beira da estrada: eucaliptos de um lado e pinhos de outro. Foto: Railana Fernanda. ....	45
Figura 7 – Placa de domínio do Grupo Jari. Foto: Malenna Farias. ....	46
Figura 8 – Floresta de eucalipto plantada e floresta nativa à beira da estrada. Foto: Malenna Farias.....	46
Figura 9 – Floresta de eucaliptos derrubada e floresta de eucalipto em pe. Foto: Railana Fernanda. ....	47
Figura 10 – Comunidade Braço. Ao fundo, eucalipto em extensão. Foto: Railana Fernanda. ....	48
Figura 11 – Escola Municipal de 1º Grau Daniel Keith Ludwig, comunidade Braço. Foto: Railana Fernandes. ....	48
Figura 12 – Comunidade Repartimento dos Pilões. Vista do campo de futebol, o ramal em frente à casa de Dilva e ao fundo, os gigantes eucaliptos sobressaídos. Foto: Malenna Farias. ....	49
Figura 13 – Vista do campo de futebol, da janela da casa da Dilva. Foto: Malenna Farias.....	49
Figura 14 – Reunião com a equipe no Barracão Comunitário. Foto: Railana Fernanda.....	50
Figura 15 – Vista de dentro do Barracão Comunitário. O barracão é construído com madeiras, coberto com telhas brasilite e chão revestido de cimento. É onde acontecem as reuniões e demais atividades comunitárias. Foto: Malenna Farias. ....	50
Figura 16 – Casa do motor da comunidade. Foto: Luciana Carvalho. ....	51
Figura 17 – Caixa d’água da comunidade. Foto: Luciana Carvalho. ....	51
Figura 18 – Igreja de Repartimento dos Pilões. Foto: Railana Fernanda.....	52
Figura 19 – Transporte escolar da comunidade. Foto: Luciana Carvalho.....	52
Figura 20 – Escola de Ensino Fundamental de Repartimento dos Pilões. Foto: Railana Fernanda. ....	53
Figura 21 – Vista do campo de futebol em outro ângulo. O futebol é uma atividade de lazer muito corriqueira na vida dos comunitários de Repartimento. Tanto mulheres, homens, adultos e crianças se divertem aos fins de tarde com disputas entre times. Foto: Malenna Farias. ....	53
Figura 22 – Panorâmico de Repartimento dos Pilões. Foto: Malenna Farias.....	54
Figura 23 – Ramal do Cacoal. Foto: Juliana Bentes. ....	54
Figura 24 – Ponte do Igarapé Inferno. Utilizada para interligar duas casas às demais da vila e dar acesso ao ramal dos castanhais. Foto: Malenna Farias.....	55
Figura 25 – O Igarapé Inferno é utilizado para fins de necessidades como cozinhar, tomar banho, lavar roupas, hidratar o corpo, além de ser um ponto de lazer e diversão para as crianças. Elas adoram brincar em suas correntezas! A água que abastece as casas é proveniente dele. Foto: Malenna Farias.....	55
Figura 26 – Caminhão que trouxe de volta à comunidade as caixas de transporte de produtos agrícolas. Às quarta-feira leva os produtos para a feira de Monte Dourado, Almeirim-Pa. Foto: Juliana Bentes. .....	56
Figura 27 – As colegas de trabalho retornaram para Monte Dourado no mesmo caminhão, assim como demais outros moradores que precisavam ir até ao vilarejo. Foto: Malenna Farias. ....	56
Figura 28 – Repartimento dos Pilões: entre castanhais nativos e floresta plantada de eucalipto. Foto: Malenna Farias. ....	57
Figura 29 – Mata-burro no caminho da roça de Dinho. Essas pontes de madeira construídas pelos próprios moradores, com certa distância entre as tábuas serve para evitar o atolamento dos animais de cargas, assim como impedir que ele ultrapasse para os limites da roça a fim de não trazer prejuízos a plantação. A distância entre as tabuas serve para impedir que o animal passe por aquele local. Foto: Malenna Farias. ....	57
Figura 30 – Caminho da roça de Dinho, há alguns metros distante da vila de Repartimento. Foto: Malenna Farias. ....	58

Figura 31 – Antiga casa de Getúlio, um dos moradores mais antigos da comunidade. Foto: Malenna Farias.....	58
Figura 32 – As correntezas do Inferno em frente a antiga casa de Getúlio. Cheias, após uma manhã inteira de chuva. Foto: Malenna Farias. ....	59
Figura 33 – Filhos de Dinho em uma das pontes de Repartimento. Foto: Malenna Farias.....	59
Figura 34 – Mamoal de Dinho, dando frutos. Foto: Malenna Farias.....	60
Figura 35 – Plantação de mamão em crescimento. Foto: Malenna Farias.....	60
Figura 36 – Contraste Mamoal. Foto: Malenna Farias .....	61
Figura 37 – Paisagem avistada de cima da roça de Dinho. Ao fundo, floresta de eucalipto. Ao centro, o “buraco escuro” chamado por Dinho à vila de Repartimento dos Pilões. Foto: Malenna Farias. ....	61
Figura 38 – Antiga casa de Dinho. Foto: Malenna Farias. ....	62
Figura 39 – Dinho e seus filhos na antiga casa. Foto: Malenna Farias. ....	62
Figura 40 – Caminho do Andirobal, dia 16/04/17. Foto: Malenna Farias. ....	63
Figura 41 – A maior parte da viagem até o andirobal é alagadiça e lisa, devido às chuvas e o solo argiloso. Foto: Dinho .....	63
Figura 42 – Nikeli, filha de Dinho coletando uxi. Foto: Malenna Farias. ....	64
Figura 43 - Mapa da Comunidade Repartimento dos Pilões e seus castanhais nativos. Fonte: ASMIPPS & IEB.....	82
Figura 44 - Produção média de frutos da castanheira medida nas parcelas permanentes da Rede Kamukaia, no período de 2007 a 2017. FONTE: <a href="https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/26131296/pesquisa-aponta-queda-de-70-na-producao-de-castanha-da-amazonia">https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/26131296/pesquisa-aponta-queda-de-70-na-producao-de-castanha-da-amazonia</a> .....	89
Figura 45 - Castanha-do-pará. Foto: Malenna Farias .....	96
Figura 46 – Castanheira com formação de frutos. Foto: Malenna Farias. ....	96
Figura 47 – Cambito utilizado no trabalho da coleta da castanha. Foto: Malenna Farias. ....	97
Figura 48 - Quebrando castanha com a foice. Foto: Malenna Farias .....	97
Figura 49 – O quebrador. Foto: Malenna Farias.....	98
Figura 50 – Cangalhas utilizadas nos animais de carga. Foto: Luciana Carvalho.....	98
Figura 51 – Comboieiros chegando do castanhal. Foto: Luciana Carvalho. ....	99
Figura 52 – Deposito de castanha em Repartimento dos Pilões. Foto: Railana Fernanda.....	99
Figura 53– Carregamento de Castanha. Foto: Railana Fernanda .....	100
Figura 54 – Trabalhadores e patrão. Foto: Railana Fernanda. ....	100
Figura 55 – Até o Jari a castanha percorre um longo caminho, e na região, talvez sua última passagem seja pelas casas de compra e venda que escoam o produto mundo a fora. Foto: Malenna Farias. ....	101
Figura 56 – Getúlio Araújo, 67 anos. Foto: Luciana Carvalho.....	118
Figura 57 – Isabel Araújo de Almeida, 65 anos. Foto: Railana Fernanda. ....	118
Figura 58 – Raimundo Ferreira Filho, 66 anos, vice-presidente da ASMIPPS. Foto: Railana Fernanda....	119
Figura 59 – Maria Lima de Araújo, 61 anos. Foto: Railana Fernanda. ....	119
Figura 60 – Raimundo Fernandes da Silva (Pelé), 69 anos. Foto: Malenna Farias. ....	120
Figura 61 – Dilva Maria de Araújo, 41 anos. Presidente da ASMIPPS. Foto: Malenna Farias.....	120
Figura 62 – Nicácio Araújo, 37 anos. Foto: Juliana Bentes. ....	121
Figura 63 – Dinho, 35 anos. Foto: Malenna Farias. ....	121
Figura 64 – Jose Maria da Silva, 54 anos. Foto: Railana Fernanda. ....	122
Figura 65 – Josué da Silva, 36 anos. Foto: Malenna Farias.....	122
Figura 66 – Cartilha do Plano de Uso dos Castanhais do Avanço de Repartimento dos Pilões. Fonte: ASMIPPS & IEB. ....	123
Figura 67 – Linha do Tempo da Comunidade elaborada em 2015. Fonte: ASMIPPS & IEB.....	123
Figura 68 – Acampamento dos extrativistas de Repartimento dos Pilões na ação coletiva do Empate. Fonte: <a href="http://rogerioalmeidafuro.blogspot.com.br/2015/12/jari-empate-de-extrativistas-da.html">http://rogerioalmeidafuro.blogspot.com.br/2015/12/jari-empate-de-extrativistas-da.html</a> .....	124
Figura 69 – O acampamento durou cerca de dois meses, iniciado no Natal de 2014 e desarmado em Janeiro de 2015. Fonte: <a href="http://apublica.org/autor/rogerio-almeida">apublica.org/autor/rogerio-almeida</a> .....	124
Figura 70 – Pedido da ASMIPPS de criação da RESEX FLORESTA VIVA. Fonte: ASMIPPS & IEB.....	125

Figura 71 – O Porto Hidroviário de Monte Dourado, Almeirim-Pa é caracterizado por relações comerciais. Foto: Luciana Carvalho. ....	128
Figura 72 – Aproximação do Porto hidroviário. Ao fundo (ou em frente), Laranjal do Jari-Ap. Foto: Luciana Carvalho.....	129
Figura 73 – Paisagem de Monte Dourado, Almeirim-Pa com uma casa de compra de castanha, localizada próximo ao porto hidroviário. Foto: Luciana Carvalho. ....	129
Figura 74 – Porto de Monte Dourado, Almeirim-Pa, de onde saem as bajaranas que atravessam o Jari até Laranjal do Jari-Ap em menos de cinco minutos. Foto: Malenna Farias. ....	130
Figura 75 – Bajaranas chegando com passageiros do Laranjal do Jari-Ap. O valor da passagem custa R\$ 2,00 e é controlado por um sistema de fichas recebido ao sair, e entregue ao chegar pelo passageiro. Foto: Malenna Farias. ....	131
Figura 76 – Porto das bajaranas de travessia. Foto: Malenna Farias. ....	131
Figura 77 – Balsa de transportes que compõe a paisagem portuária de Monte Dourado, Almeirim-Pa. Foto: Malenna Farias. ....	132
Figura 78 – Vista do rio Jari que divide Monte Dourado, Almeirim-Pará e Laranjal do Jari-Amapá. Foto: Malenna Farias. ....	132
Figura 79 – Casa de venda de castanha-do-pará. O comercio da castanha é muito simbólico. São duas casas no entrono da área portuária de Monte Dourado, Almeirim-Pa, e na época da safra, lotadas em barricas e sacas. Foto: Luciana Carvalho. ....	133
Figura 80 – Vendedores de lanche. Foto: Malenna Farias. ....	133
Figura 81 – Comercio no porto das bajaranas em Monte Dourado, Almeirim-Pa. Foto: Malenna Farias. ..	135
Figura 82 – Um café entre bugigangas e oficina. Foto: Malenna Farias.....	135
Figura 83 – Em meio ao comercio de variedades de produtos, o Ponto de abastecimento de agua potável das prestadoras de serviço da Jari Celulose. Foto: Malenna Farias.....	136
Figura 84 – A rua e suas sociabilidades. Foto: Malenna Farias. ....	136
Figura 85 – A lida da rotina nas estradas. Foto: Malenna Farias.....	137
Figura 86 – O esforço após uma manhã chuvosa. Foto: Malenna Farias. ....	137
Figura 87 – Trabalhadores do Grupo Jari no final do expediente no porto de Monte Dourado-Pa, retornam para Laranjal do Jari-Ap. Foto: Malenna Farias. ....	138
Figura 88 – Ao fim do dia de uma segunda-feira, os operários encerram sua jornada de trabalho. Foto: Malenna Farias. ....	138
Figura 89 – Ônibus que faz linha para as comunidades de Monte Dourado, Almeirim-Pa. Foto: Malenna Farias.....	139
Figura 90 – Saída do ônibus com lotação de passageiros. Foto: Malenna Farias.....	139

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO: EMBRENHANDO NO CONFLITO .....</b>	<b>16</b>
<b>CAPITULO 1 – EM BUSCA DE NOVA(S) NARRATIVA(S) SOBRE O CONFLITO .....</b>	<b>22</b>
1.1 A INSTAURAÇÃO DO CONFLITO .....	24
1.2 APROXIMAÇÃO DO CAMPO: A EXPERIÊNCIA ETNOGRÁFICA DO CONFLITO.....	31
1.3 O CAMINHO DE REPARTIMENTO DOS PILÕES .....	44
1.4 O CAMINHO DA ROÇA DE DINHO.....	57
<b>CAPITULO 2 - NA MATA BROTOU A CASTANHA. DA CASTANHA, REPARTIMENTO .....</b>	<b>64</b>
2.1 TORNANDO-SE “DONO” DE CASTANHAL.....	79
2.2 DO CASTANHAL AO JARI: A CASTANHA ENTRE CHUVAS, RAMAIS E BURROS .....	85
2.3 A CASTANHA DO JARI SEDIMENTANDO MEMORIAS.....	96
<b>CAPÍTULO 3 – SOU COLETIVO: ENTRE EUCALIPTO E CASTANHA.....</b>	<b>101</b>
3.1 TRAJETÓRIA DA ORGANIZAÇÃO SOCIOPOLÍTICA EM REPARTIMENTO DOS PILÕES .....	102
3.2 POPULAÇÕES TRADICIONAIS, À QUE(M) SE REMETE? .....	105
3.3 COLETIVOS X INDIVIDUAIS: TORNANDO-SE “COLETIVOS” .....	110
3.4 RETRATOS DOS COLETIVOS DE REPARTIMENTO DOS PILÕES E SUA ORGANIZAÇÃO SOCIOPOLÍTICA .....	118
ANEXO 1 – MANIFESTO DA AMIPPS EM FAVOR DO SEU CAR COLETIVO. FONTE: ASMIPPS & IEB.....	126
<b>CAPITULO 4 – FOTOGRAFIAS QUE (D)ESCREVEM: O COMERCIO EM MONTE DOURADO, ALMEIRIM-PA.....</b>	<b>128</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>140</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS.....</b>	<b>144</b>

## **INTRODUÇÃO: EMBRENHANDO NO CONFLITO**

As mudanças sociais, econômicas e ambientais ocorridas nas últimas cinco décadas, na Amazônia, têm engendrado significativas interferências na dinâmica das relações sociais e das práticas culturais da população regional. No contexto de um processo de desenvolvimento projetado como crescimento econômico e baseado na intensificação de relações capitalistas de produção e mercado, os modos de vida de inúmeras comunidades amazônicas reconfiguram-se, com frequência, sob pressões, ameaças e conflitos. Não por acaso, diversas pesquisas no campo investigativo das ciências sociais têm se debruçado sobre temas como mudança social e conflito entre comunidades locais envolvidas em disputas territoriais, étnicas, ambientais, agrárias e de outras naturezas, tanto no plano externo (com o Estado ou grandes empresas, por exemplo) quanto no plano interno das próprias comunidades (CASTRO, 2005; ALMEIDA, 1991; LITTLE, 2002).

Alinhando-se a preocupações expressas nessas pesquisas, o presente trabalho refere-se ao estudo de um caso específico que, embora circunscrito à região do Jari, no município de Almeirim/PA, exemplifica processos ocorridos em larga medida no oeste do Pará. O caso em questão é o da comunidade Repartimento dos Pilões, situada a 63km da sede do distrito de Monte Dourado, o qual, desde a década de 1970, abriga um grande projeto de produção industrial de celulose a partir de extensas florestas de eucalipto plantadas onde antes havia floresta nativa.

O município de Almeirim tem sua história registrada em documentação produzida no século XVIII, quando os Padres Capuchos de Santo Antônio chegaram à região e assentaram suas missões, dando origem à aldeia Paru, envolvendo indígenas Aparai, Waiãpi e Wayana, descidos de localidades próximas. Foi no ano de 1758 que a aldeia ganhou a categoria de vila e foi renomeada como Almeirim, pelo então governador da Capitania do Grão-Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado (LINS, 2001, p.27). Isso ocorreu durante sua viagem pelo rio Amazonas em direção ao Rio Negro, durante a qual ele renomeou, com nomes de cidades portuguesas, as aldeias por onde passava (CAMARGO, 2015, p.62). Assim como Óbidos, Faro, Alenquer,

Santarém e outras cidades na calha do rio Amazonas e no baixo curso dos seus afluentes, a renomeação de origem portuguesa Almeirim foi data com o propósito colonialista de demarcação territorial e aumento do poderio português nas terras amazônicas. No um dos períodos da Cabanagem, no ano de 1835, a vila de Almeirim foi destruída. Tornou-se município somente 55 anos depois dos episódios de luta cabana, em 1890, especificamente.

Para fins de localização, Almeirim situa-se na margem esquerda do rio Amazonas e se destaca por seu vasto território. Com uma área de 72.960 km<sup>2</sup>, ocupa o quarto lugar em extensão no Pará, sendo o oitavo do país. Sua população é estimada em 31.475 habitantes, de acordo com o censo do IBGE do ano de 2008.

Desde 2006, divide com municípios vizinhos o abrigo de cinco áreas protegidas, sendo duas Unidades de Conservação (UC) de proteção integral (Reserva Biológica Maicuru e Estação Ecológica do Jari), uma de uso sustentável (Floresta Estadual do Paru) e duas Terras Indígenas (Rio Paru d'Este e Tumucumaque) que, unidas a outras UCs e à TI das Guianas e estado do Amapá e Amazonas, constituem o “maior bloco contínuo de florestas tropicais protegidas do planeta” (IFT, 2010). As UCs ocupam mais de um milhão de hectares do município, sendo a Esec (Estação ecológica) do Jari de menor dimensão e a Flota (Floresta Estadual) do Paru de maior dimensão.

Esses dados são importantes pois caracterizam Almeirim como um lugar de disputas territoriais aliadas a interesses geopolíticos desde sua formação como município. A terra é disputada para a produção de bens industriais a partir da monocultura do eucalipto; para moradia e trabalho de inúmeras comunidades tradicionais e migrantes; e, mais recentemente, com o discurso ambientalista, para a proteção ambiental, tornando-se foco de intenso conflito fundiário, social e ambiental.

Atualmente, a comunidade Repartimento dos Pilões representa grande parte desses conflitos que se expressam tanto no plano jurídico quanto no plano das interações cotidianas entre moradores e outros agentes que intervêm na área. Na prática, há conflitos entre parte dos moradores e a indústria de celulose; entre parte dos moradores e o Estado; e entre dois grupos de moradores autodenominados “coletivos” e “individuais”.

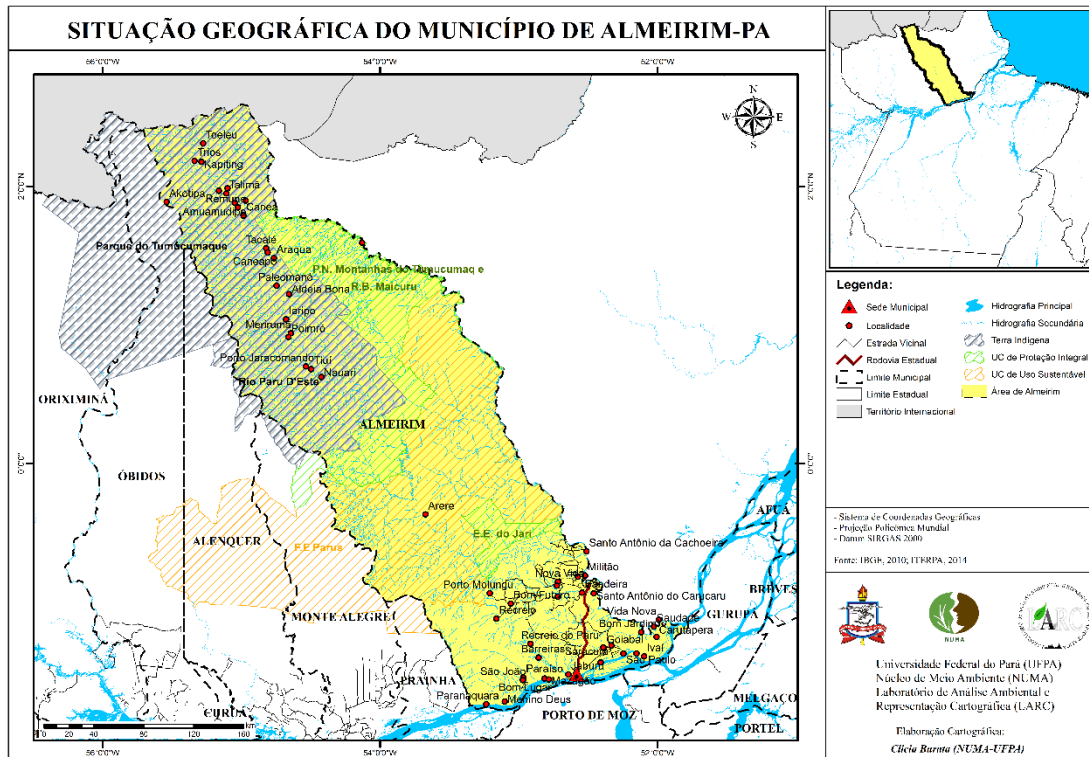


Figura 1 - Localização do município de Almeirim no estado do Para. Fonte: NUMA-UFPA



Figura 2 – Almeirim vista do Amazonas. Foto: Luciana Carvalho

Este trabalho aborda, sobretudo os conflitos instaurados entre os moradores, que permitam interpretar os sentidos políticos, culturais, cosmológicos e econômicos da noção de *coletivo* no contexto estudado. Por entender que as investigações não se exaurem por aqui, afirmo que esta aproximação inicial do caso sugere que, na base do conflito, há uma disparidade entre as lógicas de uso da terra e dos recursos ambientais, as quais variam entre os “coletivos” e os “individuais”.

De um lado, o primeiro grupo de moradores, reconhecendo-se como “comunidade tradicional”, iniciou um processo de reivindicação de criação de uma Reserva Extrativista (Resex) para garantir o direito de acesso e uso de recursos tradicionalmente explorados, de modo especial a castanha. Membros desse grupo têm acionado a identidade de “coletivos” e buscam no direito institutos que apoiem a reivindicação do reconhecimento de terras de uso comum. De outro lado, moradores que se apresentam como “individuais” opõem-se à criação da Resex e almejam receber títulos de propriedade dos terrenos em que residem, realizando atividades produtivas como o cultivo de hortifrúteis e a piscicultura, uma vez que se reconhecem enquanto “comunidade rural”, relativo ao seu modo de viver o campesinato<sup>1</sup>.

Porém, aprofundando a reflexão sobre o caso, a noção de “coletivo” parece expressar mais que lógicas territoriais e aspirações fundiárias distintas. A observação atenta dos modos de vida dos “coletivos” sugere, no mínimo, que essa noção não deve ser confundida apressadamente com a pressuposição convencional de uso comunal da terra e dos recursos naturais como se se tratasse de um modelo, de todo, oposto às formas de apropriação individual desses bens. Percebe-se que o mesmo grupo que se esforça para se organizar em torno de uma reivindicação de reconhecimento do domínio coletivo de suas terras e recursos, também se organiza para exercer a condição de “donos” de castanhais, por exemplo, utilizando-se de expedientes como o arrendamento, por exemplo.

Nesse contexto, a pesquisa se esforçou para compreender os sentidos subjacentes à noção de “coletivo”, refutando sua associação simples, imediata e direta com regimes de uso coletiva da terra e buscando elucidar quais

---

<sup>1</sup> Apesar de muitas formulações acumuladas sobre esta categoria, sua utilização se faz aqui para se referir às populações que vivem em zona rural, possuindo contato e trocas com unidades urbanas.

elementos traduzidos por essa noção, de fato, opõem esse grupo ao outro, que se identifica como “individuais”. Como aportes metodológicos pretendeu-se fazer o uso interpretativo dos dados que emergem dos discursos locais e da etnografia do conflito, incluindo a observação participante.

Vale ressaltar que a escolha da observação da noção *coletiva* com os “coletivos” não se deu de forma aleatória, mas pelas condições do contexto de conflito. Os “individuais”, em sua particular e segura expressão, não nos permitiram adentrar em seu universo, uma vez que chegamos ao trabalho de campo através da articulação feita com os “coletivos”. Esta situação nos leva a refletir no como as articulações e entradas em campo influenciam a pesquisa e o relacionamento com as demais partes no trabalho de campo. São, no entanto, desafios que o campo da pesquisa demonstra, com os quais devemos lidar conscientemente e que podem, em certa medida, otimizar nosso papel de agente político e social dentro da área de atuação.

Distribuí as informações que obtivemos em campo, recursos documentais e processuais em quatro partes. A primeira para contextualizar a situação do conflito instaurado há mais de um século na região do Jari, retratando os atores já circunscritos na literatura sobre a época e elucidar a minha experiência etnográfica em um contexto de conflito com seus aspectos principais;

A segunda parte refere-se à história de constituição da comunidade Repartimento dos Pilões com algumas das principais narrativas que remontam ser a atividade extrativista da castanha o símbolo de sua origem e formação. Retrata também sobre as formas de uso dos castanhais na comunidade abordando as diversas formas de apropriação pelos extrativistas; além de descrever aspectos da rota da castanha pelo Jari. A terceira parte integra o processo de construção da identidade dos “coletivos”, tratando da trajetória de organização sociopolítica desse grupo, de grande importância para a compreensão da ativação desta identidade no contexto da oposição aos “individuais”.

Por fim, defendo a importância deste trabalho por se inserir na rede que promove ressoar a voz dos novos discursos, demandas e anseios desses atores sociais, a partir de sua organização sociopolítica ordenada por suas construções cosmológicas, ou seja, aquilo que compreendem sobre si, os

espaços e os outros, permitindo a inserção de histórias particulares assim como a reconstituição de uma história marcada por interesses e diferenças, o que integra em nova(s) narrativa(s) do conflito; e apresento a quarta parte que retrata, com recursos da antropologia visual, outras dimensões da vida social na região de Almeirim.

As sessões de fotos como subtítulos ao final de cada capítulo ilustram a retórica exercitada no texto e são apresentadas como elementos construtivos de uma visão esboçada, parte do trabalho de campo, sob a tentativa de dar ênfase ao recurso visual como ferramenta etnográfica.

## CAPITULO 1 – EM BUSCA DE NOVA(S) NARRATIVA(S) SOBRE O CONFLITO

Esta história tem início há mais de um século que, estendido pela permanente disputa entre sujeitos diferentes, abriga memórias, sentimentos e outras maneiras de se contar. Mais que uma mera revisão da história do Vale do Jari, o que se apresenta neste capítulo e ao longo dos demais é uma (das) possibilidades de dar voz a alguns dos sujeitos que, hoje, vivendo em uma localidade em conflito, têm maneiras particulares de articular a narrativa de sua história e memória como grupo, exprimida a partir de suas experiências individuais e coletivas.

A atenção voltada para a busca de uma nova narrativa do conflito se dá por estar diretamente ligada à formação da identidade de agentes sociais, em um processo no qual compreensão histórica é fabricada e operada à maneira que percebe as formas no e do mundo. As múltiplas maneiras de se contar uma história, isto é, de se compor uma narrativa, correspondem a esse fenômeno da construção da identidade, e são exatamente *múltiplas* pelos diferentes modos de vida experimentados pelos sujeitos.

Ainda, a narrativa que se busca expor deve possibilitar visualizar um conjunto de outras experiências que podem ser acionadas pela memória individual e coletiva; as mudanças individuais e coletivas por quais passam os grupos sociais; as formas de agência no tempo e espaço; além da constituição de um dado grupo, por conseguinte a construção de identidades coletivas às quais aderem os sujeitos individuais. Assim, esta nova narrativa pode ser encarada como uma forma de explicar o mundo, que pode ser contada pelos próprios sujeitos que a fabricam, a partir de suas noções e interpretações dos fatos vivenciados.

Nesse sentido, abordar a reconstituição do conflito sugere, no âmbito da emergência de novos atores sociais, dar vez a outras vozes, outros agentes e outras interpretações de fatos do passado que refletem continuamente na atualidade. Os mesmos fatos, a mesma história, porém com uma perspectiva nova, diferente, um novo discurso legitimado, sobretudo, por experiências fundamentadas em uma noção de coletividade.

A memória, os fatos do passado estão conectados ao presente, dando ênfase à continuidade de uma trajetória histórica, onde tempo e espaço são

alterados e recriados em conformidade com as transformações sociais. Isto é possível porque a dinâmica da narrativa histórica é instável, no sentido de promover mobilidade temporal e espacial. Assim, a narrativa da história, tal como é concebida e operada hoje, constituída de múltiplas partes de historicidades, se reproduz de várias formas, considerando a diversidade de fontes e particularidades que são evocadas pelas perspectivas históricas dos sujeitos.

Tudo se passa ao largo das correntezas de um afluente da margem esquerda do Amazonas, o rio Jari. Seu berço é na serra do Tumucumaque, e seu curso apresenta rochas e cachoeiras com cerca de vinte metros, dificultando a navegação em vários trechos. O Jari deságua no estuário do rio Amazonas, em frente à Ilha Grande de Gurupá. Estende-se por 800km e seus principais afluentes pela margem direita são os rios Citaré, Itapecuru, Tucuranã, Paicuru, Urucurituba. Marco da fronteira entre os estados do Pará e Amapá o Jari é rota de chegada dos primeiros habitantes e das principais atividades econômicas da região, assim como o rio Paru que corre em paralelo.

Essa região foi palco de diferentes processos de ocupação do espaço e apropriação dos recursos ambientais, que marcam as lógicas distintas se estar no lugar e se relacionar com ele até os dias de hoje. Conta-se, como toda a história da Amazônia, que antes da chegada dos europeus era rota de conglomerados indígenas que mantinham seus modos de vidas e, fixando-se ou não, realizavam um circuito de trocas e contato uns com os outros (NEVES, 2006). A invasão europeia deu início a um novo processo de ocupação marcado pela violência e dizimação desses povos, encabeçado pela política colonialista dos descimentos e catequização. Posteriormente, a região atraiu migrantes, em sua maioria nordestinos para trabalhar com o extrativismo da borracha e coleta de castanha, as duas principais atividades econômicas até a chegada do americano Ludwig<sup>2</sup>.

Atualmente, trata-se de áreas ocupadas por pequenos produtores, pescadores, garimpeiros, castanheiros e outros extrativistas, além de empresas responsáveis pelo cultivo de eucalipto e produção de celulose. A expressão “região do Jari” remete a essa trajetória de ocupação e é até hoje usada para

---

<sup>2</sup> O americano Daniel Keith Ludwig foi um empresário que, ao final do século XIX, concentrou terras e fortunas com o Projeto Jari. Sobre ele, se detalha mais adiante.

designar áreas onde se localizavam as fábricas, vilas e arredores do Projeto Jari, de Ludwig. Para Lucio Flavio Pinto (1986, p.12) as terras do Jari estavam localizadas estrategicamente para o Projeto de Ludwig: “próximas a foz do Amazonas [...] compreendiam savanas em baixios inundáveis durante o período de chuvas e um planalto coberto de floresta densa”. O lugar perfeito para a instalação de um grande projeto agroindustrial, composto por um conjunto de duas plataformas, uma geradora de força e outra de celulose, cada uma equivalente a um prédio de quinze andares, que viriam trazidas do Japão até o Porto de Munguba, situado a margem direita do Rio Jari, em uma viagem de 87 dias, percorrendo 28.706 quilômetros (LINS, 2001, p.165). O historiador Cristóvão Lins que retratou 70 anos da história do Jari compara o transporte das plataformas como “uma fantástica miragem de edifícios em movimento” (p.166). Esses acontecimentos se deram no ano de 1978. Mas este latifúndio tem início antes, bem antes...

### 1.1 A INSTAURAÇÃO DO CONFLITO

Quarenta e oito anos. Foi o tempo que o empreendimento latifundiário na região chamada Vale do Jari permaneceu sob a tutela de um dos homens considerado, por muitos, o maior latifundiário do mundo, o Coronel José Júlio de Andrade. Cearense, da cidade de Sobral, veio para o Pará com menos de 20 anos de idade e morou no município de Benevides por pouco tempo, onde trabalhou com seu tio na agricultura, transferindo-se para a região do Jari em seguida, no ano de 1882. Nela, trabalhou em castanhais e seringais, vendendo sua produção para outras localidades como Belém e, posteriormente, à Europa. Anos mais tarde, assumiu, sob a figura de “coronel”<sup>3</sup>, a posse de uma área de mais de 16 mil km<sup>2</sup>, que se estendia pelos estados do Pará e do Amapá. Assim ele centralizou, na condição de “patrão”, a exploração de diversos recursos florestais e da agropecuária (LINS, 2001).

As relações de trabalho da época foram marcadas pelo sistema de trabalho conhecido como aviamento, que comprometia os pagamentos dos

---

<sup>3</sup> “Coronel” era a nomeação dada a alguém que ocupava um cargo político no Brasil, na era da República Velha, do início do século XX. José Júlio foi Senador pelo Estado do Pará, assumindo também o cargo de Deputado no ano de 1908. Fonte: (LINS, 2001).

trabalhadores em mercadorias para suprir suas necessidades básicas. Tais mercadorias eram vendidas pelo próprio patrão superfaturadas, seu valor era descontado no pagamento e muitas vezes a dívida do trabalhador permanecia, bem como sua contínua necessidade de adquirir mais produtos. Com o lema “o patrão paga o funcionário para zelar pelas suas coisas; se não fosse assim, não precisaria do mesmo”, o acúmulo de dívidas com o patrão permanecia de forma contínua (LINS, 2001). Como foi característico do sistema de aviamento, as relações de exploração e dominação entre patrão e trabalhadores perpetuaram antigas relações escravocratas no período colonial.

A expansão capitalista no Vale do Jari se concretizaria a partir de José Júlio de Andrade, pela concentração de terras em grandes extensões sob seus domínios. Seus títulos de terras eram garantidos pelos governadores da época em troca de votos sob circunstâncias de fraudes, tanto nas eleições quanto nas documentações dos cartórios da região. Segundo Lucio Flavio Pinto:

Levava de Belém atas e eleições e as preenchia em Aramanduba, em nome de todos os eleitores, em favor do candidato político que apoiava. Em troca, os políticos lhe concediam títulos de posse e protegiam manobras de cartório para a incorporação de terras alheias (PINTO, 1986, p.16).

Em 1948, um grupo de portugueses adquiriu a posse dessas terras, passando a dominar o mercado deixado por José Júlio, mantendo o mesmo sistema de exploração extrativista na estrutura do aviamento. Criaram ainda três empresas, a Jari Indústria e Comércio, a Companhia Industrial do Amapá e a Companhia de Navegação Jari S/A, exportando uma série de artigos agrícolas que compravam dos agricultores da região: a castanha, o milho, o arroz, a farinha, o pão. Não obtendo os lucros almejados, acumularam dívidas e, em 1967, venderam o empreendimento para o norte-americano Daniel Keith Ludwig que, com forte apoio do governo militar brasileiro, chegou a ocupar 1,3 milhões de hectares, um dos maiores latifúndios do mundo. Esse período foi marcado pela migração nordestina que se intensificava para a região amazônica na medida em que ofertas de trabalhos se propagavam Brasil afora, desencadeando um processo de ocupação territorial firmado por expectativas de condições melhores de vida. Daniel Keith Ludwig foi um bilionário que viveu

entre os anos 1897 e 1992 e concentrou uma fortuna em torno de 1,2 bilhões de dólares, permitida pela exploração capitalista de recursos naturais.

Tudo se constituiu no contexto do regime militar brasileiro no decorrer da década de 1960, quando políticas de ocupação e exploração de recursos foram iniciadas junto ao corpo empresarial norte-americano, almejando a potencialidade do capital e do lucro para as frentes econômicas mundiais, a partir de um lugar pouco conhecido na época, a Amazônia. Para o conhecimento do lugar, suas características geográficas específicas, seus potenciais de exploração, foi encomendado, pelo Governo Militar um levantamento aerofotogramétrico da região (SAUTCHUK et al., 1979), sob responsabilidade dos Estados Unidos. Desde então, firmaram-se projetos gigantescos no interior das terras amazônicas para uso e exploração de recursos afim de abastecer o mercado internacional.

Na Amazônia foram criados seis grandes projetos desta natureza, planejados sob a lógica estadunidense de cidades modelos industriais, as *company town*.<sup>4</sup> Só no estado do Pará foram quatro: Fordlândia, instalado em 1927 pela Ford Company para a produção de borracha com o cultivo da seringueira; Porto Trombetas, instalado em 1976 no município de Oriximiná pela Mineração Rio do Norte (MRN) para a exploração da bauxita; Núcleo do Carajás, implementado em 1985 sob responsabilidade da então estatal Vale do Rio Doce, que deu origem à cidade de Parauapebas, distante 200 km de Marabá; e Monte Dourado, no município de Almeirim, instalado com o Projeto Jari de Ludwig em 1970 e que deu origem a Laranjal do Jari/AP. As outras duas são Porto Velho/RO construída em função do projeto da estrada de ferro Madeira-Mamoré, pela Railway Company, no ano de 1907; e Serra do Navio/AP, instalada em 1955 pela Industria Comercio e Mineração (ICOMI) para a extração do manganês, tornando o estado do Amapá nas décadas 1970, auge do projeto, o maior exportador do minério do mundo.

Todas essas cidades programadas para abrigar trabalhadores dos projetos foram caracterizadas com índice de qualidade de vida excelente. No

---

<sup>4</sup> Em português significa cidade operária, cidade corporativa ou vila operária, e designa uma localidade onde, em sua totalidade ou parcialmente, todas as habitações e espaços comuns são de propriedade de uma empresa, que é a única entidade patronal. São caracterizadas pelo monopólio, pelo paternalismo, pelo isolamento e pela excelente qualidade de vida. E no caso das *company towns* na Amazônia estas cidades giram em torno de algum megaprojeto. Fonte: <http://realidadeurbanas.blogspot.com.br/2012/01/company-towns-na-amazonia.html>

entanto, na maioria dos casos, os funcionários que as habitavam eram mão de obra especializada proveniente de outras regiões do país, o que ocasionou a marginalização social daqueles trabalhadores nativos e migrantes no entorno dos empreendimentos, que constituíram genericamente o Beiradão<sup>5</sup>. Esse é o caso de Laranjal do Jari, município da margem esquerda do rio Jari, no estado do Amapá, onde residem trabalhadores de baixo escalão da Jari. Parauapebas/PA também reflete os problemas gerados pelo crescimento desordenado nas áreas do projeto minerário.



Figura 3 – Company Towns na Amazônia. Fonte: realidadeurbanas.blogspot.com

O processo histórico de exploração dos recursos naturais e do trabalho humano na região amazônica produziram, obviamente, consideráveis impactos ambientais e socioeconômicos, entre os quais o desmatamento, o deslocamento de grande parte da população tradicional e a imigração de empreendedores de várias localidades.

<sup>5</sup> O Beiradão constituiu-se a partir do contingente de migrantes e posseiros expropriados de alguma parte da região que, levantando-o em palafitas, estabeleceu-se como alternativa de sobrevivência, como aponta Camargo (2015).

A implementação do megaprojeto no Vale do Jari seria a consolidação de um sonho do empresário Ludwig, que, visionário, era conhecido entre os capitalistas do mundo inteiro “pela sua capacidade de descobrir ou criar grandes fontes de lucros onde outros investidores não se arriscam ou não conseguem” (SAUTCHUK et al., 1979, p. 20). Inicialmente, o projeto incluía: portos, rodovias, ferrovia, aeroporto, termelétrica, uma *company town*, além de um audacioso projeto agropecuário. As décadas de 1960 e 1970 abrigaram a diversificação das atividades empreendedoras de Ludwig. Já lidava com a comercialização de transportes e passou a lidar com mineração, hotéis de luxo e empreendimentos mobiliários espalhados pelos continentes (CAMARGO, 2015).

Em 1980, graças ao investimento de mais de um bilhão de dólares, o Projeto Jari passou ao controle de um grupo de empresas nacionais. Em 2000, ficou sob a responsabilidade do Grupo Orsa, um conglomerado paulista do setor de papel e celulose, que não só assumiu o controle da gestão do projeto, mas também suas dívidas e o compromisso de se adequar ao novo cenário de legislação ambiental e social. Perpetuando o viés do neoliberalismo econômico, a região Oeste do Pará tem sido constantemente visada pelos interesses do mercado mundial de exportação, ao qual o Brasil oferece abertura com os megaprojetos de portos graneleiros, indústria de energia e agronegócio, provocando tensões entre os sujeitos que objetivam garantir direitos a terra com lógicas distintas de uso e apropriação dela e seus recursos.

A comunidade de Repartimento dos Pilões, entre cerca de outras 150 comunidades locais, situam-se neste cenário de disputas e conflitos em Almeirim, onde interesses territoriais e econômicos, tanto nacionais como locais estão em jogo. Com a efervescência dos conflitos extra e intercomunitários e cada vez mais acirramentos dos mesmos, as buscas ao Ministério Público Estadual do Pará (MPE-PA) para mediar e intervir sobre os casos têm aumentado e têm sido uma das mais eloquentes formas que expressam o impacto socioambiental das novas dinâmicas territoriais. É grande a quantidade de procedimentos judiciais e extrajudiciais abertos anualmente na Promotoria de Justiça Agrária do MPE-PA. Estendidos por anos em função da complexidade que refletem, esses conflitos tornaram-se ocorrências

corriqueiras no cenário jurídico brasileiro e regional da Amazônia, em especial (SAWYER, 2011).

Em 2016, na abrangência da Promotoria de Justiça Agrária do MPE-PA, havia cerca de 30 procedimentos judiciais e mais de 100 procedimentos extrajudiciais em andamento, que refletiam conflitos territoriais vivenciados por uma diversidade significativa de grupos formadores da sociedade brasileira: quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, agricultores familiares e pescadores, entre outros.

A pertinência do conflito é denunciada na carta escrita pela Associação dos Micros e Mini Produtores Rurais e Extrativistas da Comunidade de Repartimento dos Pilões (ASMIPPS) e pelas Associações do Rio Paru e Amazonas, em 05 de Setembro do ano de 2014. Nela, representantes dos “coletivos” enfatizam o desagradável relacionamento com a empresa Jari; contestam o relatório de manejo florestal, do qual alegam desconhecimento e não participação; contestam ainda o não cumprimento das práticas de manejo pela empresa, previstas em legislação; e é anunciado o pedido de cancelamento do selo florestal (FSC) até que a questão da regularização fundiária seja resolvida.

A Associação ASMIPPS, através deste documento, vem pronunciar-se publicamente no poder a que lhes é concedido para contestar quanto ao relatório de avaliação para a Certificação do Manejo Florestal da empresa Jari Florestal conduzido por esta certificadora SYSFLOR. A qual a mesma inclui em seu relatório o nome da nossa comunidade. Repartimento dos Pilões é uma comunidade tradicional. A mesma diz em seu relatório que fez entrevista/consulta em nossa comunidade. Em resposta a presença a esta certificadora estamos dizendo ao Ministério Público Agrário, à Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA) e ao próprio FSC que jamais a nossa comunidade por parte desta certificadora entrevistas/consulta, pois a Associação jamais foi informada de tal assunto e sabendo ainda que o manejo da POA 09 qual a empresa pretende consolidar sobrepõe nossa comunidade. Não haverá acordos nem parcerias com esta empresa, pois o manejo nesta área enfraqueceria nossos recursos naturais (ASMIPPS, 2014).

Parecer das Associações do Rio Paru e Amazonas. Como detalhado no manual de certificação sobre nossas comunidades. Nunca recebemos representantes da empresa Jari, nem do FSC nas comunidades. A Jari nunca nos facilitou do conhecimento da cadeia de valor, saúde, manutenção de estradas. É uma inverdade que a empresa Jari tem um bom

relacionamento com as comunidades. As comunidades do Rio Paru e Amazonas estamos contestando sobre o relatório de avaliação do manejo florestal da Jari Florestal, pois não fomos consultados e nem tivemos conhecimento desses acontecimentos em nossas comunidades e também pedimos o cancelamento do Selo Florestal da Jari S.A. até que seja resolvido o problema da regularização fundiária das comunidades (ASSOCIAÇÕES DO RIO PARU E AMAZONAS, 2014)

Em 2004, um ano após a implementação do plano de manejo florestal sustentável, a Fundação Jari alcançara o grau máximo de certificação do Selo Verde do Conselho de Manejo Florestal (FSC)<sup>6</sup>, reconhecendo que suas ações estariam alinhadas aos princípios e critérios que regulamentam a atuação de grupos exploradores de recursos ambientais.

Para o reconhecimento do selo FSC e utilização do logotipo para fins de comércio, supõe que o plano de manejo da empresa está sendo: ambientalmente adequado, protegendo e conservando áreas de proteção; socialmente benéfico, respeitando os direitos dos trabalhadores, das comunidades locais e povos indígenas; e economicamente viável, construindo mercado, adicionando valor acessível a partir da equitação dos benefícios da certificação.

Distante dessa realidade estão as comunidades locais que enfatizam seu descontentamento com o referido reconhecimento florestal. Um dos motivos que levaram os extrativistas a questionar o modelo de manejo sustentável aplicado pelo Grupo Jari está no registro, feito pelos mesmos, de espécies tombadas com menos de 50 centímetros de raio (árvores jovens), violando a legislação nos locais onde algumas árvores foram retiradas. Continuam na carta:

É muito preocupante e revoltante a forma a qual esta certificadora está utilizando para certificação da empresa Jari Florestal. [...] Dos princípios, página 36 de 76<sup>7</sup> diz que não existem comunidades tradicionais; nós estamos dizendo: nós somos uma Comunidade Tradicional. Página 9 de 76 diz: não fazem parte do escopo da certificação da empresa florestas dentro do polígono da empresa. POA 09 está no polígono de nossa comunidade. [...] Impactos sociais. Páginas 22 de 76 diz:

---

<sup>6</sup> O selo verde, como é conhecida a sigla FSC – Forest Stewardship Council – (Conselho de Manejo Florestal em português), é a certificação ambiental mais conhecida do mundo, com presença em 75 países. O FSC Brasil nasceu em 2001. Até 2007 os negócios no setor de madeira certificada atingiram o patamar de R\$ 3 bilhões.

<sup>7</sup> Relatório da Certificadora Sysflor para reconhecimento do manejo florestal, 2014.

Fundação Jari responsável pela gestão social e desenvolvimentos sociais com a comunidade local. Mentira. Senhores, nossa comunidade existe há mais de 70 anos e nunca fomos amparados por projetos sociais de desenvolvimento socioambientais e econômicos por parte da empresa Jari. Nossa comunidade ainda é pacata e tem sua base econômica no extrativismo e na agricultura familiar. [...] Dos impactos ambientais, páginas 22 de 76: quanto aos impactos ambientais são notáveis pois com o manejo do eucalipto que a empresa Jari planta quase dentro de nossa comunidade, nossos igarapés estão secando, a caça já temos que ir mais longe para buscar; tivemos que isolar um abastecimento de água em nossa comunidade por conta dos produtos tóxicos utilizados pela empresa, os quais deságuam em nosso sistema e igarapés [...] os processos de disputa e reivindicação da posse da terra tem ocasionado conflitos pois a empresa pleiteia nossas terras. [...] Pedimos o cancelamento do certificado todos os tramites de regularização fundiária de nossas terras (ASMIPPS, 2014).

Em meio a essas tensões emergidas por um denominador comum, isto é, o território, que emerge a polifonia de vozes e atores afim de circunscrever suas histórias, memórias e trajetórias de vida resistentes à insistência dos conflitos de várias naturezas. Integram as nova(s) narrativa(s) do conflito os aspectos como historicidades contidas na memória dos novos atores sociais; a capacidade de organização sociopolítica no interior do grupo; suas percepções e classificações, ou seja, aquilo que compreendem sobre si, os espaços e os outros, e que ordenam sua organização; a dinamicidade envolvida com a reconstituição de uma história marcada por interesses e diferenças.

## 1.2 APROXIMAÇÃO DO CAMPO: A EXPERIÊNCIA ETNOGRÁFICA DO CONFLITO

Este caso chegou até mim como chega um convite aos ouvidos de quem espera ansiosamente por alguém muito querido ou para um festejo estimado. Particularmente, tenho muita satisfação em participar de festejos e eles me estimulam instantaneamente. Seria a oportunidade ideal para aprimorar meus conhecimentos e praticar aquilo que já estava ficando morno na rotina acadêmica. Pela segunda vez, estaria eu em frente a um caso dito clássico da antropologia e, naquela ocasião, pretendia tentar com ele tornar realidade o “empreendimento etnográfico” que as interpretações subjacentes deixassem levantar (GEERTZ, 1926). Bem, considero ainda estar neste caminho e que

longa será minha jornada, não o esgotando, assim, neste trabalho. Na realidade, aqui é apenas o começo de tudo. A antropologia, de fato, se inicia nestas páginas que seguem.

Havia uma motivação incessante que fazia-me buscar e desfrutar do conhecimento de forma geral, e estava diretamente ligada a identificação com meu lugar de origem e de vivência. Talvez porque um dia vi uma mulher, que conheci antes mesmo de nascer, dar tal importância com fervor ao seu lugar e seu modo de ser e viver, e isso transbordou fortemente em minhas apreensões futuras do cotidiano. Desde então, defender um modo de ser em um lugar, para mim, passava a ser responsabilidade de vida e, almejava assumir esse posicionamento em tudo o que eu fizesse. Quando conheci a antropologia, percebi que ela me poderia ser o caminho para desenvolver uma técnica viável para essa realização. A defesa de um território e de um modo de vida não me era de todo estranho, já fazia parte de minha maneira de ver o mundo e de me encontrar com ele e, na academia, conhecendo muitos casos e histórias com o mesmo enredo, me vi situada à beira de um rio por onde navegavam fortes embarcações movidas pelo desejo simples e incessante de existir. Então, quis navegá-lo também.

Conheci o caso de Repartimento dos Pilões quando ingressei no Programa de Extensão Patrimônio Cultural na Amazônia (Pepca), em meados do ano de 2016, a partir de uma seleção de bolsistas de extensão para trabalhar em planos de trabalhos com populações tradicionais em Unidades de Conservação. Na ocasião, assumi o plano de trabalho intitulado “A rota da castanha na região do Jari: mapeamento de conhecimentos e práticas tradicionais”, no qual fizemos levantamentos preliminares sobre a região do Jari relacionados aos conhecimentos e práticas desenvolvidas pelas comunidades que ali residem.

Faz-se importante ressaltar que este empreendimento de pesquisa, a *priori*, chegou no âmbito do PEPCA como demanda do MPE/Pará, Comarca de Santarém, que sugeriu a realização de estudo antropológico na área de intenso conflito fundiário. A procura pela Promotoria do Estado foi feita pelos próprios comunitários, representados pela associação, sobretudo em busca de resolver a questão fundiária da comunidade.

Considerarei esse caso clássico, nos termos do trabalho de campo antropológico, por se tratar de uma realidade da qual eu não fazia parte, não somente em termos de vivência, mas de conhecimento tanto da situação como da região. Diferente de trabalhos anteriores que eu me propunha realizar, este me exigiria o desdobramento de um esforço elementar, comum a todo antropólogo. Não que eu já não estivera, antes, frente a um campo distante, pelo contrário. Experimentei a complexidade de um trabalho etnográfico distante da minha realidade, assim como, a riqueza que um olhar próximo de outro campo me trouxera. Estaria eu, na condição de pesquisadora prestes a experimentar um campo inusitado e desafiador por sua especificidade.

Descrever, falar do outro já é por si só um exercício desafiador, seja este outro distante ou próximo da vivência da/o pesquisadora/r. Mas o caso era clássico também porque me remetia aos grandes autores fundadores da antropologia como Emile Durkheim (1858-1917), Marcel Mauss (1872-1950), Bronislaw Malinowski (1884-1942), Franz Boas (1858-1942), E. E. Evans-Pritchard (1902-1973), Claude Lévi-Strauss (1908-2009), Clifford Geertz (1926-2006), que sedimentaram suas perspectivas tanto teóricas como metodológicas investigando sociedades além de suas realidades.

Um pioneiro na sistematização do conhecimento antropológico foi Bronislaw Malinowski que esquematizou e consagrou o modelo metodológico da observação participante como exercício etnográfico, influenciado por seus mentores W.H.R. Rivers (1864-1922), C.G. Seligman e Edward Westermarck (1862-1939). Com a expedição ao Estreito de Torres, em 1898, o trabalho de campo, fundado por ele neste ramo científico, foi reconhecido por contrapor-se ao fazer antropológico da época que se firmava em uma antropologia de gabinete. Malinowski, reconhecendo seus predecessores, afirma que tanto eles como demais sucessores trabalharam “a fim de elaborar uma teoria científica do comportamento do homem e de melhor compreender a natureza, a sociedade e a cultura humana” (1944, p.14), sendo a cultura o principal objeto de investigação da antropologia: “a quota-parte científica de qualquer trabalho antropológico consiste na teoria da cultura, com referência ao método de observação em campo e ao significado da cultura como processo e como produto” (1944, p.15). Para ele, o papel de um etnógrafo é o de reconstituir a história da humanidade, seja em termos de evolução ou difusão, e suas

representações devem ser expressadas na linguagem dos conceitos (1944, p.18-9). Dessa forma, conseguirá compreender o verdadeiro significado da cultura.

A cultura é, no entanto, um composto das manifestações do comportamento humano construído em coletividade, e está representada em normas, costumes, crenças, performances, na individualidade e na coletividade. Nas palavras de Malinowski consiste em “um conjunto integral dos instrumentos e bens de consumo, nos códigos constitucionais dos vários grupos da sociedade, nas ideias e artes, nas crenças e costumes humanos” (p.45). Em sua obra *Uma teoria Científica de Cultura* (1944) ele refaz o percurso da instituição de conceitos e métodos para a antropologia concordando que a cultura deva ser caracterizada através de traços ou complexos de traços, e que estes podem ou não isolar-se como realidades afim de torná-los comparáveis tanto para a observação como para teorização (1944, p.43). Mas, insiste: a interpretação é parte fundamental de qualquer investigação antropológica.

Sem interpretação, todo o trabalho de campo científico degenerará num mero colecionar de dados; quando muito, poderá dar retalhos sem qualquer ligação entre si. Mas nunca porá a nu a estrutura sociológica de um povo ou apresentará um relato organizado de suas crenças, ou transmitirá a imagem do mundo na perspectiva do nativo. (MALINOWSKI, 1984, p. 255-6)

A interpretação possui caráter de ordenação da apreensão do ponto de vista do nativo, o que Malinowski (1978) buscou compreender no sistema completo e integrado da forma de troca intertribal entre os melanésios, o kula. Ele constatou que: “o nativo não tem visão do todo. Ele faz parte do todo e não consegue vê-lo de fora, como um observador” (1978, p. 72).

Enfim, inspirada em Malinowski compreendia que nem mesmo um experiente etnógrafo poderia dar conta do todo em curto tempo de observação, mas o desafio de Repartimento dos Pilões estava lançado e, desse modo, precisava esforçar-me no manuseio da ferramenta que utilizamos para a análise antropológica como forma de conhecimento, a etnografia. Com um caderno de campo para as devidas anotações, eu e a equipe de pesquisa do

Pepca rumamos ao Jari, navegando pelo Amazonas até o município de Almeirim.

Para desenvolver uma etnografia precisa-se, antes de tudo, entender esta prática como método de estudo. Durante a trajetória do campo antropológico muito se foi abordado e orientado em relação ao fazer etnográfico, e em muitas tentativas iniciais, enunciou-se a busca de objetividade na análise dos fatos sociais: o/a pesquisador/a devia despir-se de todo e qualquer preconceito exercido sobre a realidade social. No entanto, a questão a objetividade foi sendo contestada e reformulada ao longo dos debates, percebendo que o distanciamento permitido deve ter medida.

No Brasil, essa discussão metodológica ganhou notoriedade entre o círculo de antropólogos (as) preocupados (as) com questões epistemológicas que condicionam a investigação empírica dessa forma de fazer ciência. Bem lembrou Roberto Cardoso de Oliveira (1996), que nosso olhar, disciplinado na trajetória acadêmica, sofre um processo de refração para absorver a realidade, transformando-se em um olhar devidamente sensibilizado pela teoria disponível (p. 19), otimizando, assim, o olhar etnográfico. O treinamento desse olhar é extremamente importante para a realização de um empreendimento etnográfico. Ele denomina os atos cognitivos de olhar, ouvir e escrever como sendo três etapas para a apreensão dos fenômenos sociais e que devem ser questionados. O ouvir é considerado complemento do olhar como se fossem duas muletas que ajudassem o etnógrafo a caminhar o percurso longínquo e difícil do conhecimento. Lembra que, a metáfora utilizada por ele propositalmente é “para lembrar que a caminhada da pesquisa é sempre difícil, sujeita a muitas quedas” (p. 21).

No olhar e no ouvir “realiza-se nossa *percepção*, e no escrever, o nosso *pensamento* como produtor de um discurso que seja tão criativo como próprio das ciências voltadas à construção da teoria social” (p. 18). A dimensão que o escrever exerce está voltada, não só a linguagem da arte, mas a plenitude de inovação que uma abordagem de análise transmite. Para Mariza Peirano (1992, p. 14-5):

[...] toda etnografia precisa ser tão rica que possa sustentar uma reanálise dos dados iniciais. Nela, os dados não são

oferecidos apenas para esclarecer ou manter um determinado ponto de vista teórico, mas haverá sempre a ocorrência de novos indícios, dados que falarão mais que o autor, e que permitirão uma abordagem diversa.

O cuidado com o campo também é refletido no texto etnográfico, nossa principal arma de expressão do trabalho de campo. Clifford Geertz (2009) chama a atenção para dois aspectos relevantes na atividade de um antropólogo, a questão da assinatura, que “é uma questão de construção de uma identidade autoral”, bem como a questão do discurso, voltado para o “modo de enunciar as coisas — um vocabulário, uma retórica, um padrão de argumentação — que esteja de tal maneira ligado a essa identidade” (p. 20), e defende que nosso papel é o de reportar os fatos interpretando-os. A teoria interpretativa da cultura proposta por Geertz consiste em uma ampliação do conceito de “cultura”, até então redundante no campo das discussões antropológicas. Para ele, a etnografia é um empreendimento que projeta as práticas e experiências coletivas e individuais para o plano semiótico, isto é, o plano simbólico e inteligível. Suas descrições acerca da briga de galos em Bali dão uma interpretação da personalidade masculina dos balineses, e ele recorre ao suporte de alegorias que montam um cenário imaginativo e apontam para um convencimento da prática que foi descrita para encenar a realidade social. Para ele, a antropologia é indissociável da etnografia, no sentido da qualidade da pesquisa de campo que será refletida no texto do autor.

Nesse sentido, buscou-se neste trabalho empreender atentamente as orientações que estimulam o trabalho antropológico e etnográfico a fim de construir mais uma narrativa acerca da realidade social nessa parte da Amazônia.

\*\*\*

As sociedades humanas, ao instaurarem relações entre si, experimentam diversas formas de classificação de si mesmas, dos objetos e dos outros. Na maioria dos casos, essas formas se expressam como divergência entre os sujeitos, por seus interesses e intenções. Tendo em vista que o conflito, enquanto fenômeno social que nos permite pensar sobre processos de formação de coletividades e suas formas de atuação no meio

social, seu estudo possui interesse investigativo dentro das ciências sociais, podendo até revelar ressignificações acerca da construção de identidades coletivas e detalhar a dinamicidade envolvida. O conflito se apresenta também como um fenômeno que exerce função de transparecer as diferenças entre sujeitos, e como fator que atribui sentido ao processo de sociabilidades, na medida em que reúne conglomerados de interesses e representações no interior dos grupos humanos.

O cenário do conflito constitui aqui, um dado para localização e dimensão da polaridade das autorrepresentações acerca do território e o uso de recursos na comunidade. O grupo dos “coletivos” constitui-se como um sujeito do contexto, onde suas disparidades são acionadas principalmente na expressividade da diferenciação do “outro” por aspectos determinantes. Para além deste grupo e do grupo dos “individuais”, está a empresa Jari celulose, que também atua em constantes tentativas de incorporação e articulação social com os comunitários de Repartimento dos Pilões. Assentam-se no espaço da comunidade diferentes projeções acerca do meio onde todos esses agentes interagem uns com os outros. Perceber essas projeções e o reflexo de seus sentidos me soou como um desafio convidativo para o exercício do fazer antropológico.

Como bem salientou Little (2006, p.93) “uma das primeiras tarefas que o etnógrafo enfrenta é a identificação e análise dos principais atores sociais envolvidos no conflito, tarefa que se complica quando o número desses atores é alto”. Neste caso, a complexidade se coloca. Não pela alta quantidade em números de atores, mas pela força do campo social e político de disputa que é imposto por cada um deles. Um campo notadamente sedimentado e resistente, onde os agentes sociais estão dispostos em diferentes posições, cada qual com suas estratégias para tentar dominar o campo ou conseguir seus ganhos (BOURDIEU, 1989). Seus interesses são disputados em todo momento, em cada visita de órgãos públicos, em cada reunião, se expandindo seguramente à cada parte de sociabilidade da vivência em comunidade. Diante desse cenário, até a categoria “comunidade” pode ser contestada na dinâmica territorial, devendo se ter certa atenção para não fechar as autodefinições grupais em categorias generalizantes.

Cientes da situação conflituosa, partimos na expectativa de que nossa chegada e estadia na comunidade não seria de todo benvinda. Saímos de Santarém as dezoito horas do dia 10 de abril de 2017, em número de cinco mulheres, quatro estudantes e a professora coordenadora da pesquisa. Com dezoito horas de viagem de barco até Almeirim iniciamos um percurso onde passaríamos por três rios e duas estradas até chegar a nosso destino. A chegada em Almeirim, dia 11, nos brindou com bastante movimento e circulação de muitas pessoas no porto fluvial, o que já era de se esperar devido ser um ponto de chegada e partida de passageiros e mercadorias. O comércio, sobressaindo, induzia muitas formas de relações sociais. Já em Almeirim, nos reportamos até a prefeitura para entregar um material que o programa de extensão já realizara ali com um artista, enquanto esperávamos o horário de partida da van que nos levaria até o distrito de Monte Dourado.

Com lugares para quinze passageiros, adentramos por ramais não pavimentados acompanhados pelas extensas florestas plantadas de eucalipto, tanto do lado direito como no lado esquerdo até chegar a Monte Dourado, em quatro horas de viagem. Hospedadas temporariamente em dois quartos de hotel, aguardamos no dia seguinte os representantes da associação da comunidade de Repartimento dos Pilões irem ao nosso encontro.

Pela manhã do dia 12, saímos, já na kombi indicada pela associação, com seus representantes, para comprar mantimentos para a estadia na comunidade. Saímos de Monte Dourado no início da tarde e chegamos à comunidade por volta das 18h. A viagem pela estrada durou a tarde toda e foi muito proveitosa, pois nos permitiu coletar informações em conversas informais e fazer fotografias das paisagens que delineiam a história do lugar, assim como propiciou a aproximação com nossos principais interlocutores, os “coletivos”. Na comunidade, nos hospedamos na casa da Dilva, a vice-presidente da associação.

Logo após nossa chegada, a tensão dentro da comunidade foi sentida na medida em que tentávamos estabelecer diálogo com algumas pessoas, recebendo de volta sua recusa, sobretudo da parte dos “individuais”. Como a articulação de nossa pesquisa havia sido feita por parte dos “coletivos”, a entrada ao campo fora comprometida pelo conflito pré-estabelecido. Nossos principais interlocutores, então, foram conscientemente o grupo dos “coletivos”.

O relevo de serras nessa região oscila entre partes baixas e partes altas. A comunidade é constituída por quatro ramais principais que interligam as casas mais distantes do “centro”. Tenho por referência, então, o campo de futebol que me pareceu ser de boa medida para referenciar o tamanho da comunidade em termos das disposições das habitações e por ser um ponto primário de localização na comunidade. Ao lado do campo fica a casa da Dilva, na qual ficamos hospedadas. No entanto, por ter o campo de futebol seus lados, início e fim, medidas confusas, parece-me mais viável trabalhar a referência da casa de Dilva. Ao lado direito da casa de Dilva fica a Escola de Ensino Fundamental (até a quarta série). O ramal que dá acesso a saída para outras comunidades e Monte Dourado é o mesmo que passa em frente à casa de Dilva, portanto, ao lado do campo de futebol. Os outros ramais interligam outros pontos importantes como o barracão comunitário, que fica em frente à casa de Dilva; o ramal da saída para os castanhais, localizado atrás da casa de Dilva; o ramal do Cacoal que direciona a algumas casas de moradores mais recentes, como a família dos gaúchos<sup>8</sup>, e que fica na direção direita da casa. Atrás, no quintal de Dilva, passa o Igarapé Inferno de águas barrentas e correntezas firmes; e ao lado esquerdo da casa, caminhando em direção ao ramal que dá acesso aos castanhais e algumas plantações existe uma ponte. Após a ponte, há duas moradias: do Raimundo Fernandes da Silva, mais conhecido como Pelé, e de Josué da Silva e sua família, respectivos pai e filho. As casas da comunidade são de construções de madeira, baldrame de tijolos, com variação de pisos de chão batido, assoalhos de madeira, ou revestidos de cimento queimado.

À noite, reunimos a equipe para detalhar com alguns membros dos “coletivos”, (os mesmos que nos buscaram levaram até a comunidade) os próximos passos das atividades. Fizemos então, uma espécie de pré-mapeamento de cada família e moradores, para no dia seguinte visitarmos as casas e apresentar nossas intenções.

Nas visitas às casas, iniciadas dia 13, entregamos uma carta de apresentação da equipe, aplicamos um formulário de caráter socioeconômico, mostramos os trabalhos já realizados pelo Pepca e doamos algumas

---

<sup>8</sup> Os gaúchos são migrantes que residem a cerca de nove/dez anos na comunidade, e são referidos como “pessoal de fora” pelos comunitários mais antigos.

publicações a moradores que as aceitaram. Nessa ocasião já verificávamos a conveniência e a necessidade de realizar entrevista em outro momento, e convidávamos para no dia seguinte nos encontrarmos em reunião no barracão comunitário para melhores detalhamentos sobre nossa pretensão: a de formular um livreto sobre a comunidade. Com pedido de autorização de gravação de voz e uso de imagem, utilizamos recursos de fotografia e áudio. Fizemos essa atividade durante o dia todo, e quando não encontrávamos morador na casa, voltávamos pela tarde.

Significativo perceber que cada morador e moradora é referenciado/a com um prestígio estimado. Se perguntamos sobre o início da comunidade, temos nomes e residência: os mais antigos. Se perguntamos sobre artesanato, temos nomes e residência! Se perguntamos sobre os castanhais, a coleta da castanha ou a fabricação dos doces, também temos nomes e residência. São essas particularidades que vão dando forma à totalidade de Repartimento dos Pilões.

O uso da floresta é voltado para a extração de produtos florestais como copaíba, andiroba, cumaru, piquiá, uxi, em especial a castanha. A maioria dos comunitários recebe algum tipo de benefício como Bolsa Família, aposentadoria etc., e alguns possuem pequenas vendas de mercadorias e criação de animais de pequenos portes.

No dia seguinte, 14, iniciamos as atividades com a reunião no barracão comunitário, onde fizeram-se presentes cerca de vinte moradores e moradoras. Chovia incessantemente na comunidade. Na reunião levantamos discussão na linha de patrimônio imaterial para mapear existências dessa importância na comunidade, classificando-as em Lugares, Celebrações, Edificações, Saberes e ofícios, Formas de expressão, de acordo com as convenções do Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico Nacional (IPHAN) e as indicações dos comunitários. Neste dia também continuamos atividades de entrevista. Retornamos àqueles moradores que se dispuseram a dar entrevista e que iniciamos tal método de coleta de informações. Em momentos em que estávamos reunidas para algum afazer doméstico, como por exemplo, preparo de alimento, conversávamos sobre as pessoas que vinham nos visitar. Dividimo-nos em duplas para a realização dessas atividades, com acompanhamento simultâneo da professora. O dia seguinte, 15 de abril seria o

dia de retorno do campo para algumas pessoas da equipe, que teriam outros afazeres.

O dia 15 de abril raiou com muita chuva e assim permaneceu até a partida das colegas de trabalho. Demos continuidade às atividades de entrevistas e, após a viagem de volta das demais colegas, por volta das 12h, permaneci em Repartimento para prosseguir com algumas atividades. Na oportunidade, caminhei com Nivaldo Carvalho e seus dois filhos e filha pela mata, até chegar à sua plantação de mamão, banana e algumas hortaliças. A conversa foi direcionada a alguns lugares importantes para a vida social e cultural das famílias residentes ali, relacionados às suas práticas culturais e econômicas. Atravessamos ramais, mata-burros,<sup>9</sup> igarapés, grotas, pequenas áreas de castanhais, roças, que compõem a paisagem imbricada às representações construídas pela coletividade.

No caminho até o mamoad, avistamos pássaros como o maracanã e o beija-flor, sempre acompanhados pelo igarapé do Inferno e por castanheiras. A viagem dura cerca de vinte minutos até a roça, e o caminho percorrido possui relevo acidentado de serras. Para nos dar passagem, Dinho limpava o caminho com o terçado. Chegando ao mamoad, conhecimentos sobre a mata, os animais, a prática de caça e da roça foram sucintamente explorados. A convivência na mata permite a desenvoltura dos sentidos (visão, audição, tato, olfato e paladar) para determinados fins culturais. A mata possui diversidade de elementos físicos, sonoros que exigem certos tipos de atenção. Captá-los para imitá-los se torna ofício de constante preparo e aprendizado. Já no mamoad, tive a oportunidade de prestigiar a imitação de macaco prego e pássaros que fazem parte do ambiente físico e sonoro, fruto da convivência e conhecimento de Dinho sobre o lugar. Com os lábios contraídos, Dinho imitava o som do macaco prego, em forma de assobio, assim como o barulho da cutia e do pássaro mutum.

A transmissão de conhecimentos é um fenômeno inerente (intencional ou não) das populações humanas. O grupo familiar se torna fundamental para garantia da continuidade de seus elementos. No campo de Repartimento,

---

<sup>9</sup> Pontes de madeira construídas pelos próprios moradores, com certa distância entre as tábuas para evitar o atolamento dos animais de cargas. A distância serve para impedir que o animal passe por aquele local.

esteve explícito, com a família de Dinho, a passagem de conhecimentos e práticas culturais para seus descendentes que, ao acompanharem seus ofícios desde pequenos, congregam bagagens de saberes e explicações do mundo. Não somente nos ambientes familiares como nas relações de vizinhança, as trocas de experiência sobre o modo de fazer um doce de castanha, realizar uma caçada ou um plantio são contínuas e compartilhadas.

Na roça da família de Dinho, estimei de trinta a quarenta pés de mamão; vinte pés de banana; e três metros quadrados de hortaliças como a alfavaca. Sua plantação tem recheio de maria-mole. A maria-mole é uma planta que conserva água no solo, contribuindo para a vida de plantas que estão ao seu redor. Nasce sem a necessidade de ser plantada por mãos humanas. Notamos caracóis que comem as folhas do mamoeiro, mas que não oferecem perigo à plantação por não possuir caráter de praga em intensidade. Subimos em um ponto mais alto da plantação de Dinho. De um lado a plantação de Dinho, de outro, a floresta de eucalipto, separada por uma faixa de floresta nativa, onde está localizada a vila de Repartimento dos Pilões.

De um ponto bem alto, na roça de Dinho, distinguimos a vila de Repartimento em meio à paisagem de florestas. Pelo relevo de serras nessa região, o lugar oscila entre partes baixas e partes altas, visivelmente percebidas nas copas das árvores da mata. Dinho caracteriza brevemente a geografia física de Repartimento e aponta sua localização: dentro do buraco que ora avistamos. Estaria a vila na parte mais baixa daquela vista. Mais à frente, uma parte da floresta plantada de eucalipto.

As práticas da feitura de roça seguiam sob suas descrições, assim como classificação dos tipos de mamão em fêmea e macho, abordando suas diferenças e características. O mamoeiro que tem o fruto pendurado ao caule através de uma haste é o mamão macho, não presta para o consumo; o fruto sem haste, fixado no próprio caule se refere ao mamão fêmea e é o que dá para ser alimento. Antes do escurecer precisávamos voltar para a vila. A lama, já grudada nos calçados, começara a pesar e dificultar a caminhada.

Constantemente se encontram animais peçonhentos como cobras surucucus pela mata, pelos igarapés. Niverson, filho de Dinho, encontrou-as algumas vezes nas enchentes do igarapé, na época das chuvas. Na volta para a vila, essas vivências foram lembradas. Ainda encontramos o assacu, planta

que tem o potencial de matar peixes, quando cai na água; o mamuí, que é uma espécie de mamão do mato. Pelo caminho, encontrávamos muitas castanheiras novas, ainda em fase de crescimento. Passamos pela antiga casa de Dinho, que lembrou o tempo em que morou com sua família até a chegada de seu segundo filho. Ao cheiro do cupuaçu recendendo pelo caminho no terreno de Dinho, seguimos viagem para chegar à vila, e avistamos passarinhos em diversidade. A caminhada terminou, assim como o dia.

Ao anoitecer, retomada as atividades na vila, os três filhos de Dinho e Ivone permaneceram comigo. Cuidados com a janta e o descanso nos motivaram para encarar a jornada do dia seguinte.

No dia seguinte, 16 de abril, Dinho dispôs-se a ir ao castanhal, para que eu pudesse experimentar a caminhada até lá. Com propósito totalmente diferente do trabalho realizado pelos extrativistas, adentramos a mata em forma de passeio. Conversas informais, curiosidades e diversão deram fôlego ao caminho percorrido. Pelo tempo e distância, preferimos ir somente até o andirobal, que é referente à metade do percurso do castanhal. Munidos de uma garrafa de café, outra de água, uma vasilha com farofa de ovos, bananas e farinha, seguimos mata adentro. Encontraríamos mais alimentos pelo caminho, como o uxi. Encontramos um ouriço de castanha, que Dinho não hesitou em coletar.

Explicou-me minuciosamente as etapas do processo de extração da castanha, desde a chegada ao castanhal até a acomodação nos paióis. Em menos de quatro minutos, Dinho quebrou um ouriço para exemplificar como é o processo de corte do ouriço com a foice. A conversa de Dinho e seus filhos, na troca de experiências, notifica ter encontrado de vinte a trinta sementes de castanha em um único ouriço. Sentados em troncos de árvores, demos uma pausa para a degustação das saborosas castanhas. Em meio às mãos sujas de lama, cerimônias não encontraram abrigo para a merenda. Após coletarmos muitos uxix, retornamos a vila para uma noite de descanso. No dia seguinte retornei a Monte Dourado e na oportunidade, conheci Laranjal do Jari, e chovia. Em 18 de abril cheguei a Almeirim para embarcar rumo a Santarém.

A realidade social não pode ser confundida com mera representação cênica. O caminho com Dinho e seus filhos até o castanhal não foi para uma atividade de trabalho da coleta da castanha, o que não significa que a intenção

em fazê-lo afastaria a bagagem de realidade do ato. A coleta do uxi faz parte da prática local. Assim, as performances feitas por ele para contar o processo de coleta da castanha tornam-se elementos que constroem uma cena corriqueira, misturados aos elementos da prática de coleta do uxi. Elas moldam a realidade social representada tanto pelo indivíduo como pela coletividade e contam histórias...

### 1.3 O CAMINHO DE REPARTIMENTO DOS PILÕES



Figura 4 – Estrada Monte Dourado-Repartimento do Pilões acompanhada em suas laterais pelas plantações do eucalipto do Grupo Jari. Foto: Railana Fernanda.



Figura 5 – Kombi da ASMIPPS utilizada para suas atividades coletivas na estrada Monte Dourado-Repartimento. Foto: Malenna Farias.



Figura 6 – A beira da estrada: eucaliptos de um lado e pinhos de outro. Foto: Railana Fernanda.



Figura 7 – Placa de domínio do Grupo Jari. Foto: Malenna Farias.



Figura 8 – Floresta de eucalipto plantada e floresta nativa à beira da estrada. Foto: Malenna Farias.



Figura 9 – Floresta de eucaliptos derrubada e floresta de eucalipto em pé. Foto: Railana Fernanda.



Figura 10 – Comunidade Braço. Ao fundo, eucalipto em extensão. Foto: Railana Fernanda.



Figura 11 – Escola Municipal de 1º Grau Daniel Keith Ludwig, comunidade Braço. Foto: Railana Fernandes.



Figura 12 – Comunidade Repartimento dos Pilões. Vista do campo de futebol, o ramal em frente à casa de Dilva e ao fundo, os gigantes eucaliptos sobressaídos. Foto: Malenna Farias.



Figura 13 – Vista do campo de futebol, da janela da casa da Dilva. Foto: Malenna Farias.



Figura 14 – Reunião com a equipe no Barracão Comunitário. Foto: Railana Fernanda.



Figura 15 – Vista de dentro do Barracão Comunitário. O barracão é construído com madeiras, coberto com telhas brasilete e chão revestido de cimento. É onde acontecem as reuniões e demais atividades comunitárias. Foto: Malenna Farias.



Figura 16 – Casa do motor da comunidade. Foto: Luciana Carvalho.



Figura 17 – Caixa d'água da comunidade. Foto: Luciana Carvalho.



Figura 18 – Igreja de Repartimento dos Pilões. Foto: Railana Fernanda.



Figura 19 – Transporte escolar da comunidade. Foto: Luciana Carvalho.



Figura 20 – Escola de Ensino Fundamental de Repartimento dos Pilões. Foto: Railana Fernanda.



Figura 21 – Vista do campo de futebol em outro ângulo. O futebol é uma atividade de lazer muito corriqueira na vida dos comunitários de Repartimento. Tanto mulheres, homens, adultos e crianças se divertem aos fins de tarde com disputas entre times. Foto: Malenna Farias.



Figura 22 – Panorâmico de Repartimento dos Pilões. Foto: Malenna Farias.



Figura 23 – Ramal do Cacoal. Foto: Juliana Bentes.



Figura 24 – Ponte do Igarapé Inferno. Utilizada para interligar duas casas às demais da vila e dar acesso ao ramal dos castanhais. Foto: Malenna Farias



Figura 25 – O Igarapé Inferno é utilizado para fins de necessidades como cozinhar, tomar banho, lavar roupas, hidratar o corpo, além de ser um ponto de lazer e diversão para as crianças. Elas adoram brincar em suas correntezas! A água que abastece as casas é proveniente dele. Foto: Malenna Farias.



Figura 26 – Caminhão que trouxe de volta à comunidade as caixas de transporte de produtos agrícolas. Às quarta-feira leva os produtos para a feira de Monte Dourado, Almeirim-Pa. Foto: Juliana Bentes.



Figura 27 – As colegas de trabalho retornaram para Monte Dourado no mesmo caminhão, assim como demais outros moradores que precisavam ir até ao vilarejo. Foto: Malenna Farias.

#### 1.4 O CAMINHO DA ROÇA DE DINHO



Figura 28 – Repartimento dos Pilões: entre castanhais nativos e floresta plantada de eucalipto.  
Foto: Malenna Farias.



Figura 29 – Mata-burro no caminho da roça de Dinho. Essas pontes de madeira construídas pelos próprios moradores, com certa distância entre as tábuas serve para evitar o atolamento dos animais de cargas, assim como impedir que ele ultrapasse para os limites da roça a fim de

não trazer prejuízos a plantação. A distância entre as tabuas serve para impedir que o animal passe por aquele local. Foto: Malenna Farias.



Figura 30 – Caminho da roça de Dinho, há alguns metros distante da vila de Repartimento. Foto: Malenna Farias.



Figura 31 – Antiga casa de Getúlio, um dos moradores mais antigos da comunidade. Foto: Malenna Farias.



Figura 32 – As correntezas do Inferno em frente a antiga casa de Getúlio. Cheias, após uma manhã inteira de chuva. Foto: Malenna Farias.



Figura 33 – Filhos de Dinho em uma das pontes de Repartimento. Foto: Malenna Farias.



Figura 34 – Mamoal de Dinho, dando frutos. Foto: Malenna Farias.



Figura 35 – Plantação de mamão em crescimento. Foto: Malenna Farias.



Figura 36 – Contraste Mamoal. Foto: Malenna Farias



Figura 37 – Paisagem avistada de cima da roça de Dinho. Ao fundo, floresta de eucalipto. Ao centro, o “buraco escuro” chamado por Dinho à vila de Repartimento dos Pilões. Foto: Malenna Farias.



Figura 38 – Antiga casa de Dinho. Foto: Malenna Farias.



Figura 39 – Dinho e seus filhos na antiga casa. Foto: Malenna Farias.



Figura 40 – Caminho do Andirobal, dia 16/04/17. Foto: Malenna Farias.

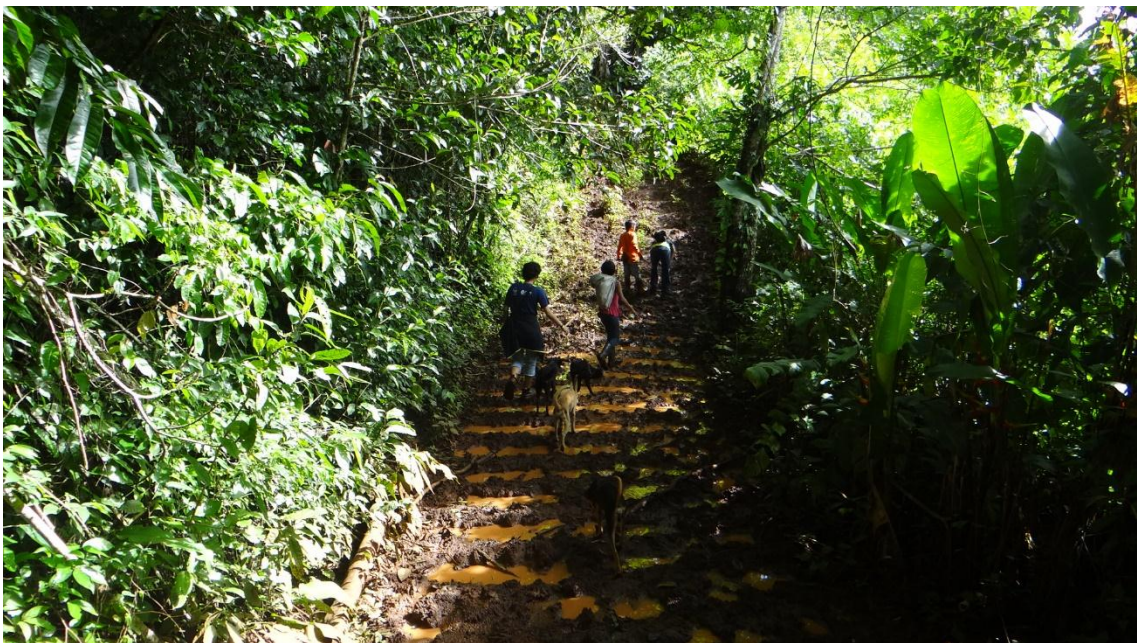


Figura 41 – A maior parte da viagem até o andirobal é alagadiça e lisa, devido às chuvas e o solo argiloso. Foto: Dinho



Figura 42 – Nikeli, filha de Dinho coletando uxi. Foto: Malenna Farias.

## **CAPITULO 2 - NA MATA BROTOU A CASTANHA. DA CASTANHA, REPARTIMENTO**

“Essa comunidade começou aqui em sessenta, dia dez de fevereiro de sessenta...” (Seu Getúlio, 67 anos. Repartimento dos Pilões)

Dia 10 de fevereiro do ano de 1960. Esta é a data que traz à memória o começo da história de um lugar. Lugar esse que se forma a partir das famílias que se assentaram temporariamente naquela porção de terras para a coleta da castanha. E foi da castanha que surgiu Repartimento. Localizada na região de estrada, hoje assentam-se na vila 45 famílias, as quais possuem diferentes tempos de residência. As primeiras, que formaram a comunidade, residem há pouco mais de 40 anos e contabilizam 26 famílias, as quais mantêm relações de parentesco e proximidade. As demais chegaram na vila há cerca de dez anos, vindas da região da rodovia Transamazônica, mais especificamente de Altamira.<sup>10</sup>

Antes dos moradores atuais chegarem, a área já era destinada ao extrativismo da castanha promovido por Jose Júlio de Andrade ao longo do Jari

---

<sup>10</sup> ASMIPPS. População e Organização Social. In: Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Comunidade Repartimento dos Pilões, Almeirim, Pará. 2017.

e do Caracuru. Após a venda da terra para os portugueses, sustentou-se a área para tal atividade, já comandada pelo sócio Júlio Aires da Fonseca. Havia apenas três casas no local, e a permanência das pessoas ali era temporária. Ao lugar dava-se o nome de Retiro<sup>11</sup>. Após o inverno, os castanheiros se retiravam e rumavam para o Jari a fim de aproveitar a extração de seringa no verão.

A primeira família a chegar naquela localidade foi a de Getúlio Araújo que, com 11 anos de idade veio, com seu pai Osvaldo Antônio de Araújo e sua mãe, Isaurina Monteiro de Araújo. Ali se estabeleceram devido ao trabalho extrativista desempenhado com a castanha para um dono de comércio. Assim como a maior parte das pessoas que chegavam na região na época, o pai de Getúlio era cearense; a mãe, paraense; e ele nasceu no estado do Espírito Santo e veio para o Pará com apenas seis meses de vida.

Além da mãe e do pai de Getúlio, outros três trabalhadores na coleta da castanha chegaram ao local: o Santana, o Paraíba e o tropeiro Sebastiao Catituba, que era quem trazia os burros para o carregamento da castanha coletada até o local de armazenamento. Entre 1961 e 1963 estabelecem-se as famílias dos Aragão, de Raimundo Lopes e seu Manoel Lisbino. Hoje, seu Getúlio com 67 anos, rememora a formação da vila de Repartimento com afeição:

Quando eu cheguei aqui em Repartimento, aqui era um lugar muito sem forma: tinha apenas três casas e ninguém morava aqui permanentemente, era uma moradia onde as pessoas só passavam o inverno e no verão iam embora. Isso na época dos portugueses [...] Quando nós chegamos aqui, tinha um morador bem ali, eu, meu pai e minha mãe chegamos aqui, o pai veio para tomar de conta de uma casa de comércio que o cara colocou que comprava castanha aí não saiu mais daqui, aí ficou com nós um homem por nome de Santana com sua família, ficou um senhor de Sebastiao Catituba e Paraíba, aí nós ficamos aqui e o pai abriu uma colônia, começou a fazer roça os três, no outro ano chegou um senhor de Aragão que morreu um tempo desse lá no Bandeira, aí ficamos aqui em quatro família e depois foi chegando gente aí foi aumentando.

Conforme chegavam e se firmavam local, os primeiros habitantes da vila desempenhavam a coordenação das atividades econômicas do extrativismo,

---

<sup>11</sup> No dicionário Aurélio (2010) a palavra retiro é a denominação dada para lugares afastados dos centros urbanos.

tomando posse de áreas dos castanhais nas quais instalavam pequenas benfeitorias para facilitar o trabalho. Desde então, as denominações dos castanhais passaram a ser referidas aos seus respectivos “donos”, tornando corriqueiro o uso individual dos castanhais.

Com o passar dos anos, essas áreas foram ficando sob responsabilidade de filhos, genros, irmãos, ou até mesmo de um castanheiro com o qual se dividia o trabalho da coleta e a safra. Hoje, mesmo que a área de Repartimento dos Pilões esteja registrada na modalidade de uso coletivo, a prática do uso individual dos castanhais permanece. Dessa forma, diz-se que a comunidade se utiliza de duas modalidades de uso das áreas dos castanhais: o uso coletivo (que ocorre nos chamados castanhais de avanço), e o uso individual, que serão detalhados no tópico seguinte.

O nome Repartimento dos Pilões faz referência à repartição dos cursos d’água Inferno e Caracuru no lugar conhecido como Pilões, denominação dada em função da existência de artefatos indígenas para trabalhar os grãos que eram encontrados, ainda na fase de José Júlio de Andrade. Hoje, Repartimento do Pilões pode sinalizar uma repartição na própria vila, que se expressa entre os “individuais” e os “coletivos”. Mas, ainda que hoje haja disputas entre esses sub-grupos, não há como não observar motivos em comum que compartilharam na formação da comunidade.

O fenômeno de fixação ao lugar corresponde diretamente ao nascimento da cultura, à formação de uma identidade e ao surgimento de uma territorialidade que, a princípio, fora compartilhada pela totalidade dos moradores e agora subsiste fragmentada.

Em diversos campos científicos, a territorialidade foi abordada em diferentes aspectos. Em um deles, como um fenômeno inerente ao instinto animal dos grupos humanos, a partir da comparação com grupos de animais como abelhas ou lobos. Outra abordagem buscou explicar a territorialidade humana em termos de densidade populacional e limitações de recursos naturais (ARDREY 1966; MALMBERG 1980; Dyson-Hudson e Smith 1978 apud LITTLE, 2002). No entanto, a aceção de territorialidade foi renovada e compreendida como um comportamento de parte integral de todos os grupos humanos.

Little (2002) definiu territorialidade como “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu ‘território’” implicando ser o território resultante da territorialidade, enquanto um “produto histórico de processos sociais e políticos” (p.03). Dessa maneira, entende-se o território como uma representação da existência do grupo ao assegurar que nele estão impressos os acontecimentos ou fatos históricos que mantêm viva a memória do grupo.

Há, no entanto, diversas formas de se construir territorialidades, bem como há uma diversidade de grupos formadores da sociedade brasileira. Para particularizar a territorialidade de um grupo específico e compreender seu modo de relação que mantém com seu território, Little utiliza o conceito de cosmografia definido como os “saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente situados – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território”, incluindo “seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele” (LITTLE, 2002, p.04).

A prática do extrativismo da castanha marca a formação da comunidade de Repartimento dos Pilões, a instauração, portanto, de sua territorialidade. Não à toa seus moradores se identificam como extrativistas, castanheiros e castanheiras. Esse foi o motivo da criação desta comunidade e não outro! No brotar da castanha, dos castanhais, o brotar de um modo de vida. A castanheira e seus frutos se transformam, consciente ou inconscientemente, em símbolos de uma criação estabelecida em coletividade. A repartição está na partilha de um começo comum, portanto, de uma experiência comum. Comum entre os coletivos e os individuais.

Mesmo aqueles que se autodenominam “individuais” detêm as práticas da extração da castanha e dispõem dos conhecimentos e da renda que a safra lhes proporciona. Repartimento se fez dos anseios pela sobrevivência. Das não desistências, revigoradas pelas memórias de um passado que beirava luta pela vida. Resistia e, portanto, Repartimento existia. Nessa perspectiva, compreende-se a territorialidade como fator de identificação, defesa e resistência (ALMEIDA, M. 2004) no que tange ao interesse de permanecer

vivendo no lugar com os acessos que lhes é permitido e da continuidade da linhagem e prática cultural.

\*\*\*

Em 1964, uma estrada foi construída pelos moradores da localidade até a Vila Pilão (Diagnóstico Repartimento dos Pilões, 2017). Nessa época, como conta Raimundo Filho, mais conhecido como seu Bebê e vice-presidente da ASMIPPS, a localidade estava sob o gerenciamento de Abecildo Paes Feio, coordenador dos trabalhos de coleta de castanha na região para os portugueses, em parceria com uma firma chamada Ampex, concentrados a partir da Vila do Bandeira. Seu Getúlio descreve o trabalho com os portugueses:

A gente trabalhava com os portugueses com serviços para roçar capinzal, plantio de mandioca, tropeando animais, era o serviço que nós fazíamos. Quando não trabalhávamos com eles, a gente só plantava mandioca, arroz, feijão para eles comprarem. No verão, as pessoas batiam capinzal e iam embora; no inverno vinham os castanheiros.

As marcas do sistema de aviamento da época de Jose Júlio perduraram na era dos portugueses e essa modalidade de exploração de mão-de-obra ergueu fortunas por toda a Amazônia. Conforme Santos (1980) aviar significa “fornecer mercadorias a credito” (p.159). Bastante concentrador de renda, o aviamento era um sistema organizado em cadeia, na qual a base era o coletor e no cume as empresas exportadoras, com sedes em Belém e Manaus. Mediava o fluxo das mercadorias a figura do “aviador”, que comprava dos extrativistas os produtos da floresta (seringa, castanha, balata) e vendia a eles os bens manufaturados como munição, querosene, sal, açúcar, café, fumo e farinha a preços altíssimos, o que deixava os coletores em situação de endividamento.

Os “barracões”, como eram chamados os estabelecimentos comerciais na região, e que em Repartimento foi referenciado como “cantina”, eram a única fonte de comércio na localidade. Assim, o sistema de aviamento contribuía para o controle não só das vendas, mas da produção extrativista. Para Velho (2013, p.73) “o caráter fechado da estrutura do comercio ajudaria a abrir o caminho para o estreitamento no controle da produção”. Seria esse

sistema “a melhor modalidade de disfarçar a usura e outros meios de exploração” (SANTOS, 1980, p.156). Lembra Getúlio: “aqui se comprava fiado, tinha o armazém com tudo que a pessoa queria, tinha lá dentro, mas comprava fiado, ninguém conhecia dinheiro aqui. Meu pai todo final de ano ia pra Belém receber dinheiro”.

Foi nessa mesma época, da presença dos portugueses na região que Raimundo Fernandes da Silva, mais conhecido como Seu Pelé, começou a trabalhar nos castanhais. Era o ano de 1969, quando tirou castanha pela primeira vez no castanhal chamado Centro Novo. E desde então passou ter domínio do trabalho extrativista nos demais castanhais do Braço e de Bandeira, hoje comunidades vizinhas de Repartimento, também nascidas dos castanhais.<sup>12</sup>

Maria de Lima Araújo veio, com seu irmão Pelé, de Anajás, no Marajó, para um lugar chamado Paraguai, que fica na beira do Rio Amazonas, onde morou durante três anos com seus pais. Durante o tempo que morou lá, seu pai, que já trabalhava com o extrativismo da castanha, adentrava o Retiro para a extração do fruto. Aos 13 anos de idade ela veio pela primeira vez a Repartimento dos Pilões e, aos 15 anos se mudou de vez, com seu pai e seu irmão. Rememora como era o ambiente quando chegara no ano de 1971:

Era tudo caminho de burro. [...] Aí era só castanhal, mata mesmo. Porque nesse tempo vinha gente de fora tirar castanha aqui. Quando terminava a castanha, retornava. Aí quando era no outro ano que vinha. Agora não. Agora os moradores foram chegando e agora é assim, a comunidade mesmo é aqui.

Os extrativistas contavam com a ajuda de animais de carga como o burro, para transportar a castanha, em ouriço ou amêndoa, do castanhal até seus respectivos retiros. A abrangência dessas áreas inclui as atuais comunidades de Braço, Bandeira e Nova Vida, cada uma com uma quantidade estimada de animais. A maior quantidade se concentrava no Braço, pois a safra era maior. No Bandeira havia cerca de 50 a 60 animais e em Nova Vida outros tantos. Para Repartimento chegavam animais, numa faixa de 20, mas quando a castanha acumulava na mata aumentava para o número de 100 animais. Hoje, alguns moradores de Repartimento possuem os burros para o

---

<sup>12</sup> As histórias da formação das comunidades vizinhas são semelhantes à de Repartimento, apontando a extração da castanha como fator principal da instauração dos assentamentos comunitários da região.

transporte da castanha e, além de serem coletores, assumem o papel de tropeiros e atravessadores (aqueles que transportam o produto para as cidades próximas ou fora da região), mantendo assim a mesma configuração da divisão do trabalho social na vila.

Com residência desde então na comunidade, dona Maria de Lima Araújo cresceu acompanhando seu pai nas coletas da castanha. Hoje, além de trabalhar como agricultora, produz biscoitos e doces da castanha com outras mulheres da comunidade. Ela também é conhecida e procurada para fabricação de remédios caseiros por pessoas de localidades próximas. Sua vivência na comunidade lhe possibilitou apreciar e manipular os recursos florestais ali presentes adquirindo conhecimentos e desenvolvendo práticas elaboradas a partir da observação e troca cultural com outras pessoas, o que se faz de grande importância para a comunidade como um todo. Conta com apreço:

Eu aprendi mesmo, da cabeça. Às vezes eu ouvi gente falar que fazia e eu aprendi. [...] Eu coloco limãozinho, cumaruzinho, mel de abelha, alho, tudo eu coloco, hortelã grande, faço o chá, boto açúcar, boto pra curar. [...] É fácil, é só tirar tudinho os materiais, colocar dentro de uma vasilha, depois no fogo, aí deixa ferver, assim, uns 10 minutos. Aí quando acabar baixa o fogo, coa ele no crivo, depois bota no fogo de novo, bota açúcar dentro e deixa ferver até engrossar. Aí tá feito o xarope.

\*\*\*

Um ano antes da chegada de dona Maria, foi realizada a primeira visita na comunidade para informar que o empresário Daniel Ludwig detinha a titularidade das terras do vale. Cinco anos mais tarde, deu-se início ao desmatamento e às primeiras plantações de gmelina e pinus para o abastecimento da fábrica de celulose. Estima-se que 200 mil hectares de floresta nativa foram retirados para dar lugar à floresta de celulose. No ano de 1980 o desmatamento foi proibido pelo prefeito de Almeirim, José Alfredo Hage, em função da Normativa IBDF 001/80.<sup>13</sup>

O megaprojeto de Ludwig veio acompanhado de um projeto assistencialista promissor para os moradores da região. Saúde, educação e mercadorias foram os principais compromissos da empresa para com as

---

<sup>13</sup> Esta normativa tem o propósito de controle e fiscalização com vista as peculiaridades florestais regionais. Além de proibir o corte da castanheira, prevê o reflorestamento em áreas utilizadas por projetos agroindustriais.

famílias no entorno. Os moradores contam que, naquele tempo, bens manufaturados como calçados e roupas eram buscados em Belém, em dezembro de todos os anos. Com a vinda da Jari foi possível a chegada e permanência do mercado desses bens em Monte Dourado-PA e Laranjal do Jari-AP, eximindo, assim, a busca por eles até Belém. Nas palavras de Getúlio: “Eles falaram que não ia carecer a gente se deslocar daqui pra Belém porque um tempo depois tudo que tinha em Belém ia ter aqui para gente, e eles nos deram prioridade para gente trabalhar e não iam bulir com a gente”.

Em 1983, lideranças comunitárias viajaram para Belém para buscar a garantia de seus direitos nas sedes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). Getúlio conta que, para realizar a viagem, obteve ajuda do vice-prefeito da época, chamado Aroldo Góes, após mostrar um papel que a Jari lhe entregara. Segundo ele “saíram distribuindo para toda comunidade, todas as comunidades de dentro da área da Jari, tratando nós de posseiros, invasores”. O motivo da viagem foi o impedimento de feitura de roça na dita área titulada em nome de Ludwig. Após uma reunião com o advogado João Carlos Batista, do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), uma caravana de 40 homens partiu de navio até Belém:

Fomos 40 homens pra Belém. Chegamos lá, nós partimos pra cima do governador, era o Jader Barbalho. Ele fugiu de nós, se escondeu. Ai nós fomos no INCRA, não queriam receber a gente, fomos na FETAGRI. Nós fomos lá na LIBERAL, nós fomos no IBDF, que nesse tempo não era IBAMA, era IBDF, aí lá marcaram uma reunião com nós aqui na Jari, e nós viemos pra cá. Eles vieram, fizeram a reunião e aí eles liberaram pra nós trabalhar depois que o doutor João Carlos conversou com eles, aí eles liberaram.

O suposto título originário de Ludwig fazia a Jari poderosa para mandar ou desmandar naquelas terras: levantar plantação, abrir desmatamento, implementar a fábrica de celulose. O impacto no modo de vida das famílias de pequenos agricultores e agricultoras que ali residiam não foi outro a não ser profundo e violento, afinal, impedir que desenvolvessem atividades de plantio e roçado significava impedir sua existência em vida, ou seja, sua reprodução física, social e cultural. A sobrevivência daquelas famílias dependia diretamente

de suas práticas agrícolas que, assim como a extração da castanha, refletiam as práticas de subsistência.

A desobediência de Getúlio Araújo o levou a prisão. Esse episódio é marcante na história da comunidade. Ele conta: “Eu vivia a custa disso aí, vivia não, vivo né. Aí eu digo vou queimar custe o que custar, foi lá e coloquei fogo, o fogo queimou a roça e passou pro campo, me prenderam 52 horas, aí me soltaram”. Tal comportamento de Getúlio pode demonstrar o não reconhecimento da forma de apropriação da empresa por aquelas terras. A proibição de fazer roça, base da economia local, desestruturava a vida dos pequenos agricultores, em função de um latifúndio que estruturava o lucro de alguns empresários.

\*\*\*

Antes da construção da escola da comunidade, conta Getúlio que reuniam-se em sua casa e ele mesmo ensinava aquilo que aprendera com suas professoras. E dessa forma, os primeiros moradores tornaram-se alfabetizados aprendendo a escrever seus nomes. Outras pessoas assumiram a atividade de lecionar dessa forma, até 1965, quando João Paixão montou uma forma de ensino que funcionava durante as noites. Com o contingente demográfico aumentando, foi possível, neste mesmo ano de 1983, erguer a construção da primeira escola e do primeiro centro comunitário. A primeira professora a lecionar na escola foi Isabel Araújo Almeida que, durante 26 anos, atuou ensinando as crianças e adolescentes da comunidade, realizando atividades curriculares e comemorativas. Hoje, com 66 anos, dona Isabel conta entusiasmada:

Foi em 5 de abril de 85, quando eu comecei a trabalhar [...] na época que eu trabalhava, a gente fazia trabalho com as crianças. A gente fazia festa de 7 de setembro, fazia o desfile das crianças, as apresentações. [...] Eu entrava em contato com as coordenadoras e elas traziam as bandas, para acompanhar as crianças desfilarem. E todo ano a gente fez. A gente também fazia trabalho de dia das mães, festa de dia das mães. [...] Vinham muitas famílias de Paga-dívida, onde o papai trabalhava quando nós viemos pra cá. Não vinha assim só os homens não. Vinham as famílias mesmo. Mulher, filho, vinham muitas jovens. Aí eles iam embora para o mato para trabalhar na castanha. Mas quando a gente ia fazer a festinha elas vinham para cá. Aí a gente preparava as brincadeiras para fazer.

A atuação de dona Isabel como professora foi de grande importância para a comunidade. A geração de seus filhos passou pela sala de aula com ela, estudando até a quarta série. Inicialmente, formou-se uma turma de 45 alunos. Uma parte daqueles que foram seus alunos não estão mais na comunidade, tomaram outros caminhos para Macapá, São Paulo, e outra parte permaneceu na vila até hoje. Em sua adolescência estudou em Monte Dourado e trabalhou em casa de família, completando seus estudos em Almeirim. Foi importante para seguir lecionando na comunidade a sua participação no Programa Alfabetização Solidária que, criado em 1997 para a alfabetização de crianças e adultos, foi desenvolvido por meio de módulos com duração de seis meses: um mês, em média, para a capacitação dos alfabetizadores nas universidades e cinco para o curso de alfabetização nas comunidades.<sup>14</sup>

Os alfabetizadores do programa são jovens selecionados no próprio município ou área onde serão montadas as salas de aula, que cursam o Ensino Médio, magistério ou a 8ª série do ensino fundamental, e que recebem bolsas. As atividades de alfabetização desenvolvidas são coordenadas por universidades parceiras, trabalhando na avaliação, capacitação e acompanhamento dos alfabetizadores. Para isso, Isabel foi para Belém com mais 14 professores, onde ficou durante três meses estudando na Universidade Federal do Pará. Lá também cursou Pedagogia, na qual é licenciada. Além de ensinar na escola, atua também como parteira na comunidade e detém conhecimentos de ervas medicinais para produzir remédios. Se não bastasse, dona Isabel é agricultora e uma castanheira de mão cheia na feitura de doces, biscoitos e demais guloseimas da castanha.

Vinda de Mazagão, onde nasceu, passando por Jarilândia e Paga-Dívida<sup>15</sup>, ela também conta da sua chegada na comunidade onde, junto com Getúlio, seu irmão, presenciou o início de tudo:

Papai e mamãe vieram, saíram no rumo do Jari. De Mazagão veio pra Jarilândia. Veio para Paga-Dívida. Paga-Dívida já me

---

<sup>14</sup> MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. *Verbete Alfabetização Solidária. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil*. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/alfabetizacao-solidaria/>>. Acesso em: 08 de dez. 2017.

<sup>15</sup> Paga-dívida denomina-se um lugar que se localiza no rio Cajari, afluente do Jari, onde havia comércio de seringa, balata e castanha. Quem gerenciava o comércio era o senhor Otavio Simplício dos Santos, para quem os pais de Getúlio e Isabel trabalharam quando chegaram na porção de terras hoje denominada Repartimento.

lembro. Já tava gente [...] Quando nós chegamos aqui [...] papai veio tomando conta dos castanheiros do senhor Otávio Simplício, que era o gerente. Ele pediu para o papai vir acompanhar os castanheiros pra ele, porque ele mandava mercadoria e papai tomava conta. Papai veio o primeiro ano, em 1959, e nós ficamos no Paga Dívida. Ele disse pra a mamãe “eu gostei do lugar. Acho que esse ano que vem nos já vamos levar vocês”. Ficou todo mundo animado. Pensa que vai pra a cidade. E viemos embora, chegamos aqui... a gente era criança, pra criança todo canto é bom. Deu pra brincar, deu pra correr, tava tudo bom”.

O pai de Isabel e Getúlio era o responsável pelos castanheiros em Repartimento. Conta Isabel que “tinha o galpão e o casarão. Os castanheiros ficavam no galpão. Ficavam lá até o dia de ir para o castanhal”. A estadia no castanhal durava em média uma semana: “Botava no burro as panelas, aqueles materiais, e ia embora para o castanhal, só vinha de lá dia de domingo, dia de sábado”, relata. Atualmente o castanhal é frequentado somente por homens, “mas antigamente ia todo mundo, mulher, filhos, todo mundo”, conta Isabel.

A mobilidade social e demográfica sempre acompanhou os processos de ocupação no território amazônico. Os povos das terras baixas mantinham seus modos de vida com constantes trânsitos entre áreas, terrenos, culturas, o que se mantém até os dias atuais com as trocas culturais experimentadas pelos grupos humanos.

\*\*\*

No ano de 1991 a comunidade organizou-se para construir a horta comunitária e foi contemplados pela doação do primeiro motor de luz, feita pelo então prefeito José Alfredo Hage. Até hoje, os comunitários realizam coleta semanal no valor de quinze reais para a compra do óleo que abastece o motor. A eletricidade é liberada por quatro horas e meia todas as noites, de 18h às 22h30min. Mas, de acordo com os comunitários, a rede de energia elétrica está próxima de chegar à comunidade, afinal, as comunidades Braço e Bandeira já estão beneficiadas.

Em 1994, com a criação da ASMIPPS os enfrentamentos à proibição de levantar roça se intensificaram. A primeira parabólica e televisão que chegou à comunidade foi também neste ano. Em 1996, ainda em vigência da ordem da Jari de não construir roçado, Seu Edivaldo, mais conhecido por Cordel, abriu

sua plantação de mamão, o que acarretou na intensificação do conflito com a empresa.

O corte e comercialização da castanheira foi proibido somente em 1994, pelo Decreto nº 1.282, de 19 de outubro. A determinação federal, no entanto, não interferiu no corte desenfreado dos castanhais em áreas de projetos agroindustriais, como o da Jari, ela apenas desfavoreceu pequenos madeireiros que exploravam esse recurso florestal. Em seu art. 4º determina:

Fica proibido o corte e a comercialização da castanheira (*Bertholettia excelsa*) e da seringueira (*Hevea spp*) em florestas nativas, primitivas ou regeneradas, **ressalvados os casos de projetos para a realização de obras de relevante interesse público** (Constituição Federal de 1988, grifo meu).

Somente em 2002, quase uma década após o decreto presidencial, é que o estado do Pará determinou proteção integral às castanheiras, pela Lei Florestal do Estado nº 6.462 de 4 de julho. De acordo com o artigo 33, “fica proibido o corte e a comercialização **sob qualquer hipótese** da castanheira (*Bertholettia excelsa*) e da seringueira (*Hevea SPP*) em florestas nativas, primitivas ou regeneradas”<sup>16</sup>. O ano de 2003 foi marco de interrupção dos cortes de castanheiras entre as plantações de eucalipto da empresa Jari.<sup>17</sup>

Em 2004 a comunidade foi beneficiada pela administração pública com o transporte escolar. A partir de 2006 moradores da Transamazônica chegaram à comunidade e no mesmo ano, o Instituto de Terras do Pará (Iterpa) fez um levantamento para tratar da questão fundiária.

No início, conta Getúlio, que a comunidade era mais íntegra, sem separação, e a relação com os migrantes era tranquila, sem conflitos significativos. A família de Seu Eugênio chegou há dez anos e desde então, seus filhos foram crescendo e construindo vínculos na comunidade, inclusive vínculos matrimoniais com aqueles já residentes no local. Mas, com o tempo, a família de seu Eugenio ficou conhecida como “gaúchos” na comunidade, e é assim a forma como todos se reportam a eles.

---

<sup>16</sup> Lei Estadual 6462/02, que dispõe sobre a Política Estadual de Florestas e demais Formas de Vegetação e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.semas.pa.gov.br>> Acesso em: 07 dez. 2017. Grifo meu.

<sup>17</sup> Vale ressaltar que até agora, já citamos três normativas de proibição do corte das castanheiras.

Aos poucos, a relação antes caracterizada como tranquila foi revelando não ser de toda forma união, e a família de migrantes foi se afastando da participação nas atividades promovidas pela associação. Na visão de seu Getúlio, existe uma “vila nova” construída pelos migrantes: “Essas pessoas são novatas aqui. Eles chegaram para cá recentemente e eles não se unem conosco. Eles querem separar a vila para que morem sozinhos para lá e não se comunicarem com a gente”. Ao que indica, seu Getúlio interpreta a não aproximação dos gaúchos como a criação de uma outra vila, independente da comunidade, mesmo sendo reconhecidos por todos, moradores de Repartimento dos Pilões. Essa situação remete ao que Durkheim interpretou em *As formas elementares da vida religiosa* (2009) sobre as relações de parentesco e o totemismo “o totemismo [...] implica um jogo de oposições (entre clãs, famílias, aldeias) e de relações complexas (principalmente de parentesco) entre os indivíduos” (DURKHEIM apud ARAUJO, 2012, p. 47). As representações em totens, nos sistemas estudados por Durkheim, eram ordenadas pelas relações de parentesco formadas, sobretudo, por normas permissíveis e restritivas. A aproximação com o caso de Repartimento dos Pilões se insere pela utilização das relações de parentesco para fundir representações acerca dos “outros”.

Os coletivos frequentemente se reportam aos gaúchos como “pessoal de fora”. Em 2010, um episódio que marca a mudança na forma de relação e convívio com os migrantes a partir de uma maior aproximação de interesses comunitários é a derrubada da roça de seu Eugênio promovida pela empresa Jari.

\*\*\*

Outras histórias da chegada e estabilização no território, como a de Altamir Mendonça Dias, também merecem atenção na medida em que retratam as condições (des) favoráveis dos migrantes na Amazônia. Em seus relatos, Altamir reconstitui a memória da aposta em uma vida próspera pelo trabalho oferecido na Jari. Ele conta que chegou em 1980, com 15 anos de idade, e trabalhou por um período de dois anos como serrador de madeiras nativas. Quando saiu dessa função, se empregou em uma firma empreiteira como capataz de serviço, tomando conta do pessoal que trabalhava na área de roço, onde trabalhou por mais 2 anos. Em seguida foi empregado em outra firma

aliada à Jari, passando nela pouco mais de um ano. Em 1985, quando a firma em que trabalhava faliu, seu sogro adquiriu uma área na comunidade, onde permanece morando até hoje. Suas atividades econômicas são provenientes da roça e cultivo de hortaliças, assim como a castanha.

Eu era lavrador no Maranhão, o meu serviço, o serviço dos meus pais, a gente trabalhava tudo com roça. [...] Comecei a trabalhar aqui no terreno dele, fiz uma casa, depois apareceu um terreno aí que um rapaz queria vender e eu comprei. Fui trabalhando e estou por aqui até hoje, todo tempo trabalhando na roça, castanha.

Nessa época a migração de estados como Maranhão, Piauí e Ceará se intensificava devido às propagandas positivas da Jari. Altamir foi para conhecer os benefícios que a nova vida lhe traria naquelas terras promissoras de trabalho. Conta ele que se inscreveu em Gurupi, divisa do Pará com o Maranhão. Lá havia um homem responsável pelos rapazes que desejavam ser trabalhadores da Jari, “com alojamento e tudo”. Transportava-os de caminhão até Belém, de onde vinham de navio até o Jari, sob responsabilidade de outro representante. Ele lembra como foi difícil, desde o início, chegar ao Vale do Jari:

Para mim passar na rodoviária eu me enrolava em uma lona como que eu fosse uma carga, como mercadoria. Se escondendo da polícia porque se não, não passava. Só passava com a idade de 18 anos. Mas olhe que quando eu cheguei aqui, me arrependeu. Me botaram aqui para dentro do mato, num lugar chamado Sementeira. Era onde a empresa fazia muda de eucalipto, pinho. Meu trabalho lá foi trabalhar com areia, terra. Tinha vezes que eu estava triste, aí aqueles peões mais antigos diziam: - Ei novato, tá te lembrando do papai com a mamãe? Aqui é lugar que filho chora e a mãe não vê, se a mãe vê, chora também - Eu passei mais ou menos uns três 3 meses assim angustiado com vontade de ir embora e sem poder ir. Mas depois que eu completei 1 ano, aquilo passou. Comecei a conhecer Laranjal do Jari, comecei a andar, movimentar. Mas lá dentro do mato era feio. Aí sai de lá e vim trabalhar já na cidade. Vim para o Munguba, de Munguba vim pra Monte Dourado, aí o negócio melhorou. Mas um ano mais ou menos, foi difícil para mim aqui. Aí eu fui, passei um mês para o Maranhão, mas a saudade bateu daqui, vim embora para cá de novo, aí eu não fiquei mais lá não (Altamir Mendonça).

Eu vim pelo Rio Jari, no navio da Empresa Jari. Quando eu vim, não foi diretamente para cá, eu vim para trabalhar na

serraria da empresa Jari. Depois da Serraria, foi que eu vim para cá. Meu cunhado, Raimundo Freitas, comprou isso aqui com as filhas que eram empregadas em Monte Dourado, e daí nós começamos a cultivar aqui (Antônio Alagoas).

Os moradores de Repartimento lembram, também, que no início, a Jari proibia a entrada em Monte Dourado de pessoas que não eram empregados da companhia. A entrada só era permitida mediante apresentação da carteira de identificação de funcionário da empresa. Como mencionado, ao estilo de uma *company town*, a área urbana de Monte Dourado foi programada para abrigar os funcionários do empreendimento industrial.

No distrito fica a sede da fábrica, e é onde toda a parte administrativa e funcional se concentra. As dependências da fábrica ficam a alguns quilômetros do distrito, em Munguba. As casas seguem padrões hierarquizados conforme a função do empregado. No auge do projeto, a pacata vila chegou a ter perto de 16 mil trabalhadores. Asfaltada, conta com serviços bancários públicos e privados, e pequeno comércio. Nos locais onde o distrito avança para dentro da floresta, chamados de “silvivilas”, a empresa controla a vida laboral e privada (ALMEIDA, 2015). Hoje em dia, as regras de permissão de entrada são menos rígidas, possibilitando o trânsito de pessoas de fora do lugar, diferente de outra *company town* que, localizada também no Pará em função de um empreendimento minerário no rio Trombetas, condiciona a entrada na cidade somente com autorização da companhia, a Mineração Rio do Norte (MRN).

Para alguns moradores de Repartimento, sobretudo os que se autodenominam “individuais”, a empresa mantinha boa atuação com serviços assistenciais. Antônio Alagoas conta que na época em que chegara a localidade, o líder da empresa instaurou a feira agrícola, a que é realizada em Monte Dourado. Além do mais, os apoios com transporte e logística eram encabeçados pela Jari: “tinha um caminhão, tinha ônibus que vinha deixar a gente de volta, hoje em dia é tudo pago”, conta.

A ausência de suporte por parte da Jari se deu em função da disputa que se intensificou dos últimos cinco anos para cá. Na avaliação de Alagoas, compartilhada pela maioria dos produtores rurais identificados como “individuais”, tornou-se muito mais dispendioso e difícil o acesso para o mercado de frutas e hortaliças, pois, além de pagar o valor de quinze reais em

passagem de ônibus, há gastos sobre a carga de mantimentos levados para a venda. Ainda, a estadia em Monte Dourado requer no mínimo dois dias para cumprir as atividades do comércio. A feira é realizada toda quinta-feira durante o dia inteiro e, para isso, vai um caminhão até a comunidade buscar a produção na quarta-feira. O frete do caminhão é pago pelos produtores. Esses, por sua vez, vão na quinta-feira em ônibus particular, retornando na sexta-feira.

Nós que temos que tirar de nosso bolso [...] Na quinta-feira vem um ônibus particular para levar as pessoas, é 15 reais a passagem lá pra Monte Dourado. Toda semana nós fazemos isso. O caminhão que leva a produção, ele cobra por volume. O ônibus, por passagem. Mas se você levar dois sacos de produção no ônibus que você não levou no caminhão, você também paga por esse volume no ônibus, uns 5 reais por saco. Às vezes a gente só vai porque precisamos mesmo, mas sinceramente? Muitas vezes não compensa levar o produto que tiramos daqui para levar para lá (Alagoas).

Ocorre que, assim como na maioria das localidades interioranas brasileiras a ausência do Estado é forte, culminando na marginalização das regiões periféricas com má distribuição de serviços e renda. Apesar de Monte Dourado ser uma cidade modelo, caracterizada pela excelente qualidade de vida de seus habitantes-empregados, onde o monopólio de todos (ou quase todos) os serviços de habitação, educação, saúde, lazer, instalações comerciais é empresarial, as redondezas do projeto se encontram em situações desfavoráveis, com precárias condições de saneamento e moradia, acesso à saúde e educação de qualidade. Ainda com todas mazelas, Monte Dourado é uma localidade de elevado índice de qualidade de vida, e segundo os moradores da comunidade, o apoio oferecido pelo município se dá, sobretudo, no transporte para deslocar os condimentos agrícolas até a feira.

## 2.1 TORNANDO-SE “DONO” DE CASTANHAL

Como já referido, o processo de deslocamento para o castanhal no período da safra foi, aos poucos, substituído pela permanência dos extrativistas e suas famílias na área que hoje corresponde a Repartimento dos Pilões. A forma inicial de tomar posse das áreas de castanhais foi o próprio exercício do extrativismo da castanha. Uma forma subsequente de adquirir a posse de castanhais foi a transmissão por herança, consanguínea ou por afinidade.

Muitos castanheiros relatam ter conseguido a posse de castanhais através de seus pais, que compraram ou conseguiram de algum modo; ou ainda, de um patrão que comprava castanhas:

de primeiro [...] vendia o terreno e o comprador tinha direito ao castanhal. Então papai ia comprando e ia dividindo, esse aqui é do Nicácio, esse aqui é do Nicodemus, esse aqui é da Nicéia, meus irmãos. [...] meu pai me deu um castanhal: -Pega pra ti, o Dinho já tem o dele, (que é o meu irmão) o Nivaldo, o Nicodemus, o Nilton (que é em frente ao meu). É de vocês e como tu não tinha nenhum, vou te dar esse aqui! (Nicácio Araújo).

Foi assim, meu pai comprou um terreno. Nessa época, há uns tempos atrás, a gente comprava um terreno com direito de tirar a castanha. Meu pai foi e comprou esse terreno e passou o castanhal pra mim. Com certeza eu vou passar pro meu filho. Ele vai comigo, vai só, já anda só. Tipo assim, tu moras lá na cidade, se tu tens um filho, tu vais querer botar ele pra estudar, pra seguir aquilo que tu tá seguindo né, aqui a gente tem que fazer o contrário, tem que botar pra estudar e ensinar o que a gente faz também. (Dinho)

Conta José Maria, que reside há 44 anos na comunidade e trabalha há mais de 30 como coletor, que, na época em que iniciou a extração da castanha em Repartimento, havia três compradores de castanha e uma divisória entre as áreas dos castanhais, com vários paióis. Os compradores eram Cecílio, Manoel Lisbino e Felix Souza; este último ainda residente na comunidade, os outros faleceram. Cada um deles detinha acesso ao uso dos recursos de uma área para trabalhar com o extrativismo, e José Maria trabalhava para um desses compradores. Ele conta que agora possui duas áreas de castanhal, as quais interpretei serem oriundas de diferentes processos de aquisição de posse. Sobre a relação com seu patrão, um dos compradores, ele afirma que, com o tempo, mesmo sem as demandas de compra do patrão, permaneceu coletando na área e assim, adquiriu sua posse:

Tirava para o Félix, ele me deu essa área lá e combinamos que quando ele comprasse, me vendia uma parte e quando não pudesse mais sustentar, eu podia entrar com quem mais quisesse. Ele parou por conta de estar muito idoso, teve perdas de animais e eu fiquei com a posse de lá.

Nesse caso, logo se conclui que comprar castanha significava ter acesso a uma área de castanhal. Na verdade, esses homens, nas figuras de patrões, eram antigos coletores, ex-trabalhadores da Jari, que já não trabalhavam mais na coleta, assumindo o comércio da compra e venda da castanha para os centros urbanos. Em outro momento, José Maria insinua ter adquirido a área de castanhal com seu padrasto: “Na época, o meu padrasto tinha uma área bem maior e foi dividindo para os filhos, uma parte para o Wilsinho, outra para o Raimundo, pra quatro filhos ele dividiu. Cada qual tem sua área, mas são pequenas”. Dessa forma, seus relatos indicam que suas duas áreas foram adquiridas de duas formas diferentes quanto a posse.

Outro modo de “possuir” um castanhal se dá pela disposição e realização constante dos devidos cuidados de manutenção que a área demanda. Dessa forma, a posse é estabelecida por uma autoridade reconhecida tanto pela coletividade quanto pelo que se faz dono:

É considerado meu, porque eu tomo conta, e faço toda a manutenção para tirar os cipós da castanheira [...] (Josué da Silva).

Eu cultivo o castanhal e já me sinto dono, ne, aí eu tiro uma parte... como eu to cuidando do castanhal, eu só tiro uma parte pra mim e pra não perder o serviço a gente paga pra eles por fora (Nicácio Araújo).

A manutenção dos castanhais é realizada nos períodos entressafras e refere-se às atividades de limpeza da floresta, área de produção, bem como cuidados das árvores nativas. É preciso estar cortando os cipós dos pés das castanheiras que atrapalham na produção das árvores. Segundo José Maria “o peso do cipó arranca galhos, e perde castanha”, desfavorecendo diretamente a produção. Ele conta que teve a ideia de cortar os cipós das árvores de castanha e que isso aumentou sua produção: “as castanhas que davam pouco, multiplicaram. Ninguém cultivava dessa forma, agora todos fazem assim”.

A demarcação da área do castanhal é referenciada por castanheiras, grutas e outras árvores. Assim como a distância entre um castanhal e outro, ou um castanhal e o local de residência, é medida por tempo de caminhada, a demarcação das áreas é representada pela própria paisagem. São dadas, no entanto, conforme o desenvolvimento dos saberes que são adquiridos através da transmissão de geração em geração, e da própria vivência na mata. São

sentidos que passam a ser dominados pelos extrativistas revelando a profundidade no conhecimento de seu território:

A gente conhece por castanheira, porque... vamos supor, é igual a essa casa aqui, ela sabe onde é a divisa dela com os vizinhos lá, aqui o igarapé faz divisa com o de lá, é o mesmo que a gente está numa comunidade, a gente conhece nossa casa, o direito do outro, o direito da gente mesmo. Por uma castanheira, por um caminho. Tudo isso, quando eu me entendi, eu conheci mais, até porque o meu é mais fácil, tem uma grota que divide, não tem como confundir com o do meu irmão, tem um cipozal lá no meio que prende qualquer um com uma quentura lá no meio, mas sem problema, não tem problema nenhum (Nicácio Araújo).

Com essas informações e em parceria com o IEB, foi possível realizar a cartografia dos castanhais nativos da comunidade, o que contribuiu em muito, para a dimensão documental sobre suas áreas.

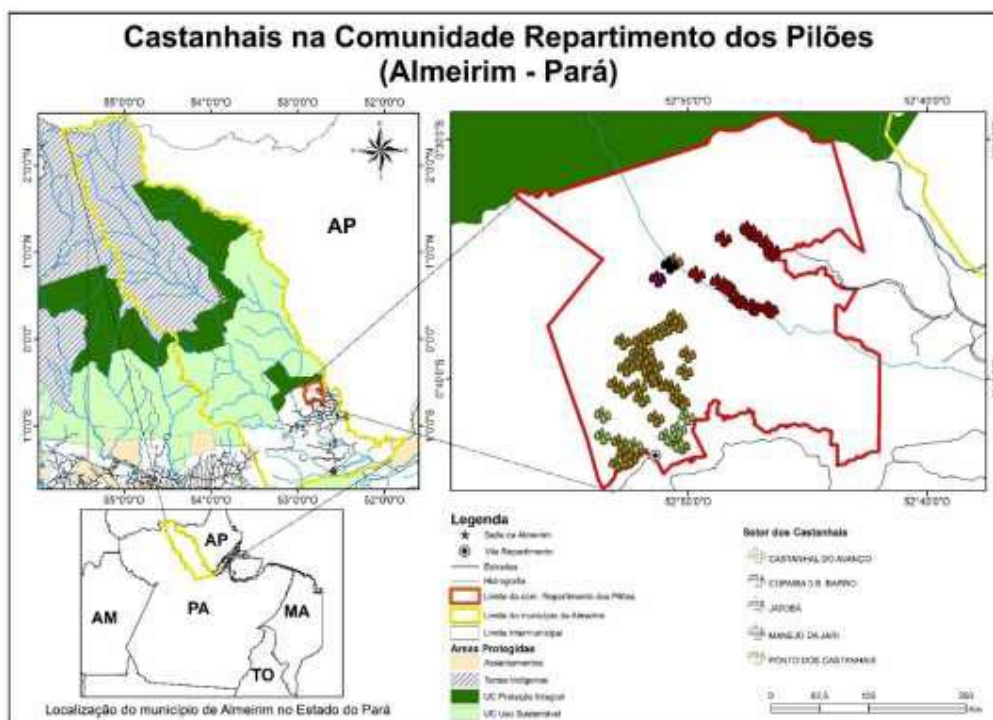


Figura 43 - Mapa da Comunidade Repartimento dos Pilões e seus castanhais nativos. Fonte: ASMIPPS & IEB.

Na área dos castanhais há uma construção de madeira e cipós da floresta, um barraco, que é chamado de paiol, onde é armazenada a castanha durante o trabalho da coleta. A maioria dos castanhais possui áreas extensas, e os donos dividem a “posse” ou a responsabilidade do cuidado com dois ou mais outros donos. Há situações também em que um dono assume a posse de mais de um castanhal, pelos mesmos motivos.

Nos castanhais maiores, que demandam mais esforço e mão-de-obra, os extrativistas se juntam em cinco, seis ou mais para realizar o trabalho, e o que for coletado é dividido em partes entre os coletores, como relatou Nicácio. Essa forma de trabalho remete a uma atividade característica das sociedades amazônicas conhecida como “puxirum familiar”. O puxirum é uma atividade comum das sociedades da Amazônia, passadas de geração em geração e realizado até hoje. Nele, os trabalhadores e trabalhadoras que possuem algum tipo de parentesco (consanguíneo ou por afinidade) se reúnem para a feitura de um determinado trabalho, conforme a demanda. Geralmente se faz puxirum para a produção dos derivados da mandioca, como a farinha, por exemplo e, se refere a cada etapa do longo processo de produção iniciado com a roça, seguido da queima do roçado, plantio, colheita e feitura do produto final. Em cada uma dessas etapas, é realizado um puxirum e, ao final de todo o processo produtivo, cada trabalhador tem direito a sua parte no produto final.

Em geral, o processo produtivo das populações amazônicas, de forte herança indígena, negra e nordestina, é baseado em premissas ligadas, historicamente, a práticas coletivas que refletem uma forma de pensar coletivamente. Uma tomada de decisão, um trabalho, é construído em coletividade e, assim o é porque é importante a participação de todos, pois dizem respeito ao modo de relacionamento de cada um/a com os demais. Entender e participar de atividades coletivas conduz à manutenção social dos povos da Amazônia e configura um modo particular de ser e viver. Assim, os extrativistas de Repartimento praticam o uso coletivo de alguns castanhais, seja na divisão de sua “posse”, seja no acordo regulamentado por um Termo de Uso recentemente construído em coletividade.

\*\*\*

Em Repartimento dos Pilões há duas modalidades de uso dos castanhais: os castanhais de avanço e o de uso individual. Os castanhais de avanço são aqueles cuja exploração é feita de forma coletiva, ou seja, todos os comunitários podem realizar a extração de castanha naquela área, respeitando as regras de um Plano de Uso. O projeto da ASMIPPS para a elaboração do Plano de Uso dos Recursos Naturais que regulamenta o uso coletivo dos

castanhais de avanço foi elaborado durante oficinas a partir de novembro de 2015 e foi aprovado em 2016.

Os Planos de Uso dos Recursos Naturais são um conjunto de regras criadas pelos moradores de uma determinada região para a utilização sustentável os recursos que a natureza oferece (TRECCANI *et. al*, 2007). De acordo com o IEB (2006) são leis ambientais locais para a caça, a pesca e extrativismo vegetal, sempre em bases sustentáveis. A busca por essa nova institucionalidade surgiu da ausência ou impossibilidade das agências governamentais de exercer uma função real de regulação das atividades agroextrativistas (IEB, 2006), cujos primeiros exemplos formais no Pará ocorreram no município de Gurupá, no Marajó. Após uma década de aplicação dos Planos de Uso, as localidades que os executam têm melhorado suas condições de vida, baseados em maior quantidade ofertada de pescado, de caça, de produtos da floresta (RAMOS, 2012). Além disso, é forte argumento da comunidade que o elabora para as instituições governamentais quando se discute a regularização fundiária. Em concordância com Treccani *et. al* (2007), a regularização das terras tradicionalmente ocupadas e o uso sustentável dos recursos naturais são realidades que caminham juntas.

As finalidades do Plano de Uso na comunidade de Repartimento dos Pilões são: a) garantir o uso contínuo dos castanhais de avanço; b) garantir sustentabilidade, emprego e renda as famílias extrativistas locais; c) resgatar o uso tradicional do castanhal, que se encontra ameaçado de extinção devido os desmatamentos, roçados e queimadas no seu interior e a sua volta, provocando morte de castanheiras; d) recuperar, através do reflorestamento, áreas que foram afetadas, com mudas não só de castanheiras, mas de outras espécies florestais como andiroba, copaíba, piquiá, uxi, cumaru, massaranduba e outros. São oito os castanhais de avanço: Cacaú, Uxi, São Jose, Ubinzal, Paiol da Lama, Tauari, Andirobal e Escorrega.

Dentre as permissões e regras do Plano de Uso tem-se: a coleta de apenas uma barrica (100 litros) de castanha por dia (por pessoa); a coleta de demais recursos existentes nas áreas como piquiá, uxi, andiroba etc; deixar castanha com identificação para buscar depois; caçar de acordo com a necessidade familiar; realizar limpeza coletiva; uso de madeira para construções adequadas, desde que se tenha licença da Sema com autorização

da associação e não traga danos as Áreas de Proteção Permanente (APP). Em caso de coleta de materiais genéticos para fins de comercialização comunitária, cultivo em viveiros e pesquisas, deve-se buscar autorização da associação, desde que consulte e mantenha esclarecimentos aos moradores sobre a pretensão e resultados.

Dentre as restrições se encontram: não acampar ou fazer barraco; não esconder castanha; não pagar diária a outro extrativista, somente em caso de doença; não trazer pessoas de fora para coletar; não realizar roça ou queimada no entorno das áreas de castanhal; não caçar de forma predatória; não jogar lixo ou resíduos petrolíferos. Em caso de acumulação de ouriços de um dia para o outro, deve ser resolvido na forma tradicional, na qual os ouriços acumulados passam a ser daquele que os encontrar primeiro sem que haja reclamação ou contestação de quem os acumulou no dia anterior. Os casos de crimes ambientais como desmatamento, queimadas e derruba de castanheiras devem ser chamados em primeira instância na Associação para resolver por meio de conversa. Caso as infrações persistam, devem ser levadas aos órgãos competentes a fim de tomar-se as devidas providências.

## 2.2 DO CASTANHAL AO JARI: A CASTANHA ENTRE CHUVAS, RAMAIS E BURROS

E por entre ramais saem os castanheiros, com seus paneiros, cambito, e foice, montados em burricos, adentrando a mata fechada, antes mesmo que o sol nasça. Não se pode esquecer a garrafa de café e uma farofa de ovos ou piracuí<sup>18</sup> para acompanhar o caminho longo que dura cerca de uma hora, até o castanhal mais próximo, por exemplo. Vão em busca daquela que valiosa se torna para prover parte do sustento familiar durante os seis meses de chuva. Os castanhais mais distantes da zona de moradia demandam em média duas/três horas de caminhada. Nestes, os castanheiros permanecem por uma semana, 15 dias ou um mês, como já lembrado por dona Isabel. Já nos castanhais mais próximos a estadia é de algumas horas para a coleta, e o retorno se dá ao final do dia, com a frequência de três vezes na semana. Para se proteger dos perigos da floresta como animais peçonhentos, cobras e

---

<sup>18</sup> Na língua indígena Tupi *pira* significa *peixe* e *cui*, farinha, algo triturado. Ao juntar forma a conotação de *farinha de peixe* ou *peixe triturado*.

escorpiões é orientado o uso de botas de borracha, capacetes, luvas, calças e camisa mangas compridas.

Para permanecerem mais tempo de maneira mais cômoda, os castanheiros armam um barraco com forquilhas e lona, amarrado por cima, a fim de se protegerem do vento forte e da chuva. A alimentação é levada e armazenada em sacos: arroz, charque, feijão, conserva, etc. Levam vasilhas e panelas para cozinhar seus mantimentos. A prática da caça também faz parte do trabalho de coleta em acampada. A noite ou até mesmo de dia é possível obter caça para alimentação, mas os castanheiros também relatam que pode não ser propício às circunstâncias da mata adquirir caça, por isso é importante estar abastecido com alimentos.

A castanha-do-pará, ou castanha-do-brasil, como também é conhecida, ou ainda, castanha-da-Amazônia como recentemente foi denominada no circuito de mercado interno e externo para agregar valor<sup>19</sup>, é extraída da castanheira, que é uma árvore do gênero *Bertholletia*, da família *Lechytidaceae*, espécie *excelsa Bonpl.* Originária da região amazônica, é uma árvore de alto fuste, podendo chegar a 50 metros de altura e viver por mais de cem anos. Seu caule cilíndrico e desprovido de ramos, apresenta casca escura, de coloração marrom, e textura rachada com ramos curvos nas extremidades. É uma árvore que se destaca entre as demais por suas características específicas e, principalmente pela composição da casca, pode ser facilmente identificada na floresta (WADT & KAINER, 2009. p. 302).

A castanheira é uma das principais árvores da mata amazônica que oferece sombra para o desenvolvimento de outras espécies e está espalhada por toda a bacia amazônica, desde as fronteiras com o Peru e da Bolívia até as proximidades do litoral do atlântico (PANDOLFO apud VELHO, 2013). Por contribuir para a conservação das florestas tropicais, devido a sua produção ser praticamente toda oriunda de florestas primárias, é amplamente reconhecida como um modelo de produto florestal não-madeireiro (WADT & KAINER, 2009. p. 298). Seu fruto, chamado de ouriço, é redondo, tem aspecto lenhoso e abriga em seu interior em média de 10 a 25 sementes (amêndoas)

---

<sup>19</sup> A região amazônica além de atrair um olhar para exploração é constantemente exotizada em função do mercado exportador na romantização de seus recursos ambientais por grandes empresas.

de cor branca que, revestidas por uma casca resistente, parecem pedras compridas.

A castanha tem alto valor nutritivo, sendo rica em vitaminas A, B1, B2 e C, sais minerais, cálcio, fósforo, magnésio, potássio, cobre, além de proteínas e selênio, metal de grande importância para a saúde humana (PENNA FRANCO apud VELHO, 2013). Fornece, ainda, um óleo de alta qualidade usado na culinária e na indústria de cosméticos. O ouriço pode ser utilizado como combustível, especialmente no processo de defumação da borracha, ou na confecção de artesanato, e sua madeira, conhecida como madeira-de-lei, de boas propriedades, serve também para a construção civil e naval (M.A.P.A., 2014, p.10). Segundo ANDRADE (1969, p. 44):

As áreas de maior incidência de castanhas estão localizadas na porção meridional da região Norte, nos médios cursos dos rios Tocantins, Tapajós, Xingu e Madeira e na margem esquerda do rio Amazonas, em menor escala, na área drenada pelos rios Jari, Paru e Trombetas.

A floração da castanheira é estimada no período de outubro a dezembro, com frutificação de outubro a março. Segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), uma castanheira produz, em média, 29 ouriços por ano com 16 castanhas, perfazendo o número de 470 castanhas por árvore em um ano.

O período de safra da castanha acompanha a estação das chuvas, e ultimamente tem sido ainda instável com as constantes alterações no clima, podendo iniciar em dezembro ou janeiro, se estendendo até junho ou julho. A chuva tem papel fundamental para o desenvolvimento dos frutos, desde o início de sua formação, levando até 15 meses para atingirem a formação completa. Dessa forma, a produção da safra de 2017 foi formada no segundo semestre de 2015, no verão amazônico, um ano de forte influência do El Niño<sup>20</sup>, quando houve atraso no período das chuvas em alguns locais da Amazônia e seca extrema em outros, como em Roraima e no Amapá, o que pode ter afetado o florescimento das castanheiras. A forte queda na produção aconteceu em toda

---

<sup>20</sup> El Niño é um fenômeno atmosférico-oceânico caracterizado por um aquecimento anormal das águas superficiais no Oceano Pacífico Tropical. Altera o clima regional e global, mudando os padrões de vento a nível mundial, afetando assim, os regimes de chuva em regiões tropicais e de latitudes médias.

a Amazônia brasileira, com relatos de ocorrência também em países vizinhos como Bolívia e Peru, também grandes produtores de castanha.

A variação da safra está diretamente atrelada ao período de chuvas e, conseqüentemente, à variação da renda. O que determina o preço de qualquer bem é o equilíbrio entre as forças de oferta e demanda, e este equilíbrio está na safra: se a safra é escassa, o preço aumenta; se a safra é farta, o preço cai. Isso ocorre porque há diferenças quantitativas entre a oferta e a demanda. Pesquisas apontaram diversos fatores como mudanças climáticas, custos de produção, cadeia produtiva, taxa cambial, de interferência no valor do preço do produto (ANGELO et al, 2013, p. 196).

O comércio da castanha foi de grande importância na economia da região Norte, sobretudo após o declínio da borracha, no início do século XX, quando passou a ter seu contingente demográfico cada vez mais populoso. Já em 1967 a produção geral brasileira com a participação dos estados do Acre, Amazonas, Amapá, Para, Rondônia, Roraima e Mato Grosso contabilizou 34.164 toneladas. Conforme Velho (2013), o Brasil possui o monopólio mundial da castanha devido a produção da Bolívia e do Peru ser comercializada em Belém. O mesmo ocorre com a castanha vinda do norte de Goiás e de Mato Grosso, contabilizada como paraense (VELHO, 2013, p.67).

Segundo Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária a (Embrapa), o ápice da produção brasileira de castanha foi alcançado no início da década de 1990, chegando a aproximadamente 50 mil toneladas. Até 2003, a produção oscilou entre 20 mil e 40 mil toneladas, com picos de queda em 1992 e 1996, e de alta em 1995 e 2000.

Desde 2005, realizam-se estudos anuais sobre o teor produtivo na safra da castanha em áreas de Resex que tem mais de 70 mil castanheiras georeferenciadas. A Rede Kamukaia<sup>21</sup>, que integra diversos projetos de pesquisa executados pela Embrapa e parceiros na Região Amazônica, atuando sobretudo dos estados do Acre, Amapá, Para, Rondônia e Roraima e alguns estados do Nordeste, constatou, durante o período do monitoramento, picos de alta e de baixa produção, alternando entre locais. Os anos de 2012 e 2015

---

<sup>21</sup> A Rede Kamukaia foi criada para dar suporte as atividades de pesquisa em manejo de produtos florestais não madeireiros. O termo deriva de *kamuk* e *aka*, duas palavras da língua indígena Wapixana, que significam produtos da floresta.

tiveram alta produção e pelo menos um local registrou queda nesses anos. Os anos de 2008, 2011 e 2013 foram de queda na produção, mas houve locais em que a produção aumentou nesse período<sup>22</sup>, como mostra o gráfico:

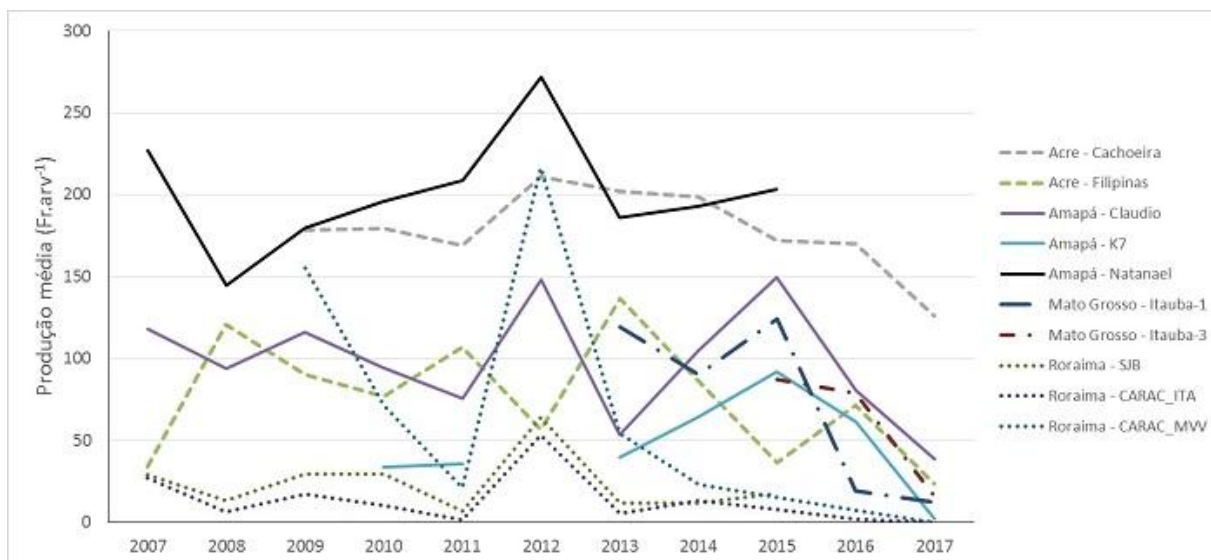


Figura 44 - Produção média de frutos da castanheira medida nas parcelas permanentes da Rede Kamukaia, no período de 2007 a 2017. FONTE: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/26131296/pesquisa-aponta-queda-de-70-na-producao-de-castanha-da-amazonia>

Tais processos são constantemente observados pelos extrativistas que, com seu jeito de lidar com as situações, corriqueiras ou não, elaboram sistemas de classificação dos fenômenos, “a partir da organização e da exploração especulativa do mundo sensível em termos de sensível” (LEVI-STRAUSS, 1989, p. 31), produzindo conhecimento empírico. A esse processo de formulação do pensamento Levi-Strauss (1989) chamou de “ciência do concreto” pois é experimentado tanto no plano sensível quanto no plano inteligível, ou seja, da linguagem construído sobretudo com os “restos de um discurso social antigo” (p. 37). A forma de organização social dos povos, com o conhecimento e classificação da natureza e das relações, demonstra a capacidade de operar a razão para dar continuidade na sua reprodução cultural. A produção do saber, a partir do domínio das dimensões das relações humanas e não humanas, no interior dos grupos sociais situa-se no campo da reflexividade e agência social. A potencialidade de variações linguísticas, de

<sup>22</sup> EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/26131296/pesquisa-aponta-queda-de-70-na-producao-de-castanha-da-amazonia>>. Acesso em: 07 de dez. 2017.

classificações e representações se manifesta para legitimar a condição da produção intelectual. Ele defende sua validade de conceituação e explicação do mundo de maneira lógica afirmando que “toda classificação é superior ao caos, e mesmo uma classificação no nível das propriedades sensíveis é uma etapa em direção a uma ordem racional” (p. 30).

Esse conhecimento que vem dos povos das florestas é elaborado através de um processo de investigação e recriação com reunião de informações, e sobretudo, combinação de pressupostos, formas de aprendizado, de pesquisa e de experimentação. Parte da base de todo o pensamento e supõe séculos de observação. É geralmente chamado de *conhecimento tradicional* ou *saber local* como se reportou Carneiro da Cunha (1999), e costuma ser revelado ou transmitido de geração em geração.

Se der bastante flor, vai dar bastante ouriço. Se der pouca flor, dá pouco ouriço. Nós temos essa experiência assim, ano de bastante flor que até escorregamos nas flores, vai dar bem no outro ano e ela gera agora, é um ano. E ficamos nessa esperança do outro ano dar bastante. Quando tem pouca flor, já sabemos: vai dar, mas bem pouco, que nem nesse ano, todo mundo sabia e deu pouco mesmo e elevou o preço (José Maria).

Ano passado, deu pouco. Esse ano, menos ainda. Ano que vem vai dar muita castanha. A gente conhece pelos frutos que se formam em cima, e as flores que caem. Quando essa carga de ouriços cai, outra em cima já está sendo formada. A alegria do castanheiro é essa: quando você chega embaixo da castanheira e vai colher os ouriços, e ver um monte de flor, você logo sabe que vai dar muita castanha no próximo ano (Alagoas).

Para Carneiro da Cunha (1999, p. 156), o “saber local refere-se a um produto histórico que se reconstrói e se modifica, e não a um patrimônio intelectual imutável, que se transmite de geração a geração” e produz conhecimentos valiosos, nos quais, o valor se encontra na diferença e não na semelhança de outras formas de fazer ciência. No entanto, apesar de ser uma fonte de valor, sua apreciação oscila entre dois extremos, segundo Carneiro da Cunha, “igualmente ingênuos: ora se o desvaloriza por completo por oposição à ciência, ora se o exalta como uma fonte de sabedoria última” (1999, p. 157).

A oposição ao conhecimento científico foi construída sob a ótica de conceber o saber local destituído de validade e verdade científica. O não

reconhecimento de sua validade configura encurralamento para a reprodução deste saber e está intimamente conectado a ideia do evolucionismo cultural: as sociedades modernas, dotadas de civilidade, seriam as que produzem ciência e teoria, enquanto as primitivas permanecem limitadas à experimentação.

Recentemente abriu-se o debate e enfim, o reconhecimento do conhecimento tradicional como dotado de valores que precisam inclusive, ser salvaguardados e difundidos no seio da própria ciência, pois, seus processos são legítimos, são “uma ciência viva, que experimenta, inova, pesquisa, não um simples repositório de conhecimentos. É uma ciência que se baseia, entre outras coisas, na vida e na exploração dos recursos dentro de um território” (CARNEIRO DA CUNHA, 1999, p. 158). São esses processos que demonstram como são aprimorados os domínios e técnicas sobre os recursos ambientais disponíveis. Alagoas demonstra com sabedoria diferenciar uma castanheira velha ou nova:

Pelo tamanho, pelo desenvolvimento e do quanto de tempo a gente conserva o castanhal. Sempre sabemos quando uma castanheira é nova pois já estamos no castanhal a muito tempo. Quando as castanheiras ficam velhas, elas começam a diminuir os tamanhos dos ouriços e a produção delas.

Como visto, o tempo de vida da castanheira infere na sua reprodução. Todas as árvores de castanheiras da área de Repartimento dos Pilões são nativas, tendo mais de cinquenta anos! Mas, durante todo o tempo de existência da comunidade, há aquelas que já morreram, assim como, novas que brotaram.

Vale ressaltar que os frutos de dos castanhais não caem todos no mesmo período. Há uns que caem antes de outros. Em relação a isso, ao tempo de a castanheira “jogar ouriço” na floresta, Nicácio afirma: “nesses castanhais os últimos que caem são os meus. Quando os outros pés já começam em janeiro, tem castanhal que tá quase todo no chão; os meus não, são os últimos, às vezes lá para o meio de julho ainda tem castanheira jogando”. Dessa forma, pode ocorrer que uma família dê início à coleta da safra na comunidade e ela termine nas mãos de outras famílias. Chama-se de safra, então, o período inteiro em que a castanheira “joga” os ouriços.

De acordo com a Embrapa, de 1990 até meados dos anos 2000, uma lata (20 litros) de castanha era vendida por aproximadamente R\$ 6,6, com pouca variação naquele período. A partir de 2005, houve uma valorização crescente da castanha-da-Amazônia, e desde esse ano até 2011, o preço de uma lata ficou em torno de 16 reais, ou 8 dólares, com alterações para mais e para menos. A partir daí, observaram-se valores crescentes, como R\$ 20,00 em 2013, R\$ 30,00 em 2015 e R\$ 50,00 em 2016. Nesta última safra, em 2017, a castanha praticamente sumiu do mercado, o que fez com que seu preço disparasse, chegando a valores de até R\$ 120 a lata nas florestas do Acre e do Mato Grosso. No sul do Amapá, no município de Laranjal do Jari, por exemplo, um hectolitro, que equivale a 5 latas, chegou a ser comercializado por R\$ 750,00, correspondendo a mais de 100% de aumento em relação ao ano anterior, quando custou R\$ 350,00.

Em Repartimento dos Pilões, no entanto, o valor máximo da castanha ultrapassou pouco mais de R\$ 500,00. É importante notar a diferenciação de preços do mesmo produto: em cada lugar por onde passa a castanha, até ser escoada para fora da região, normalmente às indústrias de beneficiamento, dá-se um valor monetário que difere daquele vendido no castanhal ou na vila. Nos castanhais, por exemplo, o preço se expressou em R\$ 480,00; já na vila, R\$ 550,00; e em Almeirim e Laranjal do Jari, R\$ 750,00, como referido.

Os principais motivos dessa diferenciação, de acordo com os envolvidos no processo da comercialização, são a baixa safra e o alto custo com transporte e logística demandado até o escoamento do produto. São os gastos para mantimento dos animais de carga, aluguel ou combustível para transportes motorizados como o caminhão, barcos e bajaranas. Os extrativistas expressam surpresa em relação a alta da castanha neste ano, e afirmam ter sido um estímulo para enfrentarem as dificuldades até o castanhal e insistirem com o trabalho, mesmo com as complexidades:

Olha, nunca tinha chegado nesse preço que tá agora, que tá R\$ 560,00 parece, agora. Mas o máximo que já chegou aqui foi R\$ 200, o máximo que já chegou. Era R\$ 150,00 era R\$ 180,00 aqui (Nicácio Araújo).

Em relação ao ano passado está bem mais elevado. Ano passado ela chegou a trezentos reais, no finalzinho. Esse ano,

ela entrou de cem reais, a medida. Agora ela tá no meio da safra no valor de quinhentos e cinquenta (Dinho).

Bem valorizada, até porque o ano que dá pouca castanha, o preço altera, aí no ano que dá bastante, o preço cai. Esse ano mudou as coisas, o pouco que produziu deu de cobrir as coisas, compensou bem. Começou em cem reais a castanha e já tá em quinhentos e cinquenta, nunca pensei que fosse chegar a esse preço, mas foi legal pra todo mundo (Zé Maria).

Uns quatro anos atrás, deu cento e cinquenta barricas, nessa época, ainda sobrou. Esse ano, se der, 50 no máximo, barricas de castanha. Aí varia muito de um ano para o outro (Josué da Silva).

Além da venda de castanha em barricas, outros produtos são fabricados e comercializados, como doce, óleo, biscoitos, bolo e iguarias feitos com o leite da castanha. Segundo as produtoras, em sua maioria mulheres, são produtos de alta procura tanto na vila como em comunidades vizinhas. Muitos desses saberes foram repassados de mãe e pai para seus filhos e filhas, assim como saberes sobre artesanato, sobretudo com cipós e palhas da mata. Há, na vila, aqueles que tecem seu próprio paneiro utilizando um vegetal chamado arumã: “Ela é uma arvorezinha fininha assim, mais grossa que meu dedo. Ela fica comprida. Corta em baixo, em cima, onde tem o nó e traz inteira mesmo” explica Josué, que tece desde seus 10 anos. Aprendeu vendo sua mãe tecer e geralmente tece para uso próprio cotidiano, no trabalho e em casa. Além do paneiro, ferramenta do seu trabalho, confecciona cestaria, e dependendo da ocasião, comercializa para adquirir uma renda extra.

\*\*\*

O percurso da castanha é longo até sair da floresta e chegar até o Jari: Com o cambito nas mãos, instrumento de madeira feito a partir de uma vara<sup>23</sup> que é cortada (não por inteira) em quatro partes na intenção de prender o ouriço entre essas partes, o castanheiro junta os ouriços espalhados no solo, despejando-os no paneiro que está em suas costas. A quebra dos ouriços é feita em um local chamado “quebrador” que geralmente situa-se ao pé de uma árvore da mata, próxima à área de castanhal. Após a quebra, as amêndoas são despejadas em uma saca de sarrapilha<sup>24</sup> e armazenadas nos paióis. Reunidos

---

<sup>23</sup> Ramo de árvore comprido e de espessura firme.

<sup>24</sup> Espécie de pano do mesmo tipo e textura que os sacos de estopa; é usada em muitas atividades para separar substâncias, como por exemplo, nos garimpos, para reter o ouro na caixa de lavagem do minério;

todos os frutos coletados, conta-se com a ajuda dos animais de carga para retornar à comunidade para descarregar a coleta em um caminhão que as leva até Monte Dourado e Laranjal do Jari para a comercialização. Uma descrição mais detalhada do processo está nos relatos:

Eu levo o paneiro, a foice de quebrar a castanha, e lá no mato, quando a gente chega lá faz o cambito para ajuntar a castanha, aí ajunta, quebra, bota no paneiro, traz. Ou então deixa ensacada para o animal carregar, o burro trazer de lá para cá (Josué).

Aí pega os ouriços, aí vai juntando, no paneiro. [...] Depois que a gente junta todos os ouriços, aí a gente vai quebrar, aí um vai pra um lado, outro vai pra outro. Com foice, machado. Em cima de pedra, em cima de pau. Pega o ouriço, desbanda e aí tira a *pivide*. É a castanha. Aí já vai botando no saco e enchendo o saco, a granel. Aí depois leva pra (vila). Quando chega de lá, chega muito sujo, aí a gente vai lavar, às vezes, a gente tira a castanha que tá (seca) quando tá em tempo de corte a gente tira aquelas que *boia*, que tão podre, não presta (Nicácio).

A gente “amontoa” os ouriços, só que depende do castanheiro, alguns preferem fazer ao fim de cada dia para não amontoar muito e acabar atraindo escorpião. Então, eu e meu companheiro sentamos em um banquinho bem próximo do amontoado de ouriços. Nós usamos a foice ou machadinho para abrir os ouriços, é de preferência. Colocamos o ouriço em cima de uma pedra e eu dou somente uma cortada, depois viro do outro lado e corto também. Eu faço isso para não cortar as castanhas que estão dentro e cortar apenas o ouriço. A gente passa o dia todo fazendo isso (Antônio Alagoas).

Esses três relatos demonstram que são variadas as maneiras de proceder no castanhal para a coleta da castanha, mas sua essência não se perde: o valor que o trabalho exerce na vida dos extrativistas.

Após o processo no castanhal é chegada a hora de deslocar o produto até a comunidade para de lá, chegar a Monte Dourado e Laranjal e partir para outros locais. Para esse processo do deslocamento é necessário a figura do atravessador referido também como tropeiro ou comboieiro. Na época em que as terras do vale estavam sob o domínio dos portugueses, os tropeiros ou comboieiros eram pessoas que juntavam burros para coletar castanha e assim trazer para lugares de armazenamento para serem distribuídas (LINS, 1994). O local de distribuição era onde hoje é a comunidade do Bandeira. Supõe-se que,

---

na fabricação de queijo de búfala, para reter a massa cozida, na cidade de Faro/Pa; e em geral para o transporte e armazenamento de produtos agrícolas e extrativistas, como a farinha, mandioca, milho, banana, castanha, andiroba; utensílios, confecções etc. É encontrada em lojas de artigos dessa natureza.

esses comboieiros eram empregados que, assim como os extratores da castanha, trabalhavam para os patrões portugueses.

“Nas costas do animal” vinha a castanha do castanhal até a comunidade. De lá, o gerente se encarregava de distribuir a coleta para fora. Hoje, o responsável por espalhar a mercadoria é chamado de comprador e, comumente os atravessadores assumem a condição de compradores também, sendo os que possuem os animais de carga. Em Repartimento o atravessador é o Edivaldo, mais conhecido como seu Cordel. Ele tem os burros e é ele quem leva a castanha de Repartimento até Monte Dourado num trajeto feito em um caminhão que, geralmente é alugado para o transporte.

Alguns extrativistas alugam e guiam animais para buscar a coleta no castanhal. O valor do aluguel dos animais de carga é descontado no ato da compra, como explica Jose Maria: “O preço da vila é um e, passando no “animal” é outro. Por exemplo, a medida daqui agora tá R\$ 550,00. Eu vendo para o Cordel que é marido da Isabel a R\$ 480,00 porque tem a despesa do animal dele também”. Além do Cordel, na comunidade há mais um morador que possui os burros e trabalha com o extrativismo da castanha.

Além da castanheira, há outras espécies identificadas no território de Repartimento dos Pilões, como o angelim-vermelho (*Dinizia excelsa Ducke*), a castanha-sapucaia (*Lecythispisonis Cambess.*), a massaranduba (*Manilkarahuberi (Ducke) Chevalier*), o açai (*Euterpe Oleraceae Mart.*) e diversas outras palmeiras, o piquiá (*Caryocarmicrocarpum Ducke*) e o uxi (*Sacoglottis uchi Huber*), que servem para o consumo familiar (ASMIPPS, 2017, p. 20).

Essas e outras espécies também fazem parte, em pequena medida, de trocas comerciais, e em grande medida, da reprodução cultural dos comunitários. As árvores como a andiroba, a copaíba e o cumaru são de grande importância, pois seus óleos são utilizados na medicina local para o tratamento de ferimentos, dores musculares, inflamações etc.

Os “coletivos” indicam estarem ameaçadas com o cultivo do eucalipto ao seu redor que, ao desmatar a floresta para sua plantação, afasta animais de caça e prejudica o solo, afetando um modo anterior de vida de se reproduzir. De acordo com os moradores, a área é a derradeira de floresta primária densa

na geografia marcada pela monocultura do eucalipto do Projeto Jari naquela região (ALMEIDA, 2015).

### 2.3 A CASTANHA DO JARI SEDIMENTANDO MEMORIAS



Figura 45 - Castanha-do-pará. Foto: Malenna Farias

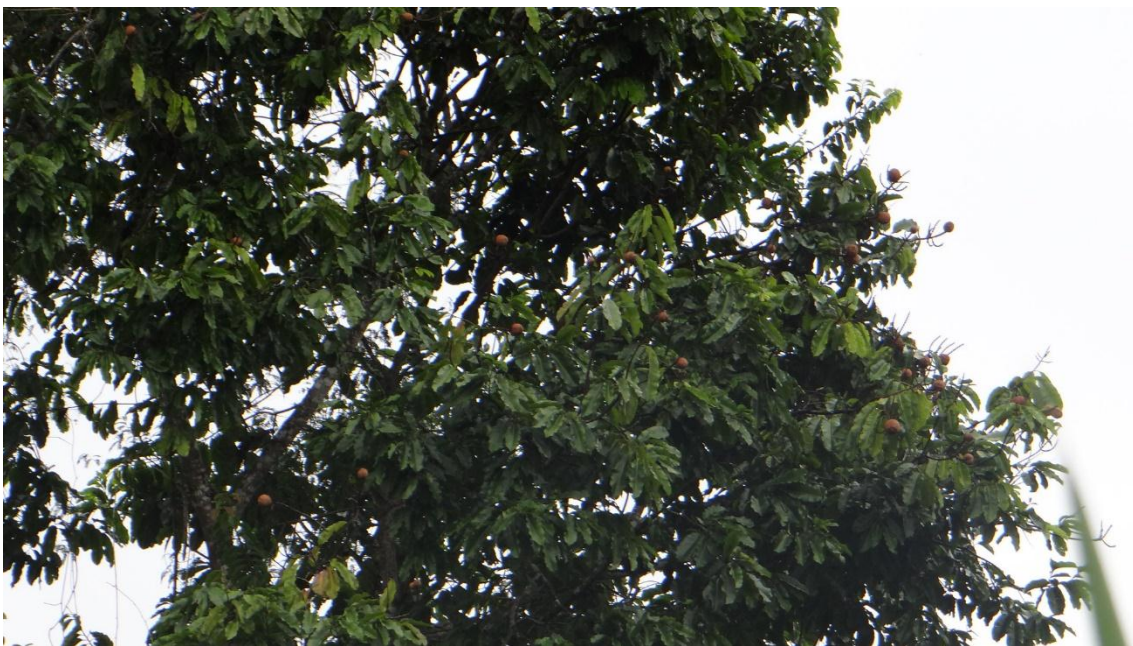


Figura 46 – Castanheira com formação de frutos. Foto: Malenna Farias.



Figura 47 – Cambito utilizado no trabalho da coleta da castanha. Foto: Malenna Farias.



Figura 48 - Quebrando castanha com a foice. Foto: Malenna Farias



Figura 49 – O quebrador. Foto: Malenna Farias.



Figura 50 – Cangalhas utilizadas nos animais de carga. Foto: Luciana Carvalho.



Figura 51 – Comboieiros chegando do castanhal. Foto: Luciana Carvalho.



Figura 52 – Deposito de castanha em Repartimento dos Pilões. Foto: Railana Fernanda.



Figura 53– Carregamento de Castanha. Foto: Railana Fernanda



Figura 54 – Trabalhadores e patrão. Foto: Railana Fernanda.



Figura 55 – Até o Jari a castanha percorre um longo caminho, e na região, talvez sua última passagem seja pelas casas de compra e venda que escoam o produto mundo a fora. Foto: Malenna Farias.

### **CAPÍTULO 3 – SOU COLETIVO: ENTRE EUCALIPTO E CASTANHA**

O grande problema na base de toda confusão e tensão que envolve os moradores de Repartimento dos Pilões, e de outras comunidades próximas, e a Jari Florestal está relacionado à regularização de terras. São 6.102 títulos de terras que possuem irregularidades, registrados nos cartórios estaduais do Pará, e que representam “o caos fundiário, nublado por grilagem de terra de toda ordem e sorte” (ALMEIDA, 2015). De acordo com pesquisas de órgãos ligados à questão fundiária no estado, esses papéis, somados, representam mais de 110 milhões de hectares, correspondentes a quase a mesma área do estado, em áreas possivelmente griladas.

O jornalista Lúcio Flávio Pinto (1986) sublinha, em investigação nos arquivos do Incra, que a Jari possuía, em 10 de outubro de 1977, uma área total de 1.006.261 hectares, dos quais 576.222,3 hectares no estado do Pará e 430.039,6 no Amapá. O Grupo Jari, por sua vez, assegura que a área oficial era de 1.632.121 hectares, porém menos de um terço teria título definitivo.

Alguns de seus diretores e advogados chegaram a declarar que a empresa teria até mais de 3 milhões de hectares.

Conforme o Ministério Público do Estado do Pará, existem 104 documentos fundiários que compõem a área cujo domínio a empresa diz ter, representando cerca de 956 mil hectares. No entanto, parecer da Procuradoria Geral do Estado (PGE) de 2005\6, aponta que uma parte dessa área pretendida é terra pública. A PGE ingressou com ação judicial para reconhecer que a Fazenda Saracura, com aproximadamente 255 mil hectares é de domínio público do Estado, e não propriedade da Jari. A empresa recorreu da decisão do juiz da Vara Agrária, que reconheceu o domínio público da área da fazenda. Cabe ao Tribunal de Justiça do Estado (TJE) a confirmação ou não da sentença.

Segundo Almeida (2015) o Iterpa realiza estudos e georreferenciamento na área do Jari, e existe um grupo interinstitucional composto pelo Iterpa, Sema, MPE e Defensoria Pública com o objetivo de equacionar a situação fundiária na região. Enquanto isso, as inúmeras situações de conflito são acompanhadas pela Ouvidoria Agrária Nacional.

### 3.1 TRAJETÓRIA DA ORGANIZAÇÃO SOCIOPOLÍTICA EM REPARTIMENTO DOS PILÕES

A organização social e política dos “coletivos” ganhou reconhecimento perante o Estado a partir da criação da Associação dos Micro e Mini Produtores Rurais e Extrativistas da Comunidade de Repartimento do Pilões (ASMIPPS). Fundada em 04 de junho de 1995, a ASMIPPS se tornou um importante agente de intervenção econômica e social na comunidade, reunindo em seu cerne, além da função de representação política e jurídica dos “coletivos”, a responsabilidade de salvaguardar os direitos antes não reconhecidos pelo Estado aos moradores de Repartimento dos Pilões.

Em 2015, em parceria com o Instituto de Educação Brasileira (IEB), a FASE e o Fundo Dema, a associação realizou atividades para construir o Diagnóstico da Comunidade. Uma delas foi a Linha do Tempo da Comunidade, resgatando os marcos históricos mais significativos para contar sua(s) história(s).

A Linha do Tempo demonstrou que a trajetória de organização sociopolítica da comunidade teve início com a pressão da empresa Jari Florestal sobre terras ocupadas e usadas pela comunidade. Os fatos remontam à década de 1980: viagem de lideranças extrativistas até as sedes do INCRA e IBDF em Belém; prisão de seu Getúlio; além das construções da escola e do centro comunitário. Somente em 2013 a associação foi regularizada e as primeiras visitas ao Ministério Público Estadual foram realizadas, sobretudo para denunciar os abusos praticados pela Jari.

Entre esses considerados abusos, estava a retirada de madeiras dos castanhais nativos da região, que causou revolta nos comunitários e culminou na criação da Rede Intercomunitária Almeirim em Ação (Rica) e no Empate, uma das maiores mobilizações comunitárias de Almeirim quanto à defesa dos recursos naturais e dos sistemas de uso da terra pelos moradores, realizado ao longo Natal de 2014 e *Réveillon* de 2015. Nesse episódio, acampadas por dois meses em área pretendida pela empresa, a comunidade Repartimento dos Pilões conseguiu “empatar” a extração de madeira do Vale do Jari, trazendo à tona e às redes sociais a situação conflituosa na localidade.

Essa prática de resistência para impedir a passagem e “empatar” a ação dos considerados invasores foi realizada pela primeira vez no fim dos anos de 1970, pelos seringueiros do Acre liderados por Chico Mendes, que foi assassinado em 1988, às vésperas de outro Natal. A ação é uma prática de enfrentamento contra o grande capital, que historicamente tem espoliado e expropriado as populações locais em função do desenvolvimento econômico exprimido em projetos extravagantes e inadequados à realidade amazônica. Consiste em uma estratégia de resistência pacífica em que famílias inteiras formam um cordão humano com o objetivo de convencer, neste caso, os cerca de 200 trabalhadores de uma empresa contratada pelo Grupo Jari a não extrair madeira de seu território e manter a floresta em pé.

Os extrativistas e mini produtores rurais reivindicam no Iterpa o título coletivo de uma área de 61 mil hectares, onde a Jari passou a atuar com a extração de madeira de lei, entre elas a castanheira. Apesar da Secretaria de Meio Ambiente do estado do Pará (Sema) ter se comprometido em acordo firmado em maio de 2013 – e lavrado em ata – a não liberar a área até a resolução sobre a questão fundiária, no verão de 2014, aprovou o Plano

Operacional Anual (POA) de nº 09 nas proximidades do território requerido pela comunidade. Em função dessa liberação da Sema e da atuação da empresa que ameaça integralmente seu modo de vida, os extrativistas e lideranças mobilizaram-se para o Empate. Tal mobilização repercutiu em decisões internacionais, inclusive de retirada do selo florestal FSC da Jari Florestal.

O MPE-PA já havia feito o pedido de suspensão dos planos de manejo da Orsa Florestal, Jari Celulose e a Papel e Embalagens S.A, no fim do mês de novembro de 2013, com base na Convenção 169 da Organização Nacional do Trabalho (OIT), que dispõe sobre a participação no gerenciamento e conservação de recursos da natureza por povos e comunidades tradicionais; e no artigo 186 da Constituição Federal, que estabelece a função social da terra e o uso racional dos recursos naturais.

Em janeiro de 2015, a ASMIPPS realizou seu Cadastro Ambiental Rural (CAR) no sistema SICAR do Estado do Pará, sob a modalidade coletiva. Foram cadastrados 49.216 hectares em nome da associação, abrangendo a vila e a área dos castanhais. No dia 14 de julho de 2016, a equipe contratada pelo Governo do Estado do Pará para fazer o CAR visitou a comunidade. Ao apresentar o CAR individual como uma nova opção para a comunidade, em substituição ao CAR coletivo da ASMIPPS, as famílias defenderam a manutenção do CAR que abrange a floresta e seus castanhais nativos e as residências de maneira coletivizada. Esse posicionamento foi exposto em um manifesto enviado ao Ministério Público Estadual, ao Serviço Florestal Brasileiro e Governo do Estado do Pará. Desta forma, a ASMIPPS mais uma vez lançou sua defesa do território que ocupa tradicionalmente. Nesse período se deu o início das parcerias com órgãos públicos como o IEB, (Instituto Internacional de Educação do Brasil), CPT (Comissão Pastoral da Terra), e MPE (Ministério Público Estadual) e ocorreu protesto organizado pela RICA na linha do trem da empresa Jari.

Foi em meio à descoberta do apoio jurídico como instrumento de garantia e efetivação de direitos assegurados constitucionalmente, que contemple e seja adjacente às suas demandas, que em novembro de 2016, os coletivos deram entrada no pedido de implementação de Unidade de Conservação na modalidade de Reserva Extrativista numa área que totaliza

63km<sup>2</sup> da comunidade. Nomeada “Floresta Viva” os coletivos justificam a floresta simbolizar a vida dos mesmos, sendo da qual retiram todos os recursos básicos para “sobrevivência, sua renda, sua saúde, sua sustentabilidade”<sup>25</sup>, e aguardam os tramites necessários de averiguação do pedido. Atualmente a área total da comunidade estima-se em 51 mil hectares, abrigando boa parte da floresta nativa de uso das famílias residentes, limitando-se à Estação Ecológica do Jari, sob gerenciamento do ICMBIO.

Um marco importantíssimo na atuação da Associação foi a elaboração do já mencionado Plano de Uso dos Castanhais de Avanço. Com ele, a associação pode demonstrar sua força de organização sociopolítica em busca de garantir a continuidade de modo de vida comum através de suas práticas culturais.

### 3.2 POPULAÇÕES TRADICIONAIS, À QUE(M) SE REMETE?

Os “coletivos” de Repartimento do Pilões também declaram ser uma população tradicional, mencionando sua atividade extrativista como a causa principal para tal denominação. Desde a elaboração da noção de povos e comunidades tradicionais, surgida no contexto dos debates sobre autonomia territorial, exemplificado pela Convenção 169 da OIT<sup>26</sup>, vêm se traçando horizontes teóricos sobre usos dessa noção que se redesenha conforme os contextos político, econômico, fundiário, ambientalista e ritual.

No Brasil, a categoria de populações tradicionais foi concebida como instrumento político e jurídico para se reportar aos povos da floresta, mais especificamente aos povos da Amazônia, no intuito de promover a preservação da floresta ameaçada; instalar um novo modelo de reforma agrária, que incentivasse a exploração dos recursos naturais da região; e garantir a exploração desses recursos de forma sustentável, uma vez que os assentamentos se encontram sob propriedade federal (ALMEIDA, A. 2008). Vale assinalar que tal processo se deu em meio ao contexto da expansão de fronteiras agrícolas e

---

<sup>25</sup> Pedido da ASMIPPS para a criação da RESEX FLORESTA VIVA, encaminhado ao ICMBIO.

<sup>26</sup> A Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), órgão da Organização das Nações Unidas (ONU), foi adotada em Genebra, em 27 de junho de 1989, e entrou em vigor internacional em 5 de setembro de 1991. No Brasil, o cumprimento dessa Convenção foi determinado pelo Decreto Presidencial n.º 5.051, de 19 de abril de 2004. Nela, os direitos territoriais são reconhecidos como fundamentais, bem como os direitos de livre acesso aos recursos naturais de que se utilizam tradicionalmente para sua reprodução social, cultural, econômica, ancestral e religiosa.

pecuaristas na região amazônica, a qual transformou significativamente a configuração não só do ambiente físico da região como das vidas de seus habitantes.

Entretanto, no âmbito administrativo e jurídico do país, essa noção construiu-se a partir de um caráter generalista, desconsiderando a diversidade de grupos que supostamente enquadraram-se na categoria populações tradicionais. Logo as discussões giravam em torno de uma política de gestão que contemplasse a sociodiversidade assentada nos territórios protegidos. Da mesma forma, as articulações populares mobilizaram-se na busca de construir e reivindicar modos particulares de apropriação e usufruto territorial. Em decreto presidencial se considera povos e comunidades tradicionais como:

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Little (2002) abordou a grande discussão feita em torno do conceito de “populações tradicionais” para constituir uma noção que abrangesse a diversidade dos grupos que ela pretende abranger, apontando aspectos fundamentais para caracterizar essa identificação no campo das lutas territoriais atuais.

Populações tradicionais referem-se, portanto, a todos os grupos humanos que, em coletividade, estabelecem formas específicas de viver e relacionar-se entre si e com os outros, em determinado espaço e tempo, manifestando seus pensamentos, normas e interesses a partir de uma continuidade histórica, ação política e mobilizatória, instrumentalizando sua afirmação étnica e o sentido do pertencimento. São aqueles de práticas culturais motivadas pelo princípio da sustentabilidade, buscando a sobrevivência das gerações presentes sob os aspectos físicos, culturais e econômicos, bem como assegurando as mesmas possibilidades para as próximas gerações.

Para Barretto Filho (2004) “trata-se de construto ideológico cuja força reside exatamente na generalidade do seu significado e na flutuação do seu

emprego”. São povos que ocupam ou reivindicam seus territórios tradicionalmente ocupados, seja essa ocupação permanente ou temporária. Os membros de um povo ou comunidade tradicional têm modos de ser, fazer e viver distintos dos da sociedade em geral, o que faz com que esses grupos se autorreconheçam como portadores de identidades e direitos próprios. De fato, as diversas faces do reconhecimento e da afirmação étnica se manifestam de acordo com os contextos e interesses compartilhados pelo coletivo, movidos por sua própria ação política. São as relações que se constituem no âmbito da política e do reconhecimento étnico que dão forma aos vários processos de territorialização existentes no interior das sociedades humanas.

No Brasil, estão sendo considerados “povos e comunidades tradicionais”: os povos indígenas; as comunidades remanescentes de quilombos; os pescadores artesanais; os ribeirinhos; os povos ciganos; os povos de terreiro; os pantaneiros (do pantanal mato-grossense e sul-mato-grossense); os faxinalenses do Paraná e região (que consorciaram o plantio da erva-mate com a suinocultura e com o extrativismo do pião a partir do uso comum do território); as comunidades de fundos de pasto da Bahia (que praticam a caprinocultura em territórios de uso comum); os caiçaras (pescadores artesanais marítimos dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, que consorciaram a pesca artesanal e extrativismo em áreas comuns com o cultivo); os geraizeiros (que exercem ocupação tradicional dos gerais ou cerrado); os apanhadores de flores sempre-vivas (que tradicionalmente exerciam o extrativismo em áreas de uso comum nas campinas, hoje cercadas em grande medida pela monocultura do eucalipto e pela criação de unidades de conservação de proteção integral); os vazanteiros (moradores tradicionais da vazante, que sempre consorciaram o uso de terras altas e baixas, atualmente restritos a ilhas e pequenas parcelas de terra nas beiras de grandes rios que cortam o estado de Minas Gerais, por exemplo); os veredeiros (que ocupam, usam e preservam tradicionalmente as veredas, subunidade do bioma cerrado/gerais); os faiscadores (que exercem o garimpo artesanal), entre outros que, somados, representam parcela significativa da população brasileira e ocupam parte considerável do território nacional (CIMOS; MPMG, 2014).

Ao se falar em “identidade” é imprescindível não considerar os processos de ocupação e territorialização dos sujeitos que, em coletividades, firmam-se em determinados lugares. Os processos de territorialização são diretamente relacionados às construções de identidades coletivas que emergem com a determinação do uso comum do território por grupos sociais específicos, que usufruem da organização coletiva e reivindicações como motor para a garantia de direitos.

No final do século XX, o Brasil viu o surgimento de novas organizações sociais de populações tradicionais, instituições governamentais e não governamentais voltadas para a discussão de territorialidade e pertencimento. No entendimento de território passa a ser incorporada a dimensão simbólica e étnica, além de sua dimensão física, traçando suas próprias regras para organizar, à sua maneira, as formas de uso e apropriação do território e dos recursos naturais. Em concordância com Alfredo Wagner Almeida (2008, p. 118):

O processo de territorialização é resultante de uma conjunção de fatores, que envolvem a capacidade mobilizatória, em torno de uma política de identidade, e um certo jogo de forças em que os agentes sociais, através de suas expressões organizadas, travam lutas e reivindicam direitos.

Para exemplificar a diversidade de casos existentes no Brasil, Paul Little (2002) elencou alguns processos de territorialização entre sociedades indígenas, quilombolas, extrativistas, populações caiçaras do litoral brasileiro, pescadores, ribeirinhas. As populações tradicionais apresentam uma grande diversidade linguística, religiosa, política, social, demográfica e fundiária (ISA, 2001), mas quando relacionados ao território, aos recursos e a seus usos, acionam aspectos comuns, consensuais e politicamente incorporados, de instituição de normas específicas como meios de acesso ao território, que ultrapassam as delimitações jurídicas vigentes, a fim de garantir a continuidade cultural no lugar (ALMEIDA, A. 2008).

Os processos de territorialização dos grupos extrativistas da Amazônia – seringueiros, castanheiros, babaçueiros, pescadores — são marcados pela apropriação familiar e social dos recursos naturais, onde as “colocações” são exploradas por famílias, os recursos de caça e pesca, são tratados na esfera

coletiva e a coleta dos recursos destinados ao mercado é feita segundo normas de usufruto coletivamente estabelecidas (LITTLE, 2002). Nesse contexto, a apropriação da terra e seus recursos se dão por relações de parentesco estabelecidas pelo grupo, e pela defesa de um modo de vida particular, onde a relação com o território redesenha-se a partir dos vínculos sociais, simbólicos e rituais.

Constituem o caráter simbólico a dimensão da profundidade histórica da ocupação do povo, ainda que com seus fluxos de mobilizações, porém mantendo a história viva de seus antepassados guardada na memória coletiva; a dimensão política e social em suas formas de organização; a dimensão religiosa, isto é, as crenças e rituais; os modos de produção e uso coletivo; a dimensão cosmológica, com suas formas de pensar, compreender e relacionar-se com o mundo; além da própria geografia natural e cultural, que produzem o efeito do pertencimento ao lugar.

Nas sociedades extrativistas tal processo foi desenhado a partir das invasões de madeireiros, fazendeiros e mineradoras em suas terras, quando, sentindo-se ameaçados em relação a seu modo de vida particular, articularam em movimento social e redefiniram o caráter político do próprio entendimento do significado da floresta para si mesmo. Tal movimento de força nacional foi o estopim para a criação das chamadas Reservas Extrativistas e que hoje, motiva os “coletivos” de Repartimento dos Pilões quanto à defesa de seu território e recursos.

O considerado avanço de projetos de exploração madeireira, mineral, de recursos hídricos, políticas de proteção e preservação em unidades de conservação e etc. na Amazônia, têm ganhado forças e ameaçado populações tradicionais, suas práticas culturais e sua continuidade. Diante disso, diversos grupos têm buscado formas de organização política em cooperativas, sindicatos e associações para estabelecer diálogo com esferas administrativas do Estado. Para “os coletivos” em Repartimento dos Pilões, seriam a Promotora Agrária do Pará, a Universidade, organizações da Igreja Católica, Organizações não governamentais, os agentes de parceria na reivindicação do direito à titulação coletiva da terra. Não obstante, posteriormente à tentativa do Iterpa de intervir na questão fundiária, fez-se articulações para o pedido da Reserva Extrativista “Floresta Viva”.

Segundo Little (2002, p. 23) “os territórios dos povos tradicionais se fundamentam em décadas, em alguns casos, séculos de ocupação efetiva”. A longa trajetória dessas ocupações demonstra um peso histórico às suas reivindicações territoriais, ao mesmo tempo em que expressa sua persistência cultural. A expressão dessa territorialidade, então, não reside na figura de leis ou títulos, mas se mantém viva nos bastidores da memória coletiva que incorpora dimensões simbólicas e identitárias na relação do grupo com sua área, o que dá profundidade e consistência temporal ao território (LITTLE, 1994).

### 3.3 COLETIVOS X INDIVIDUAIS: TORNANDO-SE “COLETIVOS”

O marco da divisão da comunidade em coletivos e individuais foi a chegada do Iterpa para tratar da questão fundiária. Na ocasião, foram apresentadas duas modalidades de demarcação do território que implicam diretamente na forma de uso dos recursos nele contidos. Seriam as modalidades “coletiva” e “individual” entre as quais os comunitários deveriam escolher para proceder com a regularização. De acordo com a legislação de terras do estado do Pará, a titulação do território na categoria individual busca conseguir um documento para cada lote e refere-se ao

título de propriedade que o Estado fornece para que o ocupante de um imóvel permaneça no local, de maneira regular. A área é de propriedade plena do pequeno produtor, mas este não poderá negociá-la pelo prazo de 10 anos a partir do recebimento do título. O uso de recursos naturais deverá obedecer a Legislação Ambiental. O documento permite também o acesso à crédito bancário para fomento da produção (ITERPA, 2009, p. 45).

Isso pode ser feito por cada família separadamente ou pela comunidade, através da associação que os representa. Trata-se de um procedimento mais demorado e implica grandes despesas, pois todos os estudos e processos são feitos separadamente para cada família. Além disso, o tamanho da propriedade não pode exceder 100 hectares, muito menos que nas modalidades coletivas.

No sistema de regularização coletiva, o documento vai indicar os limites de toda a área de uso das famílias. Nessa modalidade, podem ser requeridas inclusive as florestas onde caçam, retiram frutos, cipós e madeira. Neste

sistema, não é responsabilidade dos órgãos, nem de seus técnicos fundiários de definir o tamanho da posse de cada família. Essa responsabilidade está a cargo dos próprios moradores, juntamente a associação que os representa.

Como existem partes das terras ocupadas pela comunidade Repartimento dos Pilões que são para uso de todos, conforme as regras locais sobre a forma de uso das florestas, dos rios e dos campos, tal demarcação deve ser feita respeitando-se os limites que tradicionalmente já vinham sendo usados por cada família. A essa ação dá-se o nome de “limites de respeito”, e normalmente eles são reconhecidos através por intermédio da entidade representante, como foi o caso do Plano de Uso dos castanhais de avanço elaborado pela ASMIPPS.

Não obstante, as restrições e permissões das modalidades de titulação dos terrenos causaram turbulência na relação entre os moradores, que já não era de todo harmoniosa, devido à não integração do “pessoal de fora”, como os “coletivos” referem-se àqueles que moram há cerca de dez anos na comunidade. De certo, toda a construção representativa, feita ao assimilar tais modalidades de usos proporcionou uma visão especulativa acerca da forma como viveriam após a regularização. Muitos acreditam que a escolha dos títulos na categoria individual se deu em função do estímulo e suporte dado pela empresa Jari, que, na verdade, teria intenção de adquirir os lotes individuais no futuro. Conta Jose Maria:

Foi colocado na cabeça de alguns que o individual seria bom porque cada um teria o seu documento da terra, o título definitivo, assim, ficaria por sua conta própria fazer empréstimos, essas coisas. No coletivo teria a associação e viria um documento único para a associação. A partir disso gerou essa divisão.

A essa altura, assumir uma escolha significava assumir um posicionamento marcado pela oposição e diferença, resquícios do conflito fundiário iniciado em tempos anteriores. De acordo com os “coletivos”, o “pessoal de fora” que pretende adquirir títulos individuais do território possui bom relacionamento com a empresa Jari, o que endossa a motivação dos “coletivos” em contrapor-se aos “individuais”. Assumir um dos lados na comunidade gerou repercussão na atuação da Jari naquelas terras que dizem estar sob sua propriedade. Sobre tal repercussão, Antônio Alagoas afirma:

Tempos atrás quando a empresa Jari nos dava, sempre assim em época natalina, dia das mães, dia dos pais, dia das crianças, eles se reuniam e traziam presentes para todas as crianças, para os pais, para as mães e fazia aquela brincadeira, aquele sorteio, e era muito bom. Ela passou muitos anos fazendo isso aqui, mas depois que foi gerado agora, a mais ou menos 4 ou 5 anos atrás esse problema de divisão de terra, aí a empresa não pode mais atuar aqui dentro da comunidade, até porque a outra parte não deixa, não aceita.

Ao acompanhar os processos coletivos feitos através da reconstituição da memória de da comunidade extrativista de Repartimento dos Pilões no âmbito das discussões acerca do território, constata-se a importância desses processos para a própria afirmação dessa comunidade, caracterizando-a, para além de unidades territoriais, como unidade sociopolítica que se representa para si e para os outros da sociedade abrangente a partir do autorreconhecimento como população tradicional extrativista, num exercício de valorização de tradições comuns e aquisição de direitos. Nesse sentido, são processos que criam “comunidades imaginadas”, como retratou Hall se referindo às nações: “as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação” (HALL, 2002, p. 48).

É, no entanto, no âmbito das representações que podemos encontrar diferenças entre sujeitos e grupos. Representações que por vezes salientam diferenças, e em outras unem diferenças (CARVALHO, 2017). As diferenças entre categorias e processos, por exemplo, residem nas formas diferentes como são imaginadas, como são representadas.

As formas de apropriação de um território, de seus recursos, são definidas a partir das representações que se constroem sobre ele(s). É nesse sentido, pois, que Godelier (1988, p.175) afirma a coexistência de várias formas de propriedade em um mesmo grupo social, assim como a aplicação dessa propriedade sobre um bem. Segundo ele, isso é corriqueiro no âmbito das economias de caça e coleta. Tais representações estão intimamente associadas ao processo de sociação, que Simmel (2006) designou ser uma rede de interação entre indivíduos, impulsionada por suas diversas motivações e expectativas em torno de algum objetivo comum.

A distinção é inerente aos grupos humanos e ao longo dos tempos vem sendo demonstrada e assumida pelos mesmos na busca de diferenciá-los dos outros. Para Simmel (2006, p. 45) “o significado prático do ser humano é determinado por meio da semelhança e da diferença”. Pensando dessa forma, o autor argumenta que “a história da cultura da humanidade deve ser apreendida pura e simplesmente como a história da luta e das tentativas de conciliações entre esses dois princípios”.

Entre “coletivos” e “individuais” o que está em jogo é o sentido embutido no território, “sentidos com os quais podemos nos identificar, [e que] constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas estórias que são contadas [sobre o lugar], memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que delas são construídas” (HALL, 2002, p. 51). Isso supõe, em certa medida, que a distinção entre as logicas dos “coletivos” decorre da (re)invenção de sua individualidade, “é como se cada individualidade sentisse seu significado tão somente em contraposição com os outros, a ponto de essa contraposição ser criada [...]” (SIMMEL, 2006 p. 47). Conseqüentemente, a (re)invenção de sua individualidade pressupõe a reinvenção de sua identidade, isto é, o modo se representar a si mesmo diante dos outros. Então, os “coletivos” fazem um movimento de contorno: são extrativistas porque assim afirma sua trajetória histórica; tornam-se coletivos, porque assim se lhes apresentam direitos disponíveis; tornam-se novamente extrativistas, quando reivindicam uma reserva extrativista para continuarem existindo. Isto se expressa nas delimitações da área do seu território:

Nós escolhemos o melhor para nós. Por exemplo, uma regularização individual são cem hectares, por lei, o mínimo. E no máximo, se não me engano são duzentos e quarenta. E outra, quando é individual, geralmente o lugar é só um lote aqui, esse lote vai até o fim, não existe um pedaço aqui e tira um pedaço lá. Como a gente tem uma área que é de nossa utilidade que é de fazer roça, essas coisas, e o castanhal é mais de mil e poucos metros, até porque passa um por dentro do outro, não tem como a gente escolher individual por causa disso, tem que ser coletivo [...] Se eu fosse escolher um lote para pegar meu castanhal por dentro do que era do outro, e já ia dar confusão. Por isso que escolhemos coletivo, pra não dar confusão. (Josué Castro).

Individual marca aquela sua terra, fica ali, é seu. E o nosso coletivo não, é de todo mundo. Todo mundo entra, todo mundo sai. Faz o que é permitido fazer dentro. Então eles lá querem

ficar com as terras deles, tem terra marcada aí que eles não podem nem passar dentro, porque o individual, se a pessoa encontrar meio metro pra dentro do que não é dele, se não for chamado ele vai ser punido. (Seu Pelé)

O artigo 225 da Constituição Brasileira declara que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo às presentes e futuras gerações”. Para Benatti (1999), essa declaração define “que a titularidade desse direito é assegurada ao indivíduo como também à coletividade, e que o dever de defendê-lo e preservá-lo é uma obrigação do Estado, dos indivíduos e da coletividade, colocando num mesmo patamar de direitos e obrigações o público e o privado” (p.107).

Nesse sentido, seria objeto de proteção pelo direito constitucional “a qualidade do meio ambiente em função da qualidade de vida” (SILVA apud BENATTI, 1999, p. 108), podendo inferir dois objetos de medida protetiva nas modalidades “imediate” e “mediata”, sendo o primeiro referente à qualidade do meio ambiente, e segundo, à saúde, o bem-estar e a segurança da população. Seria a qualidade do meio ambiente atribuída às dinâmicas territoriais repercutidas pelos comportamentos destes grupos no ambiente, atreladas à “ideia de que as pessoas mais qualificadas para fazer a conservação são as pessoas que [...] vivem sustentavelmente” (CARNEIRO DA CUNHA, 2009, p.287).

Além disso, a concepção de alguns “coletivos” como o seu Pelé, supõe que o direito à terra coletiva, conseqüentemente, instauraria outros direitos como o direito à moradia contínua da família, afinal, pensa-se nas futuras gerações. Para ele, uma vez assegurado o direito à moradia com o problema da regularização fundiária resolvida, estaria assegurado também, o direito de seus filhos e netos permanecerem no local: “se a gente tem os direitos daqui, a gente tem o direito de acomodar os parentes da gente”. É na expectativa de garantir a terra para morar, realizar suas atividades econômicas e abrigar seus descendentes que buscam a regularização coletiva na categoria de uma Reserva Extrativista. Em entrevistas, moradores declaram:

Eu não tenho muita informação sobre a Resex, mas eu acho que é um controle para a gente. O que muito não vai avançar como eles querem fazer, que é desmatar a terra que nem vão usar, nem utilizar. Que nem, depois que eu sai daqui, entrou um pessoal aí, que nem Santos, Chicão, que fizeram desmatamento no meio do castanhal, dos cacual, no meio de tudo, não sei nem como é que está, não andei para lá. Mas desmataram tudo. Então, tendo a Resex aqui, pela pouca informação que eu tenho, a gente vai trabalhar dentro do controle. Daqui com uns tempos, se nós não ganharmos questão dessa nesga que estamos lutando, vamos ficar que nem lá no Bandeira, no Braço, ficar no meio da ilha. Rodeado do trabalho dela [Jari], do eucalipto. (Seu Pelé).

“Ser coletivo” significa consolidar uma existência coletiva atravessada pela idealização da defesa de um território, portanto, de uma identidade. O sentido que a natureza e o território com a caça, o rio, os igarapés, o castanhal, o andirobal, o uxizal e os pés de piquiá e cumaru ganham, representam a própria existência desse grupo que, em coletividade, aciona na categoria jurídica de “coletivos” a luta por sobrevivência em uma terra onde possam morar, plantar, coletar e utilizar os recursos ambientais à sua forma, os quais constituíram seu modo de vida e sua relação com o mundo. A lógica que perpassa a organização política dos coletivos nada mais é que a defesa de um modo de vida comum baseado na expectativa da garantia de moradia e qualidade de vida para seus descendentes. Além disso, “Ser coletivo” é também (e talvez antes de tudo) não ser “de fora”, por não compreender a lógica de ser “de dentro”. Pois, ser “de fora” significa não comungar das mesmas aspirações e projeções sobre o território.

Os discursos de lideranças mulheres em conjunto com o de Josué, 36 anos e de seu Pelé, 69, nos remete a uma visão “ambientalista” do conflito, quando percebem a degradação ambiental no lugar onde residem e sustentam suas famílias, legitimando sua defesa através do discurso de defesa da natureza, para inferir um fenômeno social que advém de processos incorporados e (re)construídos por grupos sociais diversos (LOPES, 2006). O desmatamento no castanhal e cacual ao qual Seu Pelé se refere, é para uso da pecuária. Na visão dele, tornar-se uma ilha em meio ao eucalipto significaria sentir-se marginalizado, imbuído antes de tudo, por um sentimento de desterritorialização. Mesmo tendo surgido nos países de desenvolvimento

industrial, o discurso da “ambientalização” se ressignifica cada vez que é proferido:

[...] a nossa intenção é em tentar proteger, da empresa, não destruir o nosso sustento, da nossa família. A castanha, o uxi. Não o que muitos falam que estamos preocupados por causa da castanha, na verdade não é. Tem as outras coisas que a gente tira de lá da natureza, então, essa que estamos tentando proteger, a natureza, para que eles não destruam. O que a gente usa, tira o material que a gente precisa, para o nosso sustento, das nossas famílias. É essa a nossa intenção de proteger, que estamos tentando e vamos conseguir. (Josué).

Nesse contexto, a noção do território como propriedade coletiva por esse grupo que se autodenomina “coletivos” se insere como uma apropriação política, convencionada e oferecida pelo Direito Constitucional brasileiro. As disposições legais de “população tradicional” e a modalidade do “uso comum” do território, neste caso de Repartimento, inferem concomitantemente às atribuições referidas à territorialidade que dão o caráter da coletividade do grupo. A incorporação do aspecto ambientalista não só expressa uma adaptação lógica, mas a agência política em torno da construção das discussões locais, que argumentam sobretudo, a defesa e continuidade de seu modo de viver e relacionar o território.

Godelier (1988, p.174), apontou que já nas sociedades do século XIX a noção de propriedade comum da terra não implicava ausência de direitos precisos e definidos ao indivíduo sobre a terra, ao contrário, “oferece a todos os indivíduos uma garantia de acesso a esse recurso fundamental, e, mais ainda, garante às gerações futuras a herança desse mesmo recurso”. Acrescenta ainda, que houve interpretação errônea dessa forma de apropriação do solo no processo de colonização pelas potências coloniais que, argumentaram uma vez, que as terras não tinham proprietário e que estavam vagas, conformando assim, um pretexto legal para se apoderarem delas e constituírem poder sobre as mesmas; ou em outras ocasiões, se o uso do solo dependia de decisões do chefe, atribuíam-lhe a propriedade do solo permitindo o poder de desenvolver formas de exploração dos demais membros do grupo, antes impossíveis, com a ausência de influências coloniais.

Dessa forma, podemos dizer que o problema da irregularidade fundiária, não só em Almeirim, mas no Brasil como um todo, exemplifica os resquícios desses processos de interpretação errônea de propriedade da terra, uma vez considerando que as potências coloniais do século XVI em diante resultaram no aparelho do Estado.

Entretanto, ser “coletivos” não significa um modo de uso comunal da terra e dos recursos naturais como se se tratasse de um modelo, de todo, oposto às formas de apropriação individual desses bens. A observação atenta dos modos de vida dos “coletivos” sugere, que essa noção não deve ser confundida apressadamente com a pressuposição convencional, pois, percebe-se que o mesmo grupo que se esforça para se organizar em torno de uma reivindicação de reconhecimento do domínio coletivo de suas terras e recursos, também se organiza para exercer a condição de “donos” de castanhais, utilizando-se de expedientes como o arrendamento, por exemplo. Essa prática dos “coletivos” em relação aos demais moradores é expressada pela concentração de castanhais em suas mãos.

Os donos de castanhais tiram castanha nos castanhais de avanço assim como em seus próprios castanhais. Os demais moradores que também trabalham com a coleta da castanha e que não possuem um castanhal, retiram castanha somente nos castanhais de avanço. No castanhal de avanço, o tempo da safra é bem menor, comparado ao tempo de safra dos castanhais individuais. Isso faz com que haja diferenciação entre direitos sobre a terra e seus recursos, seja de acesso e uso, e, conseqüentemente, entre a renda dos moradores da comunidade. Dessa forma, a distribuição dos recursos contidos no território, na prática, contesta a noção convencional de uso comunal da terra. Longe de aferir legitimação para a regularização fundiária, a análise que se propõe aqui diz respeito às formas de representação e apropriação não só do território e seus recursos, mas até mesmo das categorias jurídicas que definem um direito comum teoricamente, o que na prática ocorre de maneira diferente. Isso pode sugerir que a forma de organização jurídica da sociedade abrangente encontra/se limitada a noções que na prática estão sendo reconfiguradas.

### 3. 4 RETRATOS dos Coletivos de Repartimento Dos Pilões e sua organização sociopolítica



Figura 56 – Getúlio Araújo, 67 anos. Foto: Luciana Carvalho.



Figura 57 – Isabel Araújo de Almeida, 65 anos. Foto: Railana Fernanda.



Figura 58 – Raimundo Ferreira Filho, 66 anos, vice-presidente da ASMIPPS. Foto: Railana Fernanda.

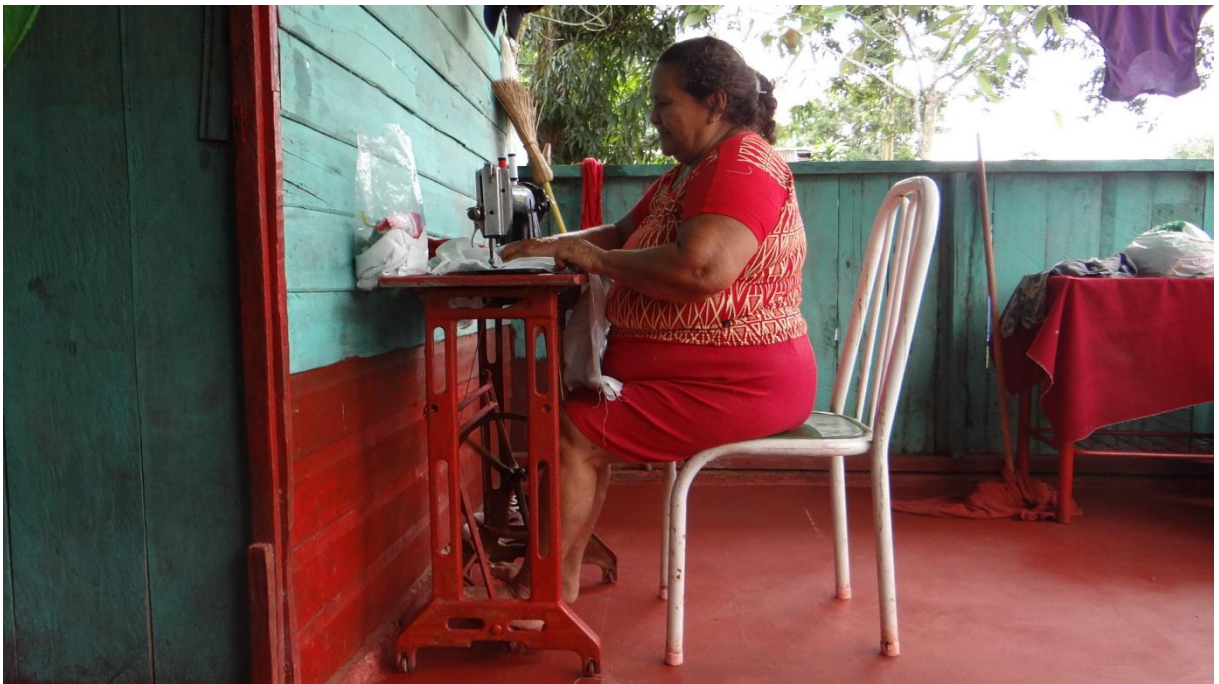


Figura 59 – Maria Lima de Araújo, 61 anos. Foto: Railana Fernanda.



Figura 60 – Raimundo Fernandes da Silva (Pelé), 69 anos. Foto: Malenna Farias.



Figura 61 – Dilva Maria de Araújo, 41 anos. Presidente da ASMIPPS. Foto: Malenna Farias



Figura 62 – Nicácio Araújo, 37 anos. Foto: Juliana Bentes.



Figura 63 – Dinho, 35 anos. Foto: Malenna Farias.



Figura 64 – Jose Maria da Silva, 54 anos. Foto: Railana Fernanda.



Figura 65 – Josué da Silva, 36 anos. Foto: Malenna Farias.



Figura 66 – Cartilha do Plano de Uso dos Castanhais do Avanço de Repartimento dos Pilões.  
 Fonte: ASMIPPS & IEB.

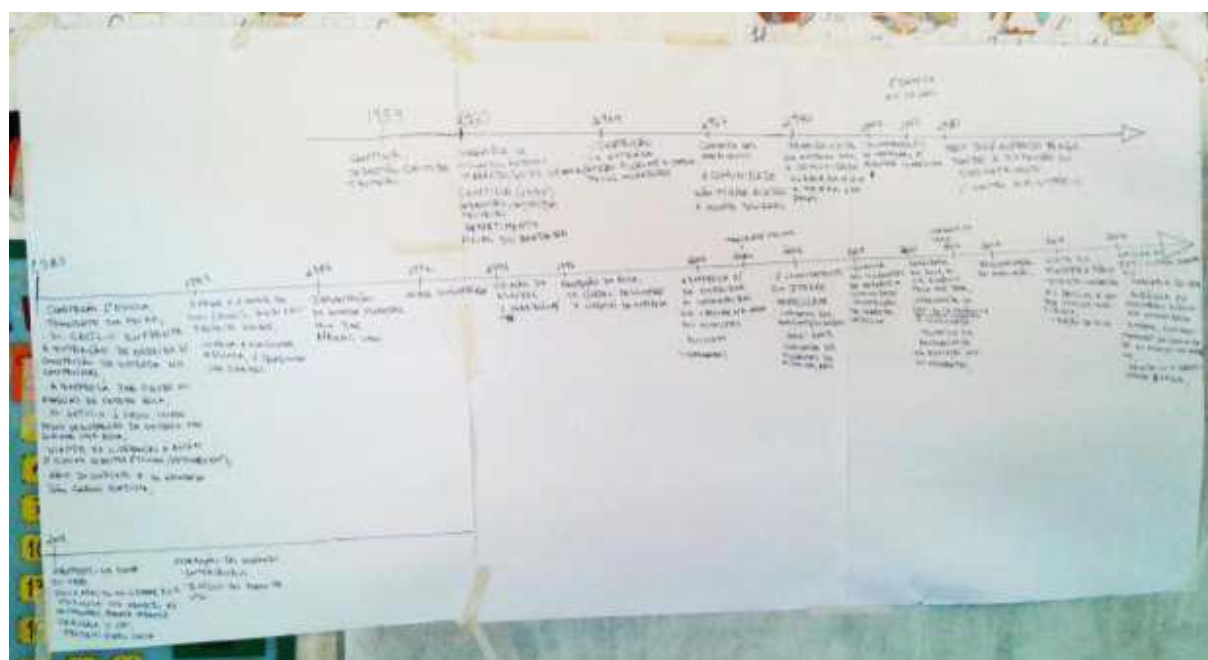


Figura 67 – Linha do Tempo da Comunidade elaborada em 2015. Fonte: ASMIPPS & IEB.



Figura 68 – Acampamento dos extrativistas de Repartimento dos Pilões na ação coletiva do Empate. Fonte: <http://rogerioalmeidafuro.blogspot.com.br/2015/12/jari-empate-de-extrativistas-da.html>



Figura 69 – O acampamento durou cerca de dois meses, iniciado no Natal de 2014 e desarmado em Janeiro de 2015. Fonte: [apublica.org/autor/rogerio-almeida](http://apublica.org/autor/rogerio-almeida)

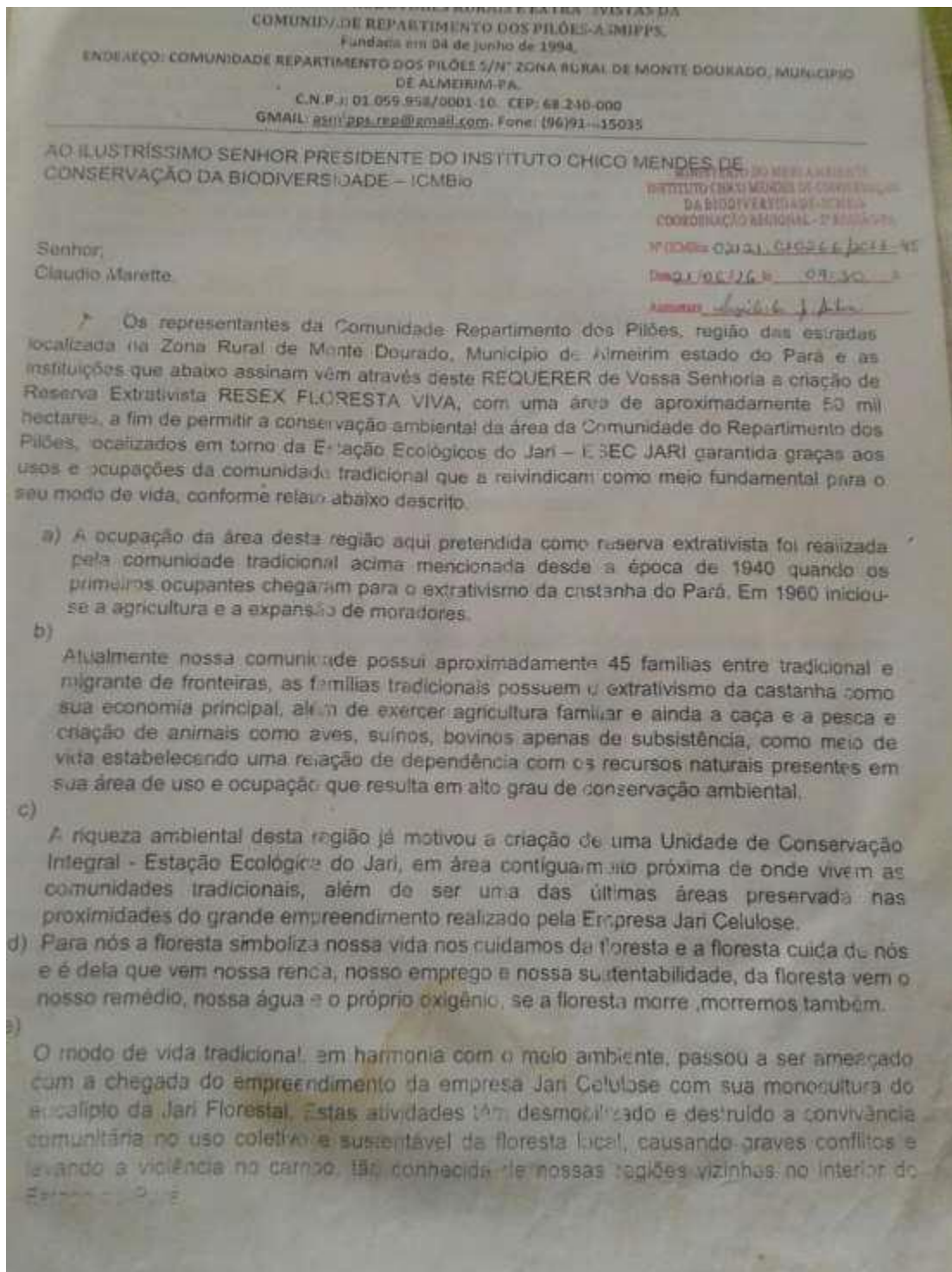


Figura 70 – Pedido da ASMIPPS de criação da RESEX FLORESTA VIVA. Fonte: ASMIPPS & IEB.

ANEXO 1 – Manifesto da AMIPPS em favor do seu CAR COLETIVO. Fonte: ASMIPPS & IEB.

**Manifesto**

Ao

Ministério Público Agrário de Santarém  
Secretaria Estadual de Ambiente - SEMA  
Sistema de Monitoramento de Meio Ambiente (Programa Municípios Verdes, Floram Engenharia)  
Ilmo. Srº Simão Jatene - Governador do Estado do Pará  
Serviço Florestal Brasileiro.

Prezado(a)s Senhor(a)

A ASMIPPS, cumprimentando respeitosamente vossas senhorias, representam as famílias tradicionais extrativistas da Comunidade do Repartimento dos Pilões, que há cem anos ocupam esta comunidade trabalhando com o extrativismo da castanha do Pará, principal base econômica para sustentação das famílias. Temos também outras espécies importantes na renda e na própria alimentação e uso medicinal como copaíba, andiroba, cumaru, piquiá, uxi, açaí, bacaba a caça e pesca artesanal. Nossa forma de viver se estabelece desta convivência e saberes da floresta; até mesmo a forma que praticamos agricultura familiar é diferenciada. Nosso Plano de Uso dos Castanhais do Avanço é mostra de nossa preocupação com as próximas gerações (<http://meioambienteacaiefarina.blogspot.com.br/2016/05/plano-de-uso-dos-castanhais-do-avanco.html>).

Nos últimos anos passamos a discutir intensamente a segurança da terra, o uso florestal sustentável, os sistemas de uso da terra e o combate ao desmatamento. Um dos resultados de nossos eventos realizados em 2014 e 2015 foram os questionamentos em relação ao Cadastro Ambiental Rural (CAR), com vários depoimentos acusando pessoas de usar esta ferramenta para grilar terras e intimidar as famílias agroextrativistas.

Nosso objetivo é lutar sempre em defesa das comunidades tradicionais em meio aos conflitos agrários com a empresa madeira que atua na região, (Grupo Jari/Jari Florestal), agravados nos últimos anos pelo não reconhecimento de nosso território. Apesar do CAR não ser um documento fundiário, nós extrativistas pensamos ser uma boa ferramenta e uma forma de coibir e proteger nossos recursos contra a grilagem e invasão do nosso território por migrantes de fronteiras, forasteiros e madeireiros. Diante da falta de respostas do Governo do Estado do Pará, e do próprio Município que simplesmente ignoram nossos direitos, e não demonstram nenhum interesse, diante da falta de explicações sobre os procedimentos que envolvem o CAR, quem tem direito de fazê-lo e de como nossas áreas coletivas podem ser beneficiadas dando-nos base de conhecer nossos direitos ambientais e direitos tradicionais. Cansados de esperar respostas desde 2014, a Asmipps contratou um técnico que juntamente com os extrativistas iniciou os trabalhos de levantamento e elaborou o CAR coletivo do território tradicional da comunidade que foi expedido no dia 07/01/15. Também fizemos o levantamento das áreas de castanhais, madeira de valor, cipoais, andirobais, copaibais e igarapés etc...

Em 14 de julho de 2016, recebemos em nossa comunidade o representante da empresa de Georeferenciamento- Norte Gel, dizendo estaria representando o Governo do Estado do Pará para o Cadastramento Ambiental Rural-CAR. Tal senhor nos apresentou a única proposta de CAR que o Governo do Estado oferece: CAR Individual. Disse o técnico ainda que não existe proposta para comunidades tradicionais e com isto insinuou que o nosso CAR coletivo poderá ser cancelado; que só apoiariam os CAR individuais alegando que só poderá fazer coletivo com autorização do ITERPA. O que mais nos chamou a atenção é a forma como somos tratados pelo governo estadual. Dizem que o CAR coletivo não serve para o PRONAF, INSS, e para o cadastro na Adepará, para Salário Maternidade que os

órgãos só aceitarão CAR individuais e etc...e ainda assediam as pessoas a desistirem do CAR coletivo. Aproveitamos para indagar às vossas senhorias se tudo isto é verdade.

Estamos aqui por gerações, esperando ter nossos direitos reconhecidos e respeitados.

Queremos a garantia de nosso território e as políticas públicas que nunca chegam.

Somos os verdadeiros guardiões da floresta.

O CAR que é um instrumento de monitoramento Ambiental que no nosso ponto de vista está servindo para ajudar os grileiros, isto é muito preocupante. Como exemplos, podemos citar que em nossas vizinhanças algumas pessoas que não possuíam grandes áreas estão aproveitando a proposta que o governo oferece através do CAR para grilar áreas e aumentar suas terras.

Com o exposto, a Associação Asmipps solicita urgentemente que o Ministério Público Agrário de Santarém possa monitorar e acompanhar e cobrar junto a Secretaria de Meio Ambiente-SEMA e Governo do Estado, Norte GEO e SEMMA que nossos direitos e CAR de comunidade Tradicional sejam garantidos.

Assim sendo, despedimo-nos e nos colocando à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

Associação Asmipps, Comunidade do Repartimento dos Pilões,  
Município de Almeirim, zona rural de Monte Dourado-Pará.

Repartimento dos Pilões, 04 de agosto de 2016.

**ASSOCIAÇÃO DO MICRO E PEQUENOS PRODUTORES RURAIS E EXTRATIVISTAS DA**

**COMUNIDADE REPARTIMENTO DOS PILÕES-ASMIPPS,**

**Fundada em 04 de junho de 1994,**

**ENDEREÇO: COMUNIDADE REPARTIMENTO DOS PILÕES S/Nº**

**ZONA RURAL DE MONTE DOURADO, MUNICÍPIO DE ALMEIRIM-PA.**

**C.N.P.J: 01.059.958/0001-10. CEP: 68.240-000**

**EMAIL: [asmipps.rep@gmail.com](mailto:asmipps.rep@gmail.com). Fone: (96)991-415035**

## CAPITULO 4 – FOTOGRAFIAS QUE (D)ESCREVEM: O Comercio em Monte Dourado, Almeirim-Pa



Figura 71 – O Porto Hidroviário de Monte Dourado, Almeirim-Pa é caracterizado por relações comerciais. Foto: Luciana Carvalho.



Figura 72 – Aproximação do Porto hidroviário. Ao fundo (ou em frente), Laranjal do Jari-  
Ap. Foto: Luciana Carvalho.



Figura 73 – Paisagem de Monte Dourado, Almeirim-Pa com uma casa de compra de castanha,  
localizada próximo ao porto hidroviário. Foto: Luciana Carvalho.



Figura 74 – Porto de Monte Dourado, Almeirim-Pa, de onde saem as baxaras que atravessam o Jari até Laranjal do Jari-Ap em menos de cinco minutos. Foto: Malenna Farias.



Figura 75 – Bajasas chegando com passageiros do Laranjal do Jari-Ap. O valor da passagem custa R\$ 2,00 e é controlado por um sistema de fichas recebido ao sair, e entregue ao chegar pelo passageiro. Foto: Malenna Farias.



Figura 76 – Porto das bajasas de travessia. Foto: Malenna Farias.



Figura 77 – Balsa de transportes que compõe a paisagem portuária de Monte Dourado, Almeirim-Pa. Foto: Malenna Farias.



Figura 78 – Vista do rio Jari que divide Monte Dourado, Almeirim-Pará e Laranjal do Jari-Amapá. Foto: Malenna Farias.



Figura 79 – Casa de venda de castanha-do-pará. O comercio da castanha é muito simbólico. São duas casas no entrono da área portuária de Monte Dourado, Almeirim-Pa, e na época da safra, lotadas em barricas e sacas. Foto: Luciana Carvalho.



Figura 80 – Vendedores de lanche. Foto: Malenna Farias.





Figura 81 – Comercio no porto das bajaranas em Monte Dourado, Almeirim-Pa. Foto: Malenna Farias.



Figura 82 – Um café entre bugigangas e oficina. Foto: Malenna Farias.



Figura 83 – Em meio ao comercio de variedades de produtos, o Ponto de abastecimento de agua potável das prestadoras de serviço da Jari Celulose. Foto: Malenna Farias.



Figura 84 – A rua e suas sociabilidades. Foto: Malenna Farias.



Figura 85 – A lida da rotina nas estradas. Foto: Malenna Farias.



Figura 86 – O esforço após uma manhã chuvosa. Foto: Malenna Farias.



Figura 87 – Trabalhadores do Grupo Jari no final do expediente no porto de Monte Dourado-Pa, retornam para Laranjal do Jari-AP. Foto: Malenna Farias.



Figura 88 – Ao fim do dia de uma segunda-feira, os operários encerram sua jornada de trabalho. Foto: Malenna Farias.



Figura 89 – Ônibus que faz linha para as comunidades de Monte Dourado, Almeirim-Pa. Foto: Malenna Farias.



Figura 90 – Saída do ônibus com lotação de passageiros. Foto: Malenna Farias.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os comunitários apontam veementemente os impactos acarretados ao seu modo de vida. Relatam que as espécies como jandiá, traíra, cará jacundá, aracu eram de fartura no rio Repartimento décadas atrás, e que hoje em dia a quantidade de peixes têm diminuído. Assim como a quantidade de caça como pacas, tatus, veados, cutias, queixadas, também têm apresentado ausência nas dependências próximas da comunidade, em função do desmatamento constante na região. A economia do “capitalismo verde” como apontou Camargo (2015) se estendeu pela região e desdobrou-se em uma série de problemas consequenciais da implementação de uma concepção de desenvolvimento contraditória às redes de mercado das comunidades locais.

Assumindo historicamente, o papel de colônia de recursos naturais para atender demandas das economias centrais, a Amazônia mantém realidades de constantes casos de violência, expropriação e espoliação de toda ordem. Com a razão capitalista de explorar, as populações locais vêm sentindo na pele o abalo incisivo das políticas encabeçadas pelo Estado e conduzidas pelas donas das forças de trabalho e bens de produção, as corporações multinacionais. Este cenário corresponde a uma nova estrutura de poder e a novas estratégias espaciais, manifestando-se, mesmo que com variações, como partes de um processo desigual e combinado (BECKER, 2010). Consiste em um problema estrutural que, ao clamar por mudanças radicais, é experimentado no plano da resistência e do combate.

De certo, com toda a abrangência do modo produtivo capitalista, em concordância com Almeida (2008), os grupos sociais não foram imunes às influências do capitalismo, o que não significa que suas particularidades enquanto grupo foram/estão perdidas. Na realidade, elas são constantemente (re)inventadas de acordo com as dinâmicas políticas, econômicas e sociais que por aqui ocorrem em função do território. Inclusive, essa era uma das maiores preocupações dos antropólogos do final do século dezanove: a salvaguarda do modo de produção das sociedades agricultoras de sistemas não mercantis, em função de seu desaparecimento ou transformação em economias de países subdesenvolvidos com a expansão das relações capitalistas de produção e modernização das ferramentas de cultivo. Hoje em dia, consideramos que a história da humanidade é formada por narrativas diversas que retratam

diferentes contextos e que essas sociedades não estão imunes às transformações econômicas e culturais que atravessam o mundo, pois, com a dinâmica global, os contatos interétnicos tornaram-se ainda mais estreitos.

A tradicionalidade reivindicada pelo grupo, assim como em muitos casos de povos da Amazônia como um todo, se mostra como uma ferramenta de apropriação política em prol da defesa de seus territórios, uso dos recursos e acesso a políticas públicas como garantia de seus direitos a moradia, a educação, a saúde etc. As categorias “população tradicional” e “coletivos” são as que mais se encaixam para representar suas reivindicações atuais. A prática do arrendamento de castanhais ou a condição de donos dos mesmos não os deslegitima da força de sua luta pela demarcação de seus territórios, pois também esta prática consiste em sua forma de organização econômica dentro da comunidade.

Assim como novas identidades vêm emergindo e cada vez mais a autoafirmação e recorrência ao pertencimento étnico ganha força frente aos embates políticos, a dinâmica das territorialidades se amplia em todos seus campos de atuação, sobretudo no campo do poder onde as relações e disputas ocorrem. Considerando o território como o espaço da prática, onde se manifestam as vivências que se fundamentam nos elementos da identidade e do pertencimento, a territorialidade “é uma manifestação das relações de poder, da oposição do local ao universal, dos conflitos entre a malha concreta e a malha abstrata” (BECKER, 2010, p.20). Isso aponta para formação de novas territorialidades que intensificam a dinamicidade das organizações sociais da Amazônia.

Assim sendo, as experiências das novas territorialidades que emergiram em meados da década de 80 como com a luta pelas Reservas Extrativistas, pela demarcação das Terras Indígenas, “verdadeiras territorialidades amazônicas” (p.22), são assumidas como “um componente a ser fortalecido para o desenvolvimento regional sustentável” (p.22), devendo assim ousarem ser reconhecidas, uma vez que demonstram a experiência de um modelo sustentável de produção, levando em conta os aspectos economicamente viável e ecologicamente sustentável de produção. Incluídos como sementes de novas territorialidades estão os projetos de produtores familiares que, ao se mobilizarem para garantir direito à moradia e o usufruto dos recursos contidos

no espaço por eles apropriados, combatem o desmatamento e a especulação fundiária que são vetores de expropriação desses povos da floresta.

O espaço amazônico, além de carregar consigo histórias concretas de lutas pelo direito de existir às formas de quem reivindica, pode ser interpretado como um espaço acumulativo de temporalidades, pressupondo também o acúmulo de conhecimentos que são produzidos em situação de conflito intenso (PORTO-GONÇALVES, 2008). Não obstante, tanto as populações amazônicas, quanto as instituições que atuam no cenário da região situam-se em constantes trocas de recursos intelectuais e práticos que redesenham suas próprias relações e modificam suas condições ambientais. Com os constantes avanços da exploração de recursos ambientais em grande escala, as atenções têm se voltado para as discussões e experiências eco-socialistas. Inspirado em Chico Mendes, Porto-Gonçalves (2008) afirma que para se entender a Amazônia “é preciso [...] buscar uma sociedade que tenha outras relações sociais que apontem para a justiça e a igualdade entre os homens e as mulheres, sobretudo convivendo com a radicalidade da democracia” (p.29).

Este trabalho permitiu explorar algumas das potencialidades e desdobramentos que em uma situação de conflito podem aparecer, e se fez importante por três motivos: o primeiro, por contribuir com as discussões socioantropológicas sobre o fenômeno dos sujeitos em disputa acionarem identidades, construídas a partir de seus interesses e estratégias, sobretudo, a partir das representações de si e do outro, na medida em que articulam as discussões de terra, recursos ambientais e seus usos e atribuições. O segundo, por contribuir no entendimento dos processos de sociabilidades dos sujeitos sociais formadores da sociedade; e o terceiro, por somar à produção de conhecimento sobre Almeirim.

A pesquisa, embora incipiente, desvela ricas discussões sobre o lugar que ocupa o extrativismo da castanha, fortemente presente na economia da comunidade como um todo, suas formas e seus processos; sobre a produção da celulose retirada das enormes florestas plantadas de eucalipto, além de dar novos significados ao processo histórico de ocupação marcado pelo conflito com empresa Jari. A continuação deste estudo se faz necessária para mostrar como o conflito, em sua dinâmica, têm ganhado novos significados na região

do Vale do Jari com a articulação de novos atores no cenário político da comunidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo W. B. de. *Terras tradicionalmente ocupadas* – 2.<sup>a</sup> ed, Manaus: PGSCA–UFAM, 2008.

ALMEIDA, Mauro W. Barbosa. *Direitos À Floresta E Ambientalismo: Seringueiros E Suas Lutas*. In: Revista Brasileira De Ciências Sociais - Vol. 19 Nº. 55. Junho/2004. Almeirim, 1991.

ALMEIDA, R. *Empate no Jari*. Disponível em <<http://apublica.org/2015/02/empate-no-jari/>>. A Pública. 2015. Acesso em 21 de junho de 2017.

ANDRADE, Manuel Correa de. *Paisagens e Problemas do Brasil*. Ed, Brasiliense, 2<sup>a</sup>ed. 1969.

ANGELO et al. – Determinantes do preço da castanha-do-Brasil (*Bertholletia excelsa*) no mercado interno brasileiro. *Sci. For.*, Piracicaba, v. 41, n. 98, p. 195-203, jun. 2013.

ARAUJO, Maria Claudia. *Os expoentes clássicos da antropologia e as críticas ao método evolucionista do século XIX*. Ângulo 128, Jan./Mar., 2012. p. 44-51.

BARRETTO FILHO, Henyo Trindade. Notas para uma história social das áreas de proteção integral no Brasil. In Ricardo, F. (org.), *Terras Indígenas e Unidades de Conservação da natureza: o desafio das sobreposições*, ISA, 2004.

BECKER, Bertha Koiffmann. Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 5, n. 1, p. 17-23, jan.- abr. 2010.

BENATTI, José Heder. *Unidades de Conservação e as Populações Tradicionais Uma Análise Jurídica da Realidade Brasileira*. Novos Cadernos NAEA vol. 2, nº 2 - dezembro 1999.

BERGER, Peter L. & LUCKMANN, Thomas. *A sociedade como realidade objetiva*. In: \_\_\_\_\_. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Editora Vozes, 1973. pp. 69-172.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A, 1989.

BLOG Meio Ambiente, Açai e Farinha. *Manifesto de Repartimento dos Pilões a Favor do CAR Coletivo*. 2016. Disponível em <<http://meioambienteacaiefarinha.blogspot.com.br/2016/08/manifesto-de-repartimento-dos-piloes.html>> Acesso em 23 de agosto de 2017.

\_\_\_\_\_. *Plano de Uso dos Castanhais do Avanço da Comunidade Repartimento dos Pilões*. 2016. Disponível em <<http://meioambienteacaiefarinha.blogspot.com.br/2016/05/plano-de-uso-doscastanhais-do-avanco.html>>. Acesso em 13 de setembro de 2017.

CAMARGO, M.L.G. *O latifúndio do Projeto Jari e propriedade da terra na Amazônia brasileira*. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Cultura com aspas*. São Paulo: Cosaq Naify, 2009.

CARVALHO, L. G. Histórias, memórias e representações da escravidão na comunidade quilombola do Ariramba. in: GRUPIONI, D. F.; ANDRADE, L. M. M. (org). Entre águas bravas e mansas, índios & quilombolas em Oriximiná. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo: Iepé, 2015. pp. 62-83.

CASTRO, Edna, 2005. Dinâmica socioeconômica e desmatamento na Amazônia. *Novos Cadernos NAEA*, v8 (2): 5-39.

CLIFFORD, James. A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX. Org. Jose Reginaldo Santos Gonçalves. 4. Ed. 1 reimpr. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2014.

CIMOS; MPMG. *Cartilha povos tradicionais, MG* 2014. Disponível em: <<http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/Cartilha-Povos-tradicionais.pdf>> Acesso em 25 dez 2017.

DA MATTA, Roberto. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Petrópolis: Vozes, 1984.

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

\_\_\_\_\_ & MAUSS, Marcel. *Algumas formas primitivas de classificação*. (I, II, V). In MAUSS, M. *Ensaio de Sociologia*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

FASE. *Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental das Comunidades Limítrofes da Fazenda ABC, Portel-Pará*. FASE. 2008. Fundo Dema. Fundo Dema: Quem Somos. Disponível em <http://www.fundodema.org.br/conteudos/quemsomos/1423/fundo-dema>. Acesso em 01 de dezembro de 2017.

FOLHES, Ricardo & CAMARGO, Maria Luíza. *Latifúndio, conflito e desenvolvimento no vale do Jari: do aviamento ao capitalismo verde*. Agrária, São Paulo, No. 18, pp. 114-140, 2013.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

\_\_\_\_\_. *Obras e vidas- O antropólogo como autor*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

GODELLIER, Maurice. *A antropologia econômica*. In: COPPAN, Jean; et al. *Antropologia: ciência das sociedades primitivas?* Lisboa: Edições 70, 1988. pp. 141-190.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2002. pp. 07-97.

IEB. *Regularização fundiária e manejo florestal comunitário na Amazônia: sistematização de uma experiência inovadora em Gurupá-PA*. Instituto Internacional de Educação do Brasil, Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional. – Brasília : IEB, 2006. 70 p.; 28 cm. – (Projeto Comunidades e Florestas).

IFT; IMAFLORA. *Diagnóstico econômico-ambiental no município de Almeirim, Pará* / Paulo Amorim; Renato Morgado; Ana Luiza Violato Espada; Paulo Bittencourt; Marco Lentini; Roberto Palmieri. – Belém, PA: Instituto Floresta Tropical. Fundação Floresta Tropical; Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora), 2010.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

\_\_\_\_\_. A ciência do concreto. In: *O pensamento selvagem*. Tradução: Tânia Pellegrini - Campinas, SP: Papyrus, 1989. p. 15-53

LINS, Cristóvão. *Jari: setenta anos de história*. Rio de Janeiro: Dataforma, 2001.

LITTLE, Paul Eliot. *Ecologia política como etnografia: Um guia teórico e metodológico*. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 85-103, jan./jun. 2006.

\_\_\_\_\_. *Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma Antropologia da Territorialidade*. Série Antropologia. Brasília, 2002.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

\_\_\_\_\_. *Magia, ciência e religião*. Lisboa: Edições 70, 1984.

\_\_\_\_\_. *Uma teoria Científica de cultura*. Serie: Perspectiva do Homem; 47. Lisboa: Edições 70, 2009.

MARQUES, Jane Aparecida & MALCHER, Maria Ataide (Org.). *Regularização Territorial: a regularização fundiária como instrumento de ordenar o espaço e democratizar o acesso à terra*. Texto, Instituto de Terras do Pará. Belém: ITERPA, 2009. 74 p.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Edusp, 1974.

MORGAN; TYLOR; FRAZER. In: Evolucionismo cultural. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. Org. Celso Castro.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. *Verbetes Alfabetização Solidária*. In: *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil*. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/alfabetizacao-solidaria/>>. Acesso em: 08 de dez. 2017.

MAPA/ACS. *Castanha-do-pará, castanha, castanha-do-brasil, Bertholletia excelsa H.B.K.* / Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. – Brasília: MAPA/ACS, 2014. Série: *Cadernos de Boas Práticas para o Extrativismo Sustentável Orgânico*. 41p. Disponível em <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/arquivos-publicacoes-organicos/castanha-do-brasil.pdf>>. Acesso em 23 dez. 17.

NEVES, Eduardo Góes. *Arqueologia da Amazônia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2006.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Olhar, ouvir e escrever*. Revista de Antropologia, vol. 39, nº 1, 1996, pp. 13-37.

PEDROSO, Janari da Silva. *Famílias no Vale do Rio Jari: Dinâmicas, Mudanças e Acomodações*. 2003. Tese (Doutorado em Ciências: Desenvolvimento Sócioambientais) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA, Universidade Federal do Pará, Belém, 2003.

PEIRANO, Mariza. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995. p.31-58.

PINTO, Lucio Flavio. *Jari toda a verdade sobre o Projeto de Ludwig: as relações entre Estado e multinacional na Amazônia*. São Paulo: Editora Marco Zero, 1986.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Temporalidades amazônicas: uma contribuição à Ecologia Política. *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 17, p. 21-31, jan./jun. 2008. Editora UFPR.

RAMOS, P. *Carta sobre planos de uso dos recursos naturais*. 2012. Disponível em <<http://www.recantodasletras.com.br/cartas/3729942>>. Acesso em 01 de dezembro de 2017.

SAUTCHUK, Jaime et al. *Projeto Jari: a invasão americana*. 2 ed. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1979.

SAWYER, D. Economia Verde e/ou desenvolvimento sustentável? *Política Ambiental. Economia Verde: Desafios e Oportunidades*, Belo Horizonte, n.8, p.36-42, jun. 2011.

SIMMEL, George. *Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2006.

TRECCANI, G.; Pantoja, M.; Alves, P.; Queiroz, S.; Pinto, J.; Ramos, C.A.; Miranda, N.; Silva, A.; Leão, S. Gurupá: Regularização fundiária e manejo dos recursos naturais. Federação de Órgãos Para Assistência Social e Educacional. *Revista Proposta*. Número 113. 2007.

VELHO, Otavio Guilherme. *Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica*. 3 ed. Manaus: UEA Edições, 2013.

WADT, L; KAINER, K. “Domesticação e Melhoramento de Castanheira”. In: *Domesticação e Melhoramento. Espécies Amazônicas*. 2009.

